

A CONTRIBUIÇÃO DE CARLOS REVERBEL À CONSTRUÇÃO HISTORIOGRÁFICA ACERCA DA IMPRENSA SUL-RIO-GRANDENSE

Francisco das Neves Alves

A análise da imprensa vem se constituindo num elemento cada vez mais importante para o empreendimento de uma reconstrução histórica, uma vez que ela, através de uma investigação crítica, transmite as práticas políticas, econômicas, sociais e ideológicas de diversos setores de uma determinada sociedade, em variadas épocas. Desta maneira, gradativamente, os preconceitos contra os jornais como "fontes históricas", por considerá-los tendenciosos, vêm caindo por terra, já que a maior parte das fontes, desde a sua origem e em diferentes níveis, tem suas próprias tendências. Quanto à imprensa, o historiador através do conhecimento aprofundado de seu alvo de estudo e da conjuntura histórica que marcou a existência do mesmo, tem amplas condições de identificar as possíveis parcialidades do objeto em análise, podendo isolá-las ou torná-las a própria finalidade de sua pesquisa.

Ao entabular uma edificação histórica de um dado fenômeno e/ou processo, tomando por base o jornalismo, o historiador pode direcionar-se a duas vertentes básicas, a de realizar uma história "através" da imprensa, ou ainda, uma história "da" imprensa. No primeiro caso, o pesquisador lança mão das informações contidas nos jornais para elaborar a história do todo ou de um determinado aspecto dentro de uma sociedade na qual o periódico circulou, esteve mais intimamente relacionado, ou ainda sobre a qual fez referências; já na segunda vertente, o historiador tem o próprio jornal como objeto de estudo, analisando suas manifestações e a maneira pela qual ele apresentou (ou reconstruiu) uma dada realidade.

No Rio Grande do Sul, desde o final do século XIX, foi empreendida uma série de estudos os quais visavam realizar uma história "da" imprensa rio-grandense, abordando diversas etapas da formação do jornalismo gaúcho. Estas pesquisas contribuíram para o reconhecimento do valor dos jornais como fontes históricas e para a própria incorporação da história da imprensa como mais um dos elementos constitutivos da produção historiográfica sul-rio-grandense. Desta maneira, a imprensa passou a ser historiada através de artigos, ensaios ou trabalhos monográficos publicados em anuários, almanaques e nos próprios jornais, ou ainda em anais de congressos e simpósios e em edições comemorativas de certas datas, ou elucidativas a respeito da Província ou do Estado, bem como foram escritos, em menor escala, livros tratando especificamente do tema.

Dentre estes trabalhos, escritos até a década de 1940, muitos consistiram-se em catálogos ou levantamentos estatísticos da publicação de jornais, como os escritos de João José Cezar, *Notas sobre a imprensa no Rio Grande do Sul* (1884); João de Oliveira, *Estatísticas dos jornais que se têm publicado no Rio Grande do Sul* (1896); Alfredo Ferreira Rodrigues, *Notas para a história da imprensa no Rio Grande do Sul* (1898) e *Catálogo dos jornais publicados no Rio Grande do Sul* (1902); Agostinho José Lourenço, *Imprensa rio-grandense* (1923); Walter Spalding, *Exposição do Centenário Farroupilha* (1935); e Scylla Soares de Souza, *A evolução da imprensa no Rio Grande do Sul* (1942). Outro tema caracteristicamente abordado neste período referia-se às origens da imprensa gaúcha, como nos trabalhos de Tancredo Fernandes de Mello, *Os primeiros jornais do Rio Grande do Sul* (1904); João Pio de Almeida, *Gênese da imprensa no Rio Grande* (1922); Augusto Porto Alegre, *A imprensa jornalística no Rio Grande do Sul* (1923); Aurélio Porto, *Fundação da imprensa rio-grandense* (1937); e Nestor Ericksen, *A origem da imprensa no Rio Grande do Sul* (1941). A história do jornalismo gaúcho apareceu também em álbuns comemorativos ou de divulgação, como nos ensaios de Alfredo Guimarães, *A imprensa no Rio Grande do Sul* (1916) e de Inocêncio Romero, *A imprensa rio-grandense: breve resumo histórico* (1922).

Estes textos, em grande parte, estiveram vinculados à tendência historiográfica característica de então, denominada de "tradicional" e limitaram-se, muitas vezes, a realizar um arrolamento de periódicos, onde o objeto estudado, ou seja, os jornais aparecem isolados em relação à conjuntura histórica na qual se desenvolveram, de modo que "difícilmente o tratamento da história da imprensa é ligado aos horizontes ideológicos do período estudado", bem como não chegaram a promover uma articulação entre "os seus temas de análise e a sociedade e os contextos sociais particulares em que foram produzidos e sobre os quais tiveram efeitos" estes mesmos jornais (Rüdiger, 1983. p.6-7). Estas obras, na sua maioria, privilegiam o estudo das características formais de cada um dos periódicos, consideradas como elementos fundamentais, em detrimento de uma análise mais profunda dos valores explícitos/implícitos dos jornais. No entanto, cada um destes trabalhos representam, a sua maneira, uma parcela na estruturação do conhecimento histórico sobre a imprensa, e os alcances e limites dos mesmos, passíveis de uma crítica historiográfica, estão intimamente ligados à visão dos respectivos autores de como "fazer história", peculiar à tendência e ao momento histórico-historiográfico no qual eles escreveram.

Neste sentido, a importância destes estudos não pode ser diminuída ou desprezada, uma vez que "as gerações de historiadores que se sucedem não se parecem", pois "o historiador é sempre de um tempo, aquele em que o acaso o fez nascer e do qual ele abraça, às vezes sem o saber, as curiosidades, as inclinações, os pressupostos" e, "mesmo quando se opõe, ele ainda se determina por referências aos postulados de sua época" (Rémond. p. 13). Assim, com relação a estas obras a respeito da imprensa gaúcha, "nunca será demais ressaltar o mérito desse trabalho, quase sempre desamparado de recursos, mas valentemente continuado" (Moreira. p.49), e, como "o pensamento histórico é acumulativo e não se pode ignorar a contribuição de historiadores de diversas correntes" (Flores. p. 90), não se pode negar que "a contribuição que se encontra nelas não é pequena, principalmente no tocante ao levantamento de fontes e à sistematização de dados" (Rüdiger, 1993. p. 7).

Diante destes trabalhos, intrinsecamente ligados à historiografia tradicional, e, por conseguinte, caracterizados, em geral, por uma atitude de contemplação do passado, pela supervalorização do papel do indivíduo como agente transformador da história, pela vital preocupação com as fontes e a apresentação dos documentos para comprovar as asserções e pela narração linear dos acontecimentos, os escritos de Carlos Reverbel realizados na década de cinquenta, representam um avanço metodológico, lançando alguns dos pressupostos que viriam a contribuir com as transformações pelas quais a historiografia da imprensa sul-rio-grandense passaria a partir dos anos seguintes.

Carlos Macedo Reverbel (1912-1997), gaúcho de Quaraí, praticou o jornalismo desde 1933, tendo trabalhado no seu estado natal, em Santa Catarina e no Rio de Janeiro. Foi redator-secretário da Revista *Província de São Pedro* e redator do *Correio do Povo*, historiador e pesquisador, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e da Associação Rio-Grandense de Imprensa. Entre outros trabalhos, escreveu *Bibliografia sul-rio-grandense* (série de 66 artigos comentados no *Correio do Povo*), *Classes políticas, Um capitão da Guarda Nacional, Assis Brasil, O gaúcho: aspectos de sua formação no Rio Grande do Sul e no Rio da Prata e Maragatos e picapaus: guerra civil e degola no Rio Grande* (cfe. Martins. p. 481 e Villas-Bôas. p. 422).

Um dos estudos de Reverbel sobre a imprensa foi publicado, em 1956, na *Enciclopédia Rio-Grandense* cujo objetivo editorial era abordar "a pesquisa sistematizada e a divulgação objetiva de elementos sobre a formação histórica do Rio Grande do Sul, sua gente, sua cultura e seu progresso", e focalizar "os mais variados prismas da vivência humana, espelhando o período de formação histórica, cultural e econômica do (...) interior" gaúcho, "retratando com variedade de aspectos tudo quanto diga respeito à vida humana no Rio Grande do Sul". No ensaio *Evolução da imprensa rio-grandense*, o escritor argumenta que "na impossibilidade de fazer a história do jornalismo

rio-grandense, tarefa necessária e sedutora, mas que consumiria anos de pesquisas", limitar-se-ia "a esboçar (...) apenas a primeira fase de sua evolução". Explica que seu estudo era "tudo quanto se pode levar a cabo (sem maiores pesquisas pessoais), mas não deixando de recorrer, evidentemente, senão a todos, pelo menos aos principais elementos bibliográficos sobre a matéria", considerando esta como uma empresa "das mais espinhosas, dadas as deficiências da respectiva bibliografia (quase sempre de caráter fragmentário) e, sobretudo por causa de sua inacessibilidade, pois consta de publicações em geral esgotadas, quando não desaparecidas" (Reverbel, 1956. p. 243).

Neste artigo, o autor não chega a apresentar maiores novidades quanto a fundamentos teórico-metodológicos, limitando-se a explanar sobre o que considera a primeira fase da imprensa rio-grandense que vai do surgimento da mesma até o fim da Revolução Farroupilha. Destaca as discussões acerca do "primeiro jornal" e do "primeiro prelo" e refere-se às dificuldades na pesquisa sobre a imprensa; aceitando Salvador José Maciel como o "fundador" da imprensa na Província, descreve "vida e características" do *Diário de Porto Alegre*, além de fazer uma referência ao *Constitucional Rio-Grandense*. Para Reverbel, durante a "primeira fase", havia dois tipos de jornais, os "difamadores" e "irresponsáveis", com a primazia das agressões pessoais e os político-partidários, que teriam predominado sobre os primeiros. Segundo o historiador, durante a Revolução de 1835, a imprensa tinha um caráter partidário e ideológico, considerando os periódicos como "precursores" do movimento rebelde. O autor faz ainda uma lista de alguns dos jornais que serviram à Revolução, além de alguns legalistas, destacando também a "feição e estilo" desses primeiros periódicos. Ao final do texto, Reverbel cita as "principais" referências bibliográficas que existiam, até aquela época, sobre a imprensa no Rio Grande do Sul.

Outro trabalho do autor a respeito da imprensa no Rio Grande do Sul foi *Tendências do jornalismo gaúcho*, editado em 1957, na série de estudos denominada *Fundamentos da Cultura Rio-Grandense*, evento que corporificou "a preocupação de um encontro com o Rio Grande, por outros caminhos que não os da historiografia tradicional" (Moreira. p. 49), constituindo-se num curso realizado pela Universidade do Rio Grande do Sul, em cinco fases (séries), nos anos de 1954, 57, 58, 60 e 62, e, em cada um deles, foram publicadas as palestras correspondentes, tomando-se um marco referencial na historiografia sul-rio-grandense. Com esta atividade, a Faculdade de Filosofia pretendia prestar uma contribuição "ao aprimoramento dos (...) professores de nível secundário e aos estudos que procuram conhecer e dar a conhecer a todos o que é o Rio Grande do Sul"; visava também "fornecer ao homem e ao povo de seu Estado o auxílio e os conhecimentos de que ele necessita para saber de onde veio, onde está e como deve agir para se pôr realmente em ligação com a terra e com os seus semelhantes" (Pilla. Prefácio à 1ª Série).

O artigo *Tendências do jornalismo gaúcho* representa verdadeira exceção, quando relacionado com os demais estudos sobre a imprensa realizados até então, pois, nele, Reverbel organiza o texto a partir de um arcabouço metodológico, revelando preocupações até então não abordadas por seus antecessores. Ao definir seu objeto de trabalho, ele também aponta as dificuldades na realização do mesmo, notadamente por causa das limitações e do caráter fragmentário da bibliografia disponível:

Este trabalho não vai além de notas, através das quais, sem fazer história, procurei apenas caracterizar as três principais fases do jornalismo no Rio Grande do Sul, em relação aos acontecimentos sociais e políticos que lhe serviram de panorama e campo de ação. Detive-me particularmente nas duas primeiras, cuja história já foi esboçada, pois maior exame da terceira fase do nosso jornalismo implicaria em pesquisas demoradas, cujos resultados não seria possível obter-se de uma hora para outra. (...) A bibliografia alusiva, além de escassa e de difícil acesso, pois se encontra em publicações na totalidade

esgotadas, é, em geral, fragmentária, não existindo, nestas condições, nenhuma obra sobre o jornalismo rio-grandense que possa ser apontada como definitiva. (Reverbel, 1957. p. 101-2)

Mesmo que apresente seu artigo como simples "notas", sem pretender "fazer história", Reverbel apresenta um texto "histórico", rico em informações, como é a tradição da bibliografia sobre a imprensa gaúcha, mas acrescenta a isso o esboço de algumas inovações metodológicas. Segundo o autor, um muito significativo trabalho era ainda necessário para promover a construção da história da imprensa rio-grandense, tarefa que não mais poderia ser executada de forma individual e "amadora" e sim, em equipe e com uma renovação na metodologia da pesquisa:

Para que se consiga escrever, como se torna necessário, a história do jornalismo rio-grandense, lacuna que demora a ser preenchida, é preciso que se empreenda, preliminarmente, amplo trabalho de documentação, pois grande parte do que se tem escrito sobre o assunto, no Rio Grande do Sul, escapa aos interessados, por falta de indicação e, conseqüentemente, de conhecimento das fontes. Ainda não se fez, entre nós, nem sequer o levantamento das coleções de jornais antigos existentes nas bibliotecas e arquivos públicos e particulares do Estado. Não dispomos, também, nem mesmo de um catálogo da imprensa rio-grandense. (...)

Como se vê, a história da imprensa no Rio Grande do Sul dificilmente poderá ser obra de um só pesquisador, pela enorme soma de material que falta reunir. Chegamos a uma situação em que, individual e amadoristicamente, não mais se conseguem resultados satisfatórios, no campo dos estudos sociais. Seria necessário um trabalho de equipe, com recursos materiais e moderna orientação metodológica (...) para que se consiga, o quanto antes, como é preciso, reunir o fundo de documentação necessário ao completo estudo da evolução do jornalismo gaúcho. (Reverbel, 1957. p. 102)

Carlos Reverbel refere-se às diferenciações regionais características do Brasil, como elementos fundamentais a um melhor entendimento do jornalismo brasileiro, afirmando que esse "fenômeno" cultural, sociológico e geográfico também se fez sentir na evolução da imprensa, levando à inexistência de um jornal nacional e à formação de verdadeiras "ilhas" regionalizadas. Para ele, o estudo da imprensa deveria ser feito "ilha a ilha", ou seja, propunha a organização de estudos de caso regionais, como forma de construir a história da imprensa brasileira no seu conjunto, mesmo considerando esta como uma difícil tarefa; exemplifica isso apontando o certo desprezo, principalmente por parte do centro do país, dedicado à produção histórica realizada no Rio Grande do Sul. Destacava, assim, que o estudioso que quisesse "conhecer a evolução da imprensa no Brasil" teria de "estudá-la segundo as diferentes regiões em que ela se afirmou", ou seja, "ilha por ilha, e não apenas nas suas manifestações de Rio e São Paulo, ilhas também, do ponto de vista jornalístico, em relação ao resto do país" (Reverbel, 1957. p. 102-3).

De acordo com esta convicção, na perspectiva do escritor, para realizar-se a construção da história da imprensa brasileira, não haveria "outra alternativa senão proceder-se como nos trabalhos de geografia humana, empreendendo-se primeiramente levantamentos e estudos de âmbito regional", de modo que, sem este procedimento, jamais se obteria a história do jornalismo no país, "onde não circula e nunca circulou um órgão que possa ser apresentado como expressão absoluta e muito menos como símbolo do jornalismo nacional", bem como "jornal algum jamais desfrutou e, possivelmente, nunca desfrutará dessa situação, só podendo o mesmo papel ser desempenhado dentro dos limites das diversas ilhas em que vive circunscrito o jornalismo brasileiro, isto é, em

caráter regional". A isto o autor acrescentava a afirmação de "que a contribuição rio-grandense, em geral, não é sequer levada em conta pelos que têm estudado o assunto fora daqui" (Reverbel, 1957. p. 104-5).

Na mesma linha, a respeito da história da imprensa gaúcha, Carlos Reverbel censura a tendência que limita o horizonte de estudo à Porto Alegre, "omitindo a contribuição representada por alguns centros do interior do Estado". O autor aponta para a necessidade de ampliar a pesquisa a outras cidades onde a imprensa teve grande desenvolvimento, explicando que "não é possível traçar a evolução da imprensa no Rio Grande do Sul", limitando-se "o campo de observação apenas ao que se passou na capital do Estado", uma vez que "outros centros, notadamente Rio Grande e Pelotas, terão de ser da mesma forma estudados, pois estão em condições de apresentar relevante contribuição" (Reverbel, 1957. p. 105 e 107).

Ainda com referência à elaboração de uma história da imprensa, o autor destaca a necessidade de conservação das fontes em bibliotecas, arquivos e museus, com referência especial à situação da Biblioteca Nacional. Para o escritor gaúcho, as grandes dificuldades que então cercavam a preservação dos acervos jornalísticos representavam um grave obstáculo ao aprimoramento das pesquisas concorrentes às ciências humanas como um todo, considerando que, "aparentemente, tal deficiência poderia constituir percalços apenas aos que pretendem estudar a evolução" do jornalismo, "na realidade, porém, os prejuízos são maiores, pois envolvem quase todos os estudos sociais, por se tratar de fontes de primeira grandeza e capazes, portanto, de fornecer aos pesquisadores elementos da maior valia" (Reverbel, 1957. p. 108).

Sobre cada um dos assuntos abordados, Reverbel remete a referências bibliográficas que podem permitir a identificação da fonte ou a ampliação do conhecimento sobre determinado aspecto. A parte mais completa do trabalho refere-se à "primeira fase", durante a preparação e desenvolvimento do conflito farroupilha, discutindo as origens da imprensa e as características dos primeiros periódicos rio-grandenses. Diferentemente de outros autores, Reverbel promove uma revisão bibliográfica, bem como, contrapõe as diferentes visões e argumenta sobre as mesmas; apontando que diante da "divergência entre os autores", não restava "outra alternativa senão voltar-se ao tema, para tirá-lo a limpo", promovendo um reexame do mesmo, o qual poderia ser realizado a partir das "atividades universitárias", onde deveriam "ser realizadas as pesquisas fundamentais sobre a evolução da cultura rio-grandense" (Reverbel, 1957. p. 109). Além disso, o autor explica o contexto histórico da formação do Rio Grande do Sul e do surgimento da imprensa, nessa "primeira fase". As apreciações sobre a "segunda fase", durante a transição Monarquia-República, são mais sucintas, com destaque às atuações de Júlio de Castilhos e Carlos von Koseritz e às folhas *A Federação* e *A Reforma*. A referência à "terceira fase", a partir de 1895, é, como o próprio autor anunciara, ainda mais restrita, falando sobre a "eqüidistância" e o "primado da notícia" do jornal *Correio do Povo*.

Interrelacionando o jornalismo no âmbito universal e regional, o escritor busca esclarecer que "se na sua expressão material", ou seja, quanto levados em conta "os engenhos mecânicos, os processos técnicos e as formas de aplicá-los", o jornalismo rio-grandense aparecia "como resultado de um sistema universal de elaboração industrial", o qual "não tem características absolutamente próprias e não se reveste de verdadeira originalidade, o mesmo não se poderia dizer do seu espírito e da sua ação, com raízes que se confundem" com as da própria formação gaúcha. Associando a conjuntura histórico-social sul-rio-grandense com a evolução das atividades jornalísticas, o autor explica que se formou "um jornalismo tipicamente rio-grandense, que vem subsistindo na medida em que se tornou capaz de conservar-se autêntico e representativo", apontando que deveria ser "em função desta integração na (...) vida social que terá de ser estudada" aquela evolução (Reverbel, 1957. p. 109).

Também com referência a este aspecto, Reverbel inovou na forma de tratar a imprensa, empreendendo um modo de historiar diferenciado com relação aos

trabalhos anteriores. Essa inovação pode ser percebida na maneira pela qual ele encara a imprensa, não como um elemento histórico isolado e sim como algo que interage com a sociedade na qual está inserida:

O panorama ético em que se situa a imprensa rio-grandense não é, evidentemente, resultado de um fenômeno de geração espontânea, que tenha vindo a furo de uma hora para outra. É resultado de todo um processo evolutivo, cujas raízes remotas e profundas se confundem com as de nossa própria formação social, pois se é verdade que a imprensa influi sobre a sociedade, não é menos exato que a sociedade também influi sobre a imprensa, numa escala talvez mais determinante, já que os jornais, em última análise, são tanto um produto dos leitores e anunciantes, que os compram e sustentam, como dos proprietários que os administram e orientam, e dos profissionais que os elaboram tecnicamente. (Reverbel, 1957. p. 114)

Assim, Carlos Reverbel prestou uma contribuição inestimável para uma melhor compreensão histórica da imprensa gaúcha, lançando alguns dos preceitos que viriam a ser aprimorados a partir das décadas seguintes. Sua idéia de estabelecer uma intercomplementação mútua entre os estudos promovidos sob o prisma da historiografia tradicional e aqueles a ser desenvolvidos a partir das atividades universitárias floresceria, e sua obra passou a constituir um elemento chave nos trabalhos de graduação e pós-graduação que versaram sobre a imprensa no Rio Grande do Sul. Ainda que não fosse um historiador de formação acadêmica, Reverbel soube desempenhar esta função muito a contento, consistindo-se em representante de proa da intelectualidade gaúcha, advindo daí sua participação nos *Fundamentos da Cultura Rio-Grandense*, como o intelectual responsável por abordar a evolução do jornalismo provincial/estadual.

Mesmo que o “fazer história” do escritor ainda estivesse marcado por alguns dos elementos constitutivos da historiografia tradicional, mormente no texto de 1956, seus estudos representaram um avanço quanto a esta, à medida em que o autor busca realizar uma revisão e até uma crítica bibliográfica; aponta também para a necessidade de uma modernização na orientação metodológica, bem como para uma proveitosa aproximação entre as ciências sociais para, em conjunto, estabelecer mais completas explicações acerca da formação histórica da imprensa; além disso, apresenta como fundamental o interrelacionamento entre a evolução das práticas jornalísticas com o meio sócio-histórico no qual elas desenvolveram-se, de modo que os jornais, assim, não aparecem como elementos isolados, com vida própria e pairando acima do contexto político, econômico, social e ideológico. Deste modo, no intento de estabelecer uma explicação histórica a respeito de mais uma das “ilhas” que compõem o jornalismo brasileiro, Carlos Reverbel empreendeu um passo significativo para a construção historiográfica da imprensa sul-rio-grandense.

Carlos Reverbel – Arca de Blau



Referências bibliográficas:

- ALMEIDA, João M. Pio de. Gênese da imprensa no Rio Grande. *A Federação*. Porto Alegre, 7 set. 1922. p. 11-2.
- CEZAR, João José. Notas sobre a imprensa no Rio Grande do Sul. In: *Anuário da Província para o ano de 1885*. Porto Alegre, Ed. Gundlach & Cia., 1884. p. 188-200.
- ERICKSEN, Nestor. A origem da imprensa no Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. n. 81. Porto Alegre, 1941. p. 15-26.
- FLORES, Moacyr. *Historiografia: estudos*. Porto Alegre, Nova Dimensão, 1989.
- GUIMARÃES, Alfredo. A imprensa do Rio Grande do Sul. In: *Estado do Rio Grande do Sul*. Barcelona, Estabelecimento Gráfico Thomaz, 1916. p. 94-6.
- LOURENÇO, Agostinho José. Imprensa rio-grandense. *A Federação*. Porto Alegre, 1º jan. 1923. p.1-2.
- MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, Instituto Estadual do Livro, 1978.
- MELLO, Tancredo Fernandes de. Os primeiros jornais do Rio Grande do Sul. In: *Almanaque Popular Brasileiro para o ano de 1905*. Pelotas, Echenique, Irmãos & Cia. Livraria Universal, 1904. p. 129-37.
- MOREIRA, Earle Diniz Macarthy. Linhas de pesquisa histórica no Rio Grande do Sul. In: *Anais da VI Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. São Paulo, SBPH, 1987. p. 49-50.
- OLIVEIRA, João de. Estatística dos jornais que se têm publicado no Rio Grande do Sul. In: *Almanaque Popular Brasileiro para o ano de 1897*. Pelotas, Echenique, Irmão & Cia. - Livraria Universal, 1896. p. 231-9.
- PILLA, Luís. Prefácio. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre, Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1954 (1ª série).
- PORTO, Aurélio. Fundação da imprensa rio-grandense. In: *Terra Farroupilha*. Porto Alegre, s/editora, 1937. p. 216-36.
- PORTO ALEGRE, Augusto. A imprensa jornalística do Rio Grande do Sul. In: *Anuário Indicador do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo, 1923 (4ª série). p. 184-7.
- RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, R. (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro, Ed. da UFRJ, Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 13-36.
- REVERBEL, Carlos. Evolução da imprensa rio-grandense. In: *Enciclopédia rio-grandense: o Rio Grande Antigo*. v.2. Canoas, Ed. Regional, 1956. p. 241-64.
- REVERBEL, Carlos. Tendências do jornalismo gaúcho. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre, Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1957 (2ª série). p. 101-24.
- RODRIGUES, Alfredo Ferreira. Notas para a história da imprensa no Rio Grande do Sul. *Diário do Rio Grande*. Rio Grande, 16-21 out. 1898. p. 1-2.
- RODRIGUES, Alfredo Ferreira. Catálogo dos jornais publicados no Rio Grande do Sul (1827-1864). In: *Almanaque Popular Brasileiro para o ano de 1903*. Pelotas, Echenique, Irmãos & Cia. - Livraria Universal, 1902. p. 221-5.
- ROMÉRO, Inocêncio. A imprensa rio-grandense: breve resumo histórico. In: COSTA, Alfredo R. da. *O Rio Grande do Sul: completo estudo sobre o Estado*. v.1. Porto Alegre, Globo, 1922. p. 135-48.
- RÜDIGER, Francisco R. *História da imprensa e comunicação social no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1983.
- RÜDIGER, Francisco R. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 1993.
- SOUSA, Scylla Soares da S. e. A evolução da imprensa no Rio Grande do Sul. In: *Imagem da Terra Gaúcha*. Porto Alegre, Ed. Kosmos, 1942. p. 299-302.
- SPALDING, Walter. *Exposição do Centenário Farroupilha*. Porto Alegre, Tipografia do Centro, 1995.
- VILLAS-BÔAS, Pedro. *Notas de bibliografia sul-rio-grandense: autores*. Porto Alegre, "A Nação", Instituto Estadual do Livro, 1974.

Apontamentos vários extraídos dos Livros Registros da Correspondência dos Governadores e Capitães Gerais¹⁰⁰

[1r.]

Apontamentos vários extraídos dos Livros Registros da Correspondência dos Governadores e Capitães Gerais com o Governo do Rei: como elementos de Estatística e História

Em data de 30 de novembro de 1791, participa o Governador **Veiga Cabral**¹⁰¹, do Povo de **São João Batista**, onde se achava, ao Vice-Rei do Estado ter dado cumprimento à ordem do mesmo Vice-Rei para que todos os Fazendeiros do **Rio Grande** marcassem seus animais e não criassem maior número destes do que o permitia a extensão das respectivas Sesmarias.

Depreende-se do ofício do Governador **Veiga Câmara** ao Vice-Rei do Estado, datado em **Porto Alegre** a 16 de maio de 1799, ter havido excessiva seca no País¹⁰² nos anos de 1797 à 1798, do que resultou extrema diminuição da colheita dos frutos, inclusive o da primeira necessidade, perecendo à sede e fome grande porção de animais vacuns e cavалares, sendo a esterilidade dos outros gêneros maior que a do Linho Canamo [sic], pela bem ordenada distribuição da semente a diferentes Lavradores. [1v.]

Ofício de idem a idem do 1º de novembro de 1797, referindo-se ao mapa que incluía, diz constar esta Força de 2.700 praças de 1ª Linha e Cavalaria auxiliar quase tão disciplinada como as primeiras, com exclusão do numeroso corpo de ordenanças. A Força auxiliar achava-se na mesma época destacada e ocupando vários pontos da fronteira.

Ofício do Vice-Rei ao Governador **Veiga Cabral**, de 2 de abril de 1798, ordenando a este de remeter-lhe para o Museu de **Lisboa** todo as produções raras, assim terrestres como marítimas, que por sua natureza se façam dignos da Coleção, com plantas, animais, aves, insetos, peixes, pedras e conchas, em que se observe alguma singularidade.

Ofício do Governador **Veiga Cabral** ao Vice-Rei, de 13 de outubro de 1799, remetendo documentos demonstrativos da receita e despesa da Real Fazenda, extensão de limites, número de habitantes, Tropa regular e irregular, comércio, agricultura, número de gado vacum, cavalар, muar e lanígero. [2r.]

Consta do Livro 1º da Vereança, a folha 292, o acórdão seguinte, feito em 17 de outubro de 1780.

Arrematação da Passage [sic] do Passo do Caí pelo tempo de 1 ano.....	12\$800
Passo do Caí debaixo, arrematado por três anos.....	8\$100
Idem do Caí de Monte Negro por três anos.....	25\$600
Idem do Beca e dos Negros por 1 ano.....	25\$600
Idem do Rio dos Sinos.....	5\$000

¹⁰⁰ Não há indicação do autor dos "Apontamentos", manuscrito, presumivelmente do final do século XIX.

¹⁰¹ Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara governou o RGS de 31.5.1780 a 5.11.1801.

¹⁰² Rio Grande do Sul.

Guardas Espanholas colocadas em 1795 sobre a Fronteira, em frente das nossas, com declaração da respectiva força numérica.

Forte de **Santa Teresa**: Capitão 1; Subalerno 2; Soldados 100; de Infantaria, Dragões e Belendengues.

Guarda do **Serro Largo**: 1 Subalerno; Soldados 40, de Dragões e Belendengues.

Guarda do **Arredado** [sic]¹⁰³ na costa da **Lagoa Mirim** na barra do **Rio Jaguarão**: Subalternos 1; Praças de Dragões e Belendengues 60; Corsárias [sic] 2 com competente tripulação.

Guarda de **Santo Antônio do Quilombo** defronte da nossa Guarda do **Ervai**: Subalternos 1; Praças de diversos corpos mais de 40. [2v.]

Guarda de **São José** centro da Linha: Praças mais de 40.

Idem de **Santa Rosa** defronte da nossa de **São José da Coxilha**: mais de 40 Praças.

Fortaleza de **Santa Tecla**: ignora-se a força que a garante.

Idem de **Santa Teresa** e cinco Guardas: tem 2.000 cavalos para o serviço.

Rincão do Rosário: tem de 12 a 14.000 cavalos que ficaram da campanha passada.

Ofício do Governador **Veiga Cabral** ao Vice-Rei do Estado, do Povo de **São João Batista**, em 24 de julho de 1790: diz que a força do **Rio Grande** consta de 4 Companhias de Infantaria e Artilharia, comandados por um Sargento-mor, três de Cavalaria Ligeira, de que se projetou formar uma Legião e não tinham até então mais que 1 Capitão e oficiais Subalternos, além de 1 Coronel, Tenente Coronel e Sargento-mor. [3r.]

Lastima estar-se a dever, pelos Cofres Públicos, as Folhas militar, Eclesiástica, Lavradores, Estrangeiros, Comércio etc. 368:949.616 réis, de cuja soma tocam 264:399.546 réis que se lhes deve a mais de quatro anos, fora 4 fardamentos completos, que tem a mesma deixado de receber, resultando de aqui grande miséria entre os militares, dos quais muitos oficiais não ousam sair dos seus Quartéis, nem ainda para Funções do Real Serviço, por não terem [o] que vestir, nem calçar, de modo que a não ser a triste razão de Farinha, que se tem projetado cercar-lhes, pereceriam por falta de sustento, eles e suas famílias, assim é que a baixa redonda, que em outras partes se reputa pela mais sensível pena, se apetece, e chega a solicitar-se no **Rio Grande**, como único meio de escapar da vexação a mais insuportável; pede-se povoem os campos neutros, que assegura serem férteis, produzindo abundante colheitas de Trigo, Milho, Legumes e toda casta de frutas, e mui favoráveis à cria de animais, principalmente vacuns. Remete dois Balanços Gerais da Provedoria do **Rio Grande**, um extrato do que deve a Real Fazenda, outro extrato do que se está [3v.] devendo à Real Fazenda, uma Relação dos Gêneros e Efeitos que existem no Continente do **Rio Grande** pertencentes à Real Fazenda, um mapa da Artilharia e Munições de Guerra, outro mapa de Capatazes, Peões, Carretas, Carros e animais vacuns e cavaleiros existentes em diversos lugares do Continente, um mapa dos Habitantes Livres e Escravos de que se compõe a População do mesmo Continente, um mapa das Tropas regulares, outro do Regimento de Cavalaria auxiliar, um mapa dos animais domésticos de diferentes espécies, dispersos pelo referido Continente, um mapa da Sementeira e colheita do Trigo, pertencente ao ano de 1788 para o de 1789, em que a produção do expressado gênero de primeira necessidade foi uma das mais escassas, de que há memória.

Ofício do Governador **Veiga Cabral** ao Vice-Rei, de 20 de novembro de 1791. É de opinião que a proibição aos Fazendeiros de matar vacas deve ter certos limites, porque se é prejudicial o abuso de matar muitas vacas, do que resulta [4r.] diminuta parição, é também mui grande o de deixa-las procriar indefinidamente, do que se segue cobrir-se o

¹⁰³ Arredondo.

campo de animais que não pode sustentar, cansar-se etc. o que aconteceu aos Campos de **Viamão**, que também que se ponha em vigor a Lei da marcação, o que deve ter lugar nos meses de abril, maio, junho, julho e agosto, que percam os animais que deixarem de marcar os Fazendeiros ociosos em prol de construção de Igrejas etc. salvo se provarem que força maior, ou impossibilidade invencível, os impediu de realizarem a marcação, lembra que se anime os Lavradores e Estancieiros com isenções etc. parece-lhe oneroso o Imposto de 12.800 réis por cada [sic] Pipa de Aguardente, ou Cachaça; o de 6.400 para as de vinho, quando é constante, como lhe asseguram, que na Ilha de **Santa Catarina** e Vila da **Laguna** não pagam mais de 4.000 réis por cada Pipa, 1.000 réis cada barril e 320 réis cada anchorote [sic], também tem por gravoso o Imposto de 1.000 réis por cada arroba de açúcar, o de 4.000 réis em cada arroba de fumo, que pensa se deve reduzir a 500 réis. Crê que por cada escravo, que entra, se não deva pagar mais de 3.000 réis, e [4v.] para indenizar o Tesouro, diz que basta que este perceba 50 réis por alqueire de Sal; quer que continuem os Fazendeiros a pagar o foro de dois cavalos mansos, cada ano, regulado por cada légua que possuírem por doação do Governo; que se crie uma Freguesia no **Albardão**, entre os galhos dos Rios **Irapuá** e **Santa Bárbara**, ao Sudeste do mato de **Caçapava**, distante do Quartel do **Rio Pardo** 28 léguas; outra na Estância chamada do **Folhes** [?], pertencente à **Jerônimo Machado**, coisa de 3 léguas ao Sul da costa de **Camaquã**, 5 distante da Guarda do Rio, 4 da referida Capela e 16 ou 17 do **Rio Pardo**; outra Freguesia no mesmo lugar, onde esteve a **Feitoria do Linho Canamo**, chamado **Rincão de Canguçu**, entre os arroios chamados de **Correntes**, à duas léguas de distância da Costa da **Lagoa dos Patos**, o que oferece grande comodidade de embarque e desembarque, distante da Vila do **Rio Grande** 12 léguas por mar e 14 por terra, atravessando o **Rio de São Gonçalo**, no **Passo dos Negros**; e outra Freguesia na Estância do finado Tenente de Auxiliares **Luís Marques Fernandes**, na coxilha do **Serro Pelado**, 1 ½ légua [5r.] ao Norte do mesmo serro, entre as vertentes dos galhos setentrionais do **Piratini**, a 15 léguas distante da Vila do **Rio Grande**.

Demonstração dos Rios e seus Passos, a qual acompanhava um requerimento dirigido por vários particulares ao Vice-Rei.

Rio das Antas – estão as suas passagens arrendadas por 22.000 réis anuais.

Rio Gravataí – 1º Passo e o mais antigo é de **Passo do Fiúza**, por ser aberto por um sujeito assim chamado, proprietário da **Estância da Figueira**, por cujo Passo transitavam os moradores de **Santo Antônio** para **Viamão**. Depois que se povoou a **Aldeia dos Índios**, o Freguesia de **Nossa Senhora dos Anjos**¹⁰⁴, tem sido este Passo menos freqüentado, alguns anos conservou-se nele um preto forro que foi escravo da **Estância da Figueira**, o qual dava passagem a alguns viandantes, pelo que veio a ter o nome de **Passo do Negro**, morto este, conservou-se largo tempo sem passageiro, suprimindo a falta deste o morador mais vizi- [5v.] nho, até que foi ultimamente arrematado por esta Provedoria (que o pertendeu [sic]) a um Curitibano que o queira por 800 réis anuais, vindo por fim a abandoná-lo por pouco rendoso e não ser freqüentado. O 2º Passo é o que dá saída, ou trânsito, da dita Freguesia de **Nossa Senhora dos Anjos** para **Porto Alegre** e **Viamão**. Foi aberto no tempo em que os Povos **Guaranis** se aldeavam no dito lugar, é arrendado pela **Irmandade de Nossa Senhora dos Anjos** por 12.000 réis anuais até 16.000. Dá vau 3 ou 4 vezes no ano.

O 3º, denominado do **Carioca**, onde vive **Domingos Garcia Velho**, nos fundos dos campos do Capitão **Bernardo José Pereira** a Oeste do Rio, e nos do finado Tenente **Francisco de Souza de Oliveira** Este do mesmo Rio; uma Picada esquisita conduz por um e outro lado, e por meio de matos há este Passo, bom no verão e mais difícil no inverno, por se inundarem as suas margens do lado do Oeste; o Rio é neste lugar de nado em todo o tempo.

¹⁰⁴ Gravataí/RS.

O 4º é o de **Maria Nunes**, hoje de **João Machado**. Foi aberto este Passo pelos primeiros descobridores deste Continente, e é por [6r.] consequência [o] mais antigo, servindo de **Passo Geral** por muitos anos, apesar de vários pântanos intransitáveis na inverno do lado do distrito de **Nossa Senhora dos Anjos**. Há, mais abaixo, outro Passo. O 4º é sempre de nado.

5º e último Passo, atualmente chamado de **José Cardoso**. Foi aberto a perto de 30 anos, chamam-lhe sempre o **Passo Novo**; é muito freqüentado e o único que se tem arrematado. É aqui o Rio sempre de nado.

Rio Cai

1º Passo junto à Fazenda do **Monte Negro**; é Passo geral e desembaraçado. Tem sido arrematado em alguns anos.

2º Passo chamado anteriormente do **Grambue**, e hoje do **Pimenta**. É freqüentado e é Passo geral. Foi arrematado por 19:200, pouco mais ou menos. É sempre de nado.

Rio Taquari

1º Passo geral. 1 légua, pouco mais ou menos, a diante da Freguesia de **São José**¹⁰⁵; suas margens neste lugar são guarnecidas de matos gerais; tem da parte da Freguesia meia légua de distância, mais ou menos, e em metade desta distância um Arroio [6v.] que sempre se conserva de nado, a que chamam **Taquari Pequeno**; e é o Porto das Canoas em que se transportam os efeitos e diferentes mantimentos, que por comércio saem daquela Freguesia, terá deste Arroio ao Rio ¼ de légua. O dito Rio em si é mais caudaloso do que nenhum dos precedentes, no tempo das grandes enchentes, pois inunda as margens do dito Passo e impede que ali exista o Passageiro, e por esta causa se pode reputar intransitável por sua grande largura e violenta corrente.

2º **Passo de Dona Rita** é desembaraçado, dá trânsito do **Triunfo** para **Santo Amaro**; é próximo ao **Triunfo**, na Barra que faz o **Taquari** com o **Jacuí**; é sempre de nado e caudaloso.

Rio Jacuí

1º Passo é o Passo deste nome (**Jacuí**), largo, cômodo etc. 2º **Passo da Cachoeira**, junto a esta Povoação. 3º **Passo da Povoação do Rio Pardo**. 4º Passo para **Santa Amaro** é nas grandes enchentes quase intransitável. 5º **Passo do Jacuí** para a **Freguesia Nova**.

Rio Tramandai

Dá trânsito em seus diversos Passos aos que entram, ou [7r.] saem da Província.

Rio Camaquã

1º **Passo de Cima**; 2º **Passo de Baixo**.

Rio São Gonçalo

1º **Passo do Liscano**; 2º **Passo do Beca** incluso o do **Pavão**; 3º **Passo dos Negros**.

Rio Grande de São Pedro

Dá Passo para o Norte e vice-versa.

NB: Todos estes Passos, contidos nesta Relação, devem contar-se das vertentes dos Rios respectivos por sua ordem numérica: 1º, 2º, 3º etc.

□□□□□□□□□□

Extrato do Livro 1º de Cartas dirigidas pelo Governador **Gama**¹⁰⁶ ao Ministro, desde 1802 [sic] a 1808, copiados do Livro de Registo [sic] delas, debaixo da Inspeção do Secretário do Governo **Francisco José de Freitas** a 15 de junho de 1807.

¹⁰⁵ Taquari/RS.

¹⁰⁶ Paulo José da Silva Gama governou o RGS de 30.1.1803 a 9.10.1809.

Paulo José da Silva Gama ao Visconde de Anadia¹⁰⁷: ofício datado em **Porto Alegre** em 25 de julho de 1803. As freqüentes queixas, diz o Governador, que sobre o importantíssimo objeto das Sesmarias chegam à minha presença, a confusão que por toda a parte observo sobre a incerteza dos seus domínios, as questões litigiosas que a cada passo se aumentam etc. me impelem a referir à V.Exa. queixar-se que uma considerável parte dos casais e habitantes [7v.] abandonem suas terras para habitem a campanha de **Montevideú**, de que famílias inteiras estejam possuindo 15 à 18 léguas de terra nesta Província, por má distribuição que dessas terras tem feito o Vice-Rei, de serem dadas terras a filhos famílias ainda existindo sob pátrio poder; de darem-se terras a habitantes de outras Províncias que nunca para aqui vêm, ficando outros mesmo em **Lisboa**; de se tirarem terras aos casais vindos das ilhas, para as incorporar às grandes Sesmarias recém obtidas; de serem feitas as medições pelas justiças ordinárias erradas e com suborno; de não cuidarem da agricultura os grandes Sesmeiros. Quer que a criação do gado somente tenha lugar nas serras! Que se consagrem à agricultura todos os terrenos próximos ou não muito distantes dos Rios navegáveis.

Queixa-se da ambição desenfreada dos grandes Sesmeiros¹⁰⁸, que roubam aos pequenos pro- [8r.] prietários seus terrenos para aumentar a cria dos gados; de que outros grandes Sesmeiros criando mais do que podem, inundam com seus gados os campos vizinhos, com mingua dos interesses alheios e concorrem para [a] destruição das Lavouras, que esses gados vão aniquilar.

Queixa-se de que a grande abundância de carne seja parte para que aqui se conservem muitos vadios, ociosos e malfeitores.

Declara, finalmente, nulas todas as Sesmarias obtidas até então, por serem conseguidas subrepticiamente.¹⁰⁹

Em 18 léguas de terra (diz ele) acha-se uma só família, quando se podiam conservar 60.

Pede, finalmente ao Ministro: 1° que nenhum casal de qualquer qualidade que seja fique pos- [8v.] suindo mais de uma Sesmaria, perdendo para a Coroa tudo o que tiver de mais; 2° que as Terras ou Sesmarias não cultivadas, ou mesmo cultivadas nas margens dos Rios, junto às Praias do Mar, e contornadas de Povoações que excedam meia légua, fique esse excesso devoluto, ficando-lhe a escolha do local aonde quizer estabelecer-se o Sesmeiro; 3° que nas margens dos Rios, nos sítios juntos às Praias do mar, nos contornos das Vilas e Povoações maiores, na distância de 6 léguas ao redor delas, e em todos os lugares onde for fácil a condução dos produtos das terras, se não dê de Sesmarias mais de 1/4 até meia légua em quadro, conforme for o terreno, pior ou melhor situado; 4° que nestes sobreditos sítios não haja mais gado que o suficiente para [as] lavouras, e que não se agriculturando dentro de dois anos, contados da data das Sesmarias, fiquem incursos os Proprietários na pena de comisso e obrigados a cercar o

¹⁰⁷ **João Rodrigues de Sá e Menezes**, Conde de Anadia a 17-XII-1808, em Portugal, n. 11-XI-1755, em Aveiro (Portugal), + 30-XII-1809 no Rio de Janeiro. 1° Ministro da Marinha no Brasil. CF. Anuário Genealógico Brasileiro. São Paulo?: s/ed., vol. IX, 1947, p.269.

¹⁰⁸ Nota do Autor dos "Apontamentos": Pasma, certamente, a debilidade de memória que padecia o muito honrado e zeloso Governador **Paulo José da Silva Gama**. No mesmo tempo em que aqui governava aquele desinteressado Magistrado, vivia uma notabilidade permanente conhecida de S.Exa. que requerendo ao seu Soberano uma sesmaria, e não lhe devendo ser esta concedida com mais de légua de frente e três de fundo, a fez demarcar para si com mais de 18 e talvez 20...! Se esta notabilidade dava exemplo tão escandaloso, que mais é que ela fosse imitada pelo Povo que sempre toma por modelo de moral os que se assentam à sua frente?

Esta nota, conforme entendimento do anotador, não tem sentido quando interroga a figura de Paulo Gama. Este Governador, em 25-7-1803, em correspondência com o Visconde de Anadia, já informa sobre a péssima distribuição de terras na Capitania, dizendo que: "[...] Famílias há inteiras que estão possuindo 15 e 18 léguas de terra. [...]".

¹⁰⁹ Nota do Autor dos "Apontamentos": Vide Carta Régia de 1797 dirigida ao Governador **Veiga Cabral**.

terreno com as sementes que melhor produzir, pondo-se em vigor a Lei que manda conservar as matas de madeira de Lei, e as da borda dos Rios, para o serviço do Estado; 5° que só nas serras se dê Sesmaria de 3 léguas para crias de gado, e que os criadores que dentro do prazo de dois anos não tiverem estabelecido currais, incorrerão nas penas de comisso; 6° que sejam obriga- [9r.] dos a demarcar as suas terras dentro de um ano, e que delas não tomem Posse nem as possam cultivar sem as terem medido, sob pena de comisso; 7° que haja um Letrado Juiz de Medições etc.; 8° que o Processo das Sesmaria seja sumaríssimo, e da mesma sorte os Embargos etc.: 9° [que] sejam obrigados os Proprietários a vender a outros as terras que não puderam lavar, nem nelas criar por carência de meios pecuniários; 10° que sejam obrigados todos os Proprietários a apresentar ao Governo da Província [sic] os Títulos dos terrenos que possuem, tirando-se as terras aos que tais títulos não apresentarem; 11° que tenha cada Câmara dois livros de Registos [sic] das Sesmarias confirmadas, para que se faça efetiva a responsabilidade dos Proprietários remissos em as mandar confirmar.

Conclui afirmando que jamais este país florescerá enquanto se não promover nela a agricultura.

O mesmo **Gama**, em data de 25 de julho de 1803, diz ao Ministro que existem em **Rio Grande** 31 Companhias de Milícias, compondo 1800 homens, mais ou menos.

Na mesma data, remete ao Ministro a relação da importação e exportação da Província com outras [9v.] do **Brasil** e **Lisboa**, e que deduzindo-se ser maior a importação, que a exportação deve seguir-se a ruína da Capitania, anão existir o comércio que das Províncias do Norte se faz com **Montevideú**, o que redunde em prejuízo desta.

Com data de 1° de outubro de 1803, remete ao Ministro D. **Diogo de Souza** uma boceta de geléia para caldos, para prova, e ver se convém tomar à sua conta a Real Fazenda o seu fabrico etc.

Em 26 de julho do mesmo ano, remete ao Ministro **Visconde de Anadia** um barril de sal de **Glauber**, uma caca [?] com 5 libras de tabaco virginia, mais um embrulho do mesmo tabaco e 1 caixa com 5 ½ libras de coxonilha, tudo produção da Capitania do **Rio Grande**.

Com data de 25 de julho de 1803, diz ao Ministro **Anadia** que se acha inteiramente destruída a **Fazenda de Bojurú**, despendendo anualmente 413\$000 réis com capatazes e peões, sem lucro algum, e que a arrendou por 933\$000 réis anuais; que o **Rincão do Rio Pardo** com o qual a Fazenda Real despendia 360\$000 réis anuais, ficava arrendado por 233\$000 réis cada ano, obrigando-se o arrendatá- [10r.] rio a conservar nele os cavalos do Regimento de Dragões, sem despesa da Real Fazenda; que a **Fazenda dos Povos**, com a qual anualmente despendia a Fazenda Real 887\$000 réis, sem lucro algum, estava em praça e já estava no lanço de quatro mil cruzados e 25.000 réis anuais, e crê que chegará à 5.000 cruzados.

Com data de 4 de dezembro de 1803, diz ao **Visconde de Anadia** que a população da Capitania é composta de 36.721 almas, conforme o mapa das freguesias, sem constar os nascidos do mesmo ano e Tropa de Linha, na superfície de 4.500 léguas quadradas, ou mais, diz que os Cartórios estão cheios de pleitos eternos sobre limites ou divisas, que os juizes, já por falta de livros, já por impossibilidade de proceder às vistorias, não sabem pôr termo. Diz que **Porto Alegre**, **Viamão**, **Triunfo** e **Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia** contavam 11.227 almas, não entrando neste número os nascidos nesta ano e Tropa de Linha; que a Vila do **Rio Grande** com todas as Capelas Filiais, o **Estreito** e **São Luís de Mostardas** contam 11.290 almas; que **Rio Pardo** com suas Capelas Filiais, e além disso a **Cachoeira**, **Santo Amaro** e **Taquarí** têm 9.599 almas, sem a Tropa e nascidos etc; que

Santo Antônio da Patrulha, Oliveira¹¹⁰, de Cima da Serra e Conceição do Arroio¹¹¹ têm 4.085 almas, sem a Tropa e nascidos. [10v.]

Com data de 4 de dezembro de 1803, diz ao **Visconde de Anadia** ser deplorável o estado da Tropa da Capitania, chegando os soldados a fazer o serviço descalços, e outros em camisa e calções, devendo-se sete fardamentos com as respectivas fardetas aos Corpos de Cavalaria, e seis ao Batalhão de Artilharia, e 10 anos de soldo.

Diz que anualmente se consomem nos açougues da Capitania 11:592 reses, que reguladas a 9 @¹¹² cada uma, umas por outras, monta à 104:328 @, somando a imposição de 1 real em cada libra 3:338.496 réis.

Diz que com o estado antecipado e prematuro da Gramática Latina paralisa e oprime as faculdades do raciocínio e dificuldade da matéria: a mocidade não deve aprende-las!!!!!!!!!!

Com data de 4 de dezembro de 1803, remete ao **Visconde de Anadia** o mapa da Tropa miliciania. Na mesma data, remete ao Visconde uma cópia do mapa da população e relação da importação e exportação da Capitania, e não remeta as tábuas estatísticas que lhe pediu o Conselho Ultramarino, por não ter achado na Secretaria socorro algum para as formalizar.

Em data de 5 de julho de 1804, remete ao **Visconde [11r.] de Anadia** 6 barricas com folhas de tabaco virginia, e mais um caixote com 20 massarocas do mesmo virginia produzido na Capitania etc.

Relação dos Gêneros que pagam Direitos na alfândega da Vila do **Rio Grande de São Pedro** em 1803, dirigido ao Governo do Rei, pelo Governador **Gama**.

Gêneros	Quantidade	Direitos
Aguardente da terra	1 pipa	4.100 réis
Idem do Reino, reexportada	1 dita	2.400 "
Vinho reexportado	1 "	2.400 "
Azeite reexportado	1 "	2.400 "
Açúcar	1 @	320
Tabaco em rolo	1 "	480
Escravos para negócio	1	12.000 "
Arroz	1 alqueire ¹¹³	100 "
Algodão tecido	1 vara ¹¹⁴	005 "
Farinha de mandioca	1 alq.	050 "
Café	1 @	100 "
Sal	1 alq.	100

NB: Propõe o Governador que todos os gêneros que vierem para esta Capitania paguem os Direitos pela Nova Pauta da Alfândega do **Rio de Janeiro**.

¹¹⁰ Vacaria/RS.

¹¹¹ Osório/RS.

¹¹² sinal de arroba.

¹¹³ Equivale a 13,8 litros, CF. [Negócios Coloniais. Luís Lisanti. Ministério da Fazenda. 1973. vol I, p.LXXXIII-LXXXVIII]

¹¹⁴ Equivale a 1,10 metros, CF. [Negócios Coloniais. Luís Lisanti. Ministério da Fazenda. 1973. vol I, p.LXXXIII-LXXXVIII]

Com data de 25 de agosto de 1805, remete ao **Visconde [11v.] de Anadia** uma relação das Embarcações que entraram na barra da Capitania no ano de 1803, e outra relação das Embarcações que navegam nos rios do interior.

Com data de 30 de março de 1805, diz o Governador **Gama** ao Vice-Rei **Vasconcelos** que dos Escravos que entram para a Província, não poucos passam por contrabando a **Montevidéu** pela fronteira; diz que este contrabando é o que se faz das nossas Províncias do Norte com **Montevidéu** tem aumentado de modo que admira o preço dos Escravos, com prejuízo dos habitantes do **Rio Grande**, e que assim o Direito de 12.000 réis por cabeça escrava é mais sensível aos habitantes deste país; é de parecer que se reduza o Direito à metade.

Diz que tem havido acréscimo nos rendimentos da Capitania, constando de um balanço feito de agosto a dezembro de 1804, que rendera a Alfândega 11:884:499 réis em dinheiro e fianças idôneas na forma do foral. Pede que adinstar [sic], do que pratica o Governo de **Lisboa** com a Capitania do **Ceará** os gêneros importados diretamente de **Portugal** e de **África** só pagem aqui durante 10 ou 12 anos a metade dos Direitos que se pagam nas Alfândegas do **Brasil**. [12r.] Propõe se cunhe uma moeda própria para a Província etc.

Diz que na última guerra conquistamos em outras terras da **Espanha** algumas fazendas (propriedade da Coroa Espanhola que eram as em que estão postadas as suas Guardas com gados e cavalhadas necessárias para o seu sustento e serviço militar, tais como as do **Serrito**, de **Santa Tecla**, de **Santa Rosa**, **Quilombo** etc., das quais as duas principais foram incorporadas à Coroa, e da primeira separando-se quatro léguas para custeio de 4.000 cavalos para guarnição da Tropa do **Rio Grande**, de arrendou o resto (3 ou 4 léguas) por 4:450:000 réis em seis anos. A 2^a, que terá 7 léguas, anda em praça. Não se tem arrendado as outras pela multidão de Portugueses intrusos que as ocupam.

Pede que se imponha aos grandes sesmeiros que obtiveram por graça as suas Sesmaria, a obrigarem-se a fornecer um cavalo manso cada ano para o serviço militar.

Diz com toda a verdade que professa, que não há um quartel nesta Capitania. (naturalmente ignorava que existia um prédio e tijolo em **Rio Pardo**, coberto de telha, e que servia aos Dragões).

Na mesma data, remete ao Ministro **Anadia** 5:000.000 réis do Dom Gratuito a conta de maior [12v.] quantia, além de importantes Letras pertencentes à Dívida passiva da Real Fazenda, com o que assim se vai aumentando, e além de uma quantidade de gêneros e de animais, que têm oferecido os Fazendeiros.

Em data de 25 de março de 1805, diz ao Príncipe Regente, pelo seu Conselho Ultramarino, que aqui os poderoso vexam pela maior parte os fracos, e que se ele não fora, e o temor que tem dele, **Paulo José da Silva Gama**, já todos se teriam devorado uns aos outros, que este povo vive abandonado a um estado brutal e primitivo, que na mesma ocasião em que escrevia estas coisas, o mesmo **Gama**, lhe chegaram presos da **Missões** 16 facinorosos, todos cúmplices em diversas mortes as mais aleivosas, afora outros crimes. Pede a criação de uma Junta Criminal para processar e condenar até à pena última os Escravos, Índios e Mestiços, que são uma espécie de homens malvados, naturais de **Curitiba**, que se passam para esta campanha por onde vagueiam sem domicílio certo, capazes de cometer toda a sorte de atrocidades por qualquer insignificante paga, como instrumento de vingança de qualquer particular; que se acham presos muitos escravos por matarem seus Senhores, [13r.] além de muitos que ainda se não prenderam, e de muitos outros já remetidos à Relação do **Rio de Janeiro**, onde pela maior parte, ou estão soltos, por nulidade dos Processos, ou degradados para **Angola** sua pátria, e por isto mesmo reputados forros.¹¹⁵

¹¹⁵ Nota do Autor dos "Apointamentos": Admira com este zeloso e virtuoso servidor se olvidasse de denunciar ao seu Governo a existência de dois desinquietos rapazes, que mal cobertos com uma máscara, esbordoavam e roubavam impunemente nesta Capital.

Com data de 6 de outubro de 1805, remete ao Ministro **Anadia** o mapa da exportação e importação do ano de 1804, do qual se deduz o aumento que tem o comércio desse ano, comparado com o antecedente; também remete o mapa da Tropa de Linha.

Na mesma data, avisa ao Ministro de ter remetido ao Intendente da Marinha do **Rio de Janeiro** 328@ de Linho Canamo [sic], produção da Real Feitoria, para serem mandadas para **Lisboa** à disposição do Presidente do Real Erário.

Na supra dita data, remete ao Ministro **Anadia** 10 barricas de tabaco virgínia para Sua Alteza Real; que nenhuma despesa fizeram à Real Fazenda [13v.] de cultivo e benefício, e que conformemente às instruções que acompanharam o ofício do Ministro, de 25 de janeiro de 1805, sobre o modo de corrigir os defeitos que possa haver na cultura, colheita e arrumação da mesma folha, assim como diligência à propagação desta planta pela campanha; passava a dar-lhe inteira execução.

Na mesma data, previne ao Ministro **Anadia** que não remete a estopa porque o Vice-Almirante Inspetor da Cordoaria o não quer, em razão do custo do frete.

Com data de 16 de outubro de 1805, remete ao Ministro uma conta que chama individual da despesa feita com a Feitoria do Linho Canamo, e da quantia de linho produzido anualmente, do que poderá custar o quintal¹¹⁶ do seu frete para o **Rio**, e de a li para **Lisboa**, e que porção de linho poderá produzir cada geira [sic].¹¹⁷

Com data de 13 de abril de 1809, diz ao Infante Almirante que a Capitania tem dois portos, um central, situado na latitude austral de 30°1'40" e na longitude oriental de 326°54', 18 ½ léguas da costa oriental do mar oceano, 44 longitude quase de nordeste [sic] da sua barra no dito mar (**Porto Alegre**), e outro marítimo, (Norte) sito na latitude austral de 32°1'30" e na longitude oriental de 326°5' a légua e [14r.] quarto ao Norte da mencionada barra. Tanto aquele junto à Vila de **Porto Alegre**, na **Lagoa de Viamão**¹¹⁸, cabeceira da grande **Lagoa dos Patos**, como o outro, fronteiro do **Rio Grande**, servem para ancoradouros de iates do comércio interior e para Embarcações de dois mastros, que não demandam mais fundo que o de 14 à 18 palmos, pouco mais ou menos, por seu pouco mais do que este o máximo que se encontra, assim no variável canal da Barra, como nos tortuosos da referida **Lagoa dos Patos**.

Com data de 6 de outubro de 1805, diz ao **Anadia** que o comércio tem tido incrível incremento, o que prova com os mapas de importação e exportação; que na Capital se acham estabelecidas de novo lojas de todos os artifícios (expressões próprias¹¹⁹) vindos das Capitânias do Norte e o mesmo acontece com lojas se fazendas; que nunca como neste ano se viu tanto edifício em construção; que todavia, ainda, a agricultura não prospera como deve, e ele se esforça para a fazer prosperar, achando-se, apesar disto, muito melhorada, com relação aos tempos anteriores; que para fazer prosperar a agricultura tem dado terrenos na **Serra Geral** etc.¹²⁰ [14v.]

Com data de 16 de outubro de 1806, diz ao Príncipe Regente que não é possível conseguir dos grandes Sesmeiros o ocuparem-se da lavoura, que resolvera distribuir terras na **Serra Geral** e 1/8 de légua em quadro!!! para que se[jam] obrigados os donatários a cuidar de lavoura, por não poderem em tão curto espaço de terreno criar gados.

Com data de 2 de março de 1806, diz ao **Luís de Vasconcelos**, Presidente do Tesouro, que nunca até então houve na Capitania o imposto do subsídio literário, que tal

¹¹⁶ Equivale a 58,752 quilos, CF. [Negócios Coloniais. Luís Lisanti. Ministério da Fazenda. 1973. vol I, p.LXXXIII-LXXXVIII]

¹¹⁷ Jeira: Antigamente, terreno que uma junta de bois podia lavrar num dia; hoje, medida de 19 a 36 hectares. CF. Dicionário.

¹¹⁸ Rio Guaíba.

¹¹⁹ Nota do Autor dos "Apontamentos".

¹²⁰ Nota do Autor dos "Apontamentos": Faria melhor propondo a isenção de Direitos por largo tempo aos novos cultivadores.

imposto é oneroso enquanto regula a rês morta nas charqueadas para salgar e secar no peso de 10@, pagando-se por cada @ 320, pois se ainda aquelas que se matam nos [açougues?] da Capitania e se vendem a miúdo ao Povo com todos os seus ossos, jamais excedem de 8 à 9 @, quanto mais as que se salgam e secam nas charqueadas, despojadas de todos os ossos, e nas quais apenas se aproveita de 3 ¼ à 4 @ de carne. Lembra a representação feita por ele Governador e pela Junta da Fazenda, em data de 22 de fevereiro de 1805, ao Príncipe Regente, contra a concorrência das carnes manufaturadas das Colônias Espanholas nos mercados do **Brasil, Rio, Bahia e Perambu-** [15r.] **co**, contra os interesses da Província do **Rio** [Grande?]. Diz que mais de 200 embarcações (sumacas) requeñtam anualmente os portos do **Rio Grande** e carregando ou exportando os couros, carnes etc. que completam mais da metade da carga, que a Real Fazenda percebia 6.000 réis de Direitos da Ponte por cada embarcação que saía dos portos da Província, que percebia a Real Fazenda 100 réis por cada alqueire de sal; que as nossa carnes salgadas, couros etc. já nesse tempo não podiam sustentar a concorrência das carnes etc. Espanholas, como ele Governador o provou na sua conta de 22 de fevereiro de 1805. Pede o estabelecimento do subsídio literário para a Capitania, e que fosse percebido sobre as reses mortas nos açougues, muito embora então sejam essas reses avaliadas em 10 @.

Na mesma data, a **Luís de Vasconcelos**, acusa ter recebido o officio deste em que o previne da chegada a **Lisboa** do tabaco virginia, mas tão avariado, em que não foi possível desmanchá-lo em rapé etc.

Na supra dita data, diz ao **Conde de Vila Verde**, que por vício de economia rústica, pouco fomento talvez, apenas oferece esta Capitania um supérfluo de trigo para abastecer as Ca- [15v.] pitania no Norte, montando anualmente a exportação de trigo a 194 mil alqueires em grão, e a 4.000 @ em farinha, pela medida da terra, que pela de **Portugal** monta a 388,000, e nos anos pouco férteis, como o de 1806, de tal modo sobe o valor que tem estado a 2.200 réis em primeira mão; que a Galera de **Joaquim Pereira de Almeida**, negociante em **Porto Alegre**, leva naquela ocasião uma porção de trigo a **Lisboa** por ensaio a vêr o que lhe poderá render a sua venda, para daí se resolver se convém especular neste gênero para **Portugal**, podendo-se aqui mesmo fazerem-se as barricas por abundância de madeiras; opõe-se a toda a espécie de privilégio, ou de comércio exclusivo, nesta Capitania!!!!¹²¹ Pede a liberdade ilimita- [16r.] da do comércio.

Com data de 25 de setembro de 1806, diz aos Ministros **Visconde de Anadia, Conde de Vila Verde e Luís de Vasconcelos**, que de 1803 a 1806 aumentaram-se os rendimentos da Capitania de 54:659\$020 réis, sendo o seu total 100:564\$060, equilibrando já a receita com a despesa, como prova com a inclusa demonstração nº 5, subsistindo apenas o insignificante déficit de 3:450.102 réis, por se ter posto em conta as Capitania o fardamento da Tropa, que devia vir de **Portugal**; mas espero [sic] que no corrente ano de 1806 ficará a receita pela despesa, pelo que verá o Governo de Sua Alteza Real que sem impostos diretos e pesados, sem obstruir o seu comércio e indústria e economizando simplesmente as veias da sua natural riqueza, ser o que basta para que este fértil país se torne uma bela e, talvez, uma das mais interessantes colônias.

Com data de 30 de setembro de 1806, remete ao **Anadia** o mapa da população.

Com data de 24 de novembro de 1806, à Sua Alteza Real, diz que o Major Engenheiro **Saldanha** tem trabalhado em experimentos quími- [16v.] cos e outras investigações de História natural, objetos mui recomendados por Sua Alteza Real.

¹²¹ Nota do Autor dos "Apontamentos": O comércio exclusivo de alguns ramos de indústria é tão útil e indispensável nas sociedades nascentes, com é prejudicial depois que estas se acham completamente organizadas, e podem muitos membros da comunidade tratarem diretamente de semelhantes empresas. O comércio exclusivo sempre iníquo, sempre odioso será aquele que for exercido pelo Governo imediatamente. A exploração das minas de ouro e prata fazem [[16r] até certo ponto uma exceção nesta regra.

Com data de 26 de maio de 1808 remete ao Ministro D. **Rodrigo**¹²² um vidro de salitre e dois de pólvora fabricados pelo Licenciado **Vicente Venceslau Gomes de Carvalho**, assegurando que este cirurgião marchava, desde logo, para a Corte a oferecer ao Ministro uma coleção de outros vários inventos.

Com data de 29 de julho de 1808, diz a D. **Fernando de Portugal**, por quem foi consultado sobre o modo de fazer prosperar a cultura do Linho Canamo [sic]; 1° que se mude para outro terreno a feitoria; 2° extrair o óleo de Linho Canamo para o comércio e uso da Medicina, Pintura e outras artes; 3° pagar bem o Linho colhido pelos particulares; 4° criação de uma mesa de inspeção que disponha dos fundos para compra do Canamo, selo e classificação das suas diversas sortes e qualidades: teria a mesa um Presidente, por Deputado Nato o Diretor ou Inspetor da Feitoria, e por Deputados amovíveis, 1 comerciante, 1 fazendeiro e 1 secretário [17r.] com voto.

Com data de 17 de setembro de 1808, remete ao Infante Almirante General 150 @ de Linho Canamo.

Com data de 19 de setembro de 1808, diz ao mesmo Infante que não existe no **Rio Grande** estabelecimento algum naval, que a **Barra do Rio Grande** só dá entrada a embarcações menores, inclusive Bergantins, chegando apenas na maior enchente a 19 palmos de água, quando sopra o vento do quadrante do S.E.¹²³, tendo em todo o mais tempo de 12, 13 à 14 palmos de água; que o território da Capitania principia na costa do mar no **Rio Ararenguá** [sic] na latitude 28° 53' segundo as observações feitas pelos Astrônomos empregados na Demarcação de Limites, apesar da diferença que se encontra no Roteiro de **Manuel Pimentel**, e chega à latitude 33°, onde existe postada o Marco Português, entre a **Lagoa Mirim** e a costa do mar. Em toda extensão não é praticável desembarque, por ser aparelado e de grande arrebentação, e só na latitude 29° 20', entre dois penhascos denominados as **Torres**, existe um pequeno canal onde com extremo risco tem por vezes aportado algumas canoas com desastres da Ilha de **Santa Catarina**. [17v.]

Com data de 15 de dezembro de 1808, diz ao Ministro D. **Rodrigo de Souza Coutinho**, que os particulares recusam pertinazmente cultivar o Linho Canamo. O clima e o terreno são mui próprios para esta cultura, e lembra os meios que já propôs para que progreda a cultura do Linho.

Com data de 2 de março de 1809, remete ao **Conde de Aguiar** três amostras de ouro que ele **Gama** fez tirar de outras tantas minas e mais outra amostra que ele achou na Secretaria, quando tomou posse do Governo do **Rio Grande**, e que conservava o seu antecessor.

Com data de 21 de junho de 1810: D. **Diogo de Souza** diz ao **Conde de Linhares**¹²⁴ que temos nesta Capitania tanta salicornia¹²⁵ que se pode dizer inextinguível, e que portanto haverá quanta soda, potássia [sic], cinzas graveladas etc. que se queira, e que naquela mesma ocasião remetia amostras do primeiro ensaio, a vista das quais e da nota que ajunta do processo conhecerá o **Conde de Linhares** que aquela planta não é inferior à de **Cartagena** e **Alincante**, que remete mais uma espécie de salsa parrilha há pouco descoberta na Capitania, cuja e- [18r.] ficácia medicinal está provada; também envia um pedaço de pedra mármore de uma pedreira da qual se poderá tirar pedras da

¹²² Dom Rodrigo de Souza Coutinho.

¹²³ Sudeste?

¹²⁴ **Rodrigo Domingos de Souza Coutinho Teixeira de Andrade Barbosa**, nasceu em Chaves, Portugal, aos 4 de agosto de 1755 e faleceu no Rio de Janeiro aos 26 de janeiro de 1812. Foi o primeiro conde de Linhares e primeiro senhor de Pailvos. Era conselheiro de Estado. Foi enviado extraordinário de Portugal e ministro plenipotenciário em Turim. Em 1808 era ministro da Marinha e Ultramar, dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Figurou no primeiro ministério organizado por D. João VI, no Brasil. [...]CF. *Anuário Genealógico Latino*. São Paulo: s/ed., vol. 4, 1952, p.189.

¹²⁵ Nota do Autor dos "Apontamentos": Salicornia Planta amuá [?], ou soda de Narbona por combustão, é empregada nas fábricas de vidros.

grandeza que se quiser, e juntamente de um pedaço de mina de ferro, que lhe parece abundante e da qual há muita quantidade aqui.

Com data de 17 de julho de 1810, remete ao **Conde de Aguiar**¹²⁶ uma cópia do mapa da população, que na mesma data dirigia à Secretaria dos Negócios da Guerra, e mais uma lista das Freguesias da Capitania.

Com data de 19 de agosto do mesmo ano, diz D. **Diogo de Souza** ter recebido a barrica de pinhão que mandou semear na Real Feitoria¹²⁷ e repartir pelos habitantes mais curiosos, situados em terrenos apropriados.

Com data de 18 de outubro de 1810, diz D. **Diogo de Souza** ao **Conde de Linhares**, ter recebido um couro cheio de sementes de virgínia (Tabaco) que distribuiu pelos moradores mais curiosos; diz que a experiência mostra que esta qualidade de tabaco prospera muito na Capitania onde é cultivado por ordem Régia desde 1800. Dá parte de terem nascido pinheiros dos pinhões mandados pelo Conde em 14 de junho.

Com data de 13 de dezembro de 1810, remete D. [18v.] **Diogo de Souza** ao **Conde das Galveas**¹²⁸ uma amostra das Tabletas [sic] de jalêa [sic], que se fabrica no **Rio Grande**, cujo resultado lhe parece ter correspondido às vantagens calculadas que se esperavam do seu fabrico. Remete mais uma amostra da extração do grude que fez na mesma Vila, **Alexandre Inácio da Silveira**, encarregado do fabrico das Tabletas.

D. Diogo, em data de 14 de dezembro de 1810, diz ao **Conde das Galveas** o seguinte: Ilmo. Exmo. Sr. O Projeto que nessa Corte teve de promover a cultura do Linho Canamo [sic] nestes contornos, principiou a ser executado em 1747, porém com tão mal sucesso, que mesmo por três vezes se extinguiu a semente até ao ano de 1784, em o qual o Vice-Rei **Luís de Vasconcelos**, por ofício de 2 de outubro, que deve existir na Secretaria de Estado dos Negócios do **Brasil**, deu uma diffusíssima conta das objeções que haviam contrariado os progressos daquela cultura praticada pelos lavradores, e expôs o novo sistema que adotara de estabelecer no sítio de **Canguçu** uma feitoria à despesa da Fazenda Real, contudo ou fosse por impropriedade do terreno como insinuavam os administradores da referida Feitoria, em consequência do que se mudou depois para a mar- [19r.] gem do **Rio do Sino**¹²⁹, onde não tem melhor prosperado, ou fosse por defeito do mesmo sistema, participando de inevitáveis erros tantas vezes advertidos pelos Econômicos Políticos de tentar estabelecer ramos de agricultura com administrações Reais, o certo é que de tais Feitorias lesivas aos interesses da Fazenda, apenas se tem tirado a utilidade de conservar as sementes. Quanto a mim, o maior obstáculo à cultura do Canamo é como parece V.Exa. estar instruído, a falta de pagamento dos lavradores ou a dependência deles com a Fazenda Real. Desvanecida esta dificuldade pelas medidas que V.Exa. bem refletidamente indica, de maneiras a compra do Linho por uma pessoa particular, exporei algumas outras medidas que julgo necessárias: 1º ajuntar neste ano grande quantidade de linhaça para a distribuir aos agricultores, e como se não poderá alcançar tanta quanto chegue ao abastimento [sic] de todos, convém no primeiro ano atender mais à reprodução da semente que a colheita do Linho, isto debaixo das instruções dadas pelos comissionados da pessoa encarregada da compra, auxiliados com providências do Capitão General; 2º não sendo menos dificultoso destruir a má fé dos lavradores, do que prin- [19v.] cipiar a cultura do Canamo, convirá

¹²⁶ **Fernando José Portugal e Castro** (Marquês e 1º Conde de Aguiar). 50º governador da Bahia a 18-IV-1788. 6º Vice-rei e Capitão-general do Brasil em 1800. 2º Ministro da Marinha do Brasil. + 24-I-1817 no Rio de Janeiro. CF. *Anuário Genealógico Brasileiro*. São Paulo?: s/ed., vol. IX, 1947, p.268.

¹²⁷ Real Feitoria do Linho Cânhamo.

¹²⁸ **Rodrigo Domingos de Souza Coutinho Teixeira de Andrade Barbosa**, nasceu em Chaves, Portugal, aos 4 de agosto de 1755 e faleceu no Rio de Janeiro aos 26 de janeiro de 1812. Foi o primeiro conde de Linhares e primeiro senhor de Pailvos. Era conselheiro de Estado. Foi enviado extraordinário de Portugal e ministro plenipotenciário em Turim. Em 1808 era ministro da Marinha e Ultramar, dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Figurou no primeiro ministério organizado por D. João VI, no Brasil. [...]CF. *Anuário Genealógico Latino*. São Paulo: s/ed., vol. 4, 1952, p.189.

¹²⁹ **Rio dos Sinos**, atualmente.

convocar os comandantes dos diversos Distritos e como agentes para a compra do Linho, entregar-lhes algumas porções de Dinheiro, animando-os, também, com esperanças de prêmios, a fim de que se esforcem em persuadir os fazendeiros as vantagens que lhes propõem de uma tal cultura; 3° por não tornar a cair nos antigos torpeços [sic], cada comandante deverá, pessoalmente, receber nas Vilas dos seus Distritos assim as ordens respectivas a este negócio, como a semente, ficando responsável tanto da conservação desta, como da sua reprodução, até um determinado limite em dado tempo; 4° que o Linho se recolha a esta Capital com a marca apensa do lavrador, para no ato da entrega inspecionarem os comissários a sua qualidade e notarem os defeitos que acharem, procurando-se assim aperfeiçoar a melhor qualidade dele e dispor para o futuro o arbitramento de três sortes e preços diferentes, como se pratica em alguns países, o que contudo não será útil sem que primeiro esteja generalizada a cultura; 5° o Linho será recebido dos lavradores em estado de rama como se costuma em quase todas as partes, e não azedado, cuja ope- [20r.] ração é própria das pessoas inteligentes que o manipularão nas fábricas, conforme a aplicação a que o artista o destina, e mui diversa, embaraçante e até incompatível com o trabalho do agricultor. Como neste estado não pode embarcar-se o linho, sem grande despesa e ruína dele, deverá estrigar-se, embalar-se [sic] e emprensar-se [sic] nas Vilas para depois ser transportado com maior economia e mais bem acomodado.

O preço que parece razoável é de 3.200 réis por cada @, e como um fardo de linho, pesando 6 arrobas, pode ser reduzido a um cubo de dois palmos e meio de face, que corresponde ao volume do surrão¹³⁰ de trigo de quatro alqueires, pode arbitrar-se o frete de uma @ de linho para o Rio de Janeiro a 320 réis, por isto chegaria o linho em rama àquela Corte pela despesa de 14:080 réis o quintal¹³¹, se não houvesse a considerar outras de custeio, preparação, conduções interiores neste Continente, salários de comissários e de seus agentes etc. o que tudo me faz persuadir, se deve calcular com o custo de 16.000 réis por quintal. O óleo de linhaça que aqui se sabe extrair menos mal, pode pela venda do supérfluo influir muito ao futuro na conveni- [20v.] ência do lavrador, e abrir um veículo assás lucrativo de comércio, por isso me lembra que também este objeto se deverá recomendar à pessoa designada para a incumbência das compras do linho, a fim de ficarem as desembolsos com estas suavizados em parte com os interesses provenientes dele. Ultimamente me parece que não só é necessário afastar dos lavradores todo o indício de virem a ser algum dia privativos da Fazenda Real, ou de seus encarregados, as compras, quer do linho, quer da linhaça, mas até é preciso segurá-los da sua permanente liberdade de venderem a quem lhes oferecer mais preço¹³².

Com data de 26 de fevereiro de 1811, diz D. **Diogo de Souza ao Conde de Linhares**, que notou um fenômeno que não pode verificar, mas que por ocular observação se persuade existir, posto ninguém ainda nele refletisse, e é o de que pela Barra do Rio Grande não sai ao mar nem 1/5 da massa de água que dos rios interiores afluí para essa barra; que esta sua indução merece ser [21r.] observada e realizando-se, também, deveria indagar-se se as águas são transmitidas nas lagoas e que ele nem tempo, nem instrumentos tinha para conhecer a verdade¹³³.

Com data do Serro Pelado, de 29 de março de 1812, D. **Diogo de Souza** responde ao **Conde das Galveas**, que lhe pede notícias de minas de carvão de pedra na Capitania, que na Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra deve existir uma Memória da descoberta de carvão de pedra feita pelo Cirurgião **Venceslau Gomes de**

¹³⁰ Surrão: bolsa de couro.

¹³¹ Quintal: 58,752 quilos. Era o peso de 4 arrobas. CF. [Negócios Coloniais. Luís Lisanti. Ministério da Fazenda. 1973. vol I, p.LXXXVII]

¹³² Nota do Autor dos "Apontamentos": Livro 1° das cartas dirigidas ao Ministério fol. 252 V°.

¹³³ Nota do Autor dos "Apontamentos": No mesmo caso está o Mediterrâneo: um canal subterrâneo da Lagoa dos Patos comunicando com o oceano explicaria esse fenômeno.

Carvalho, e outra do Mineralogista **Feldner**, acompanhadas de amostras que depunham em favor da sua boa qualidade.

Com data de 27 de dezembro de 1812, D. **Diogo de Souza** diz ao **Conde de Aguiar** que remete inclusos os planos dos terrenos auríferos levantados pelos Engenheiros **Jacinto Desidério Coni** e **João Vieira de Carvalho**, que ele **Diogo** visitou aqueles terrenos, e sente que se retirassem os mineiros no momento em que principiavam a aproveitar os seus trabalhos. Não diz onde estão sítios os tais terrenos. [21v.]

Com data de 22 de junho de 1813, informando ao Príncipe Regente sobre as Posturas das Câmaras das Vilas de **Porto Alegre**, **Santo Antônio da Patrulha**, Vila de **São Pedro**¹³⁴, Vila do **Rio Pardo**, diz quanto à de **Porto Alegre** etc. etc.; quanto à Vila do **Rio Grande** que desde a época da sua criação em 1750, até 1814, a carne do açougue se conservou constantemente no preço de 5 réis a [?], e que o Donativo feito à Câmara, tendo variado segundo a concorrência dos lançadores, e maior ou menor valor dos gados, só chegou em 1813 a 200.000 réis em 1812 à 750.000 réis, e em 1811 a 800.000 réis, máximo a que tem subido. Que os talhos das duas Freguesias, **Viamão** e **Aldeia**¹³⁵, nunca produziram mais de 120 a 200.000 réis. Propõe-se uma sesmaria de 4 léguas quadradas para Patrimônio das Câmaras, como Sua Alteza Real providenciou no § 14 do Regimento do Governo da Capitania, escriturado em 16 de outubro de 1807¹³⁶.

Com data de 3 de agosto de 1814, D. **Diogo** diz ao Príncipe Regente que já a esse tempo tinha sido abolida a percepção dos Direitos de Introdução dos Escravos nesta Capitania, e conclui [22r.] dando a seguinte Relação das Aulas da Província.

Aulas de primeiras Letras	Ordenados dos Professores
Uma na Capital de Porto Alegre	250\$000
Idem, na Vila do Rio Grande	200\$000
Idem, na Vila do Rio Pardo	200\$000
Idem, na-Vila de Santo Antônio	150\$000
Idem, na Freguesia de São Francisco de Paula ¹³⁷	100\$000
Idem, na Freguesia de Cachoeira	100\$000
Idem, na Freguesia do Triunfo	100\$000
Idem, na Província de Missões , um dos Povos mais central	100\$000

Aulas Elementares	
Uma de Gramática Latina em Porto Alegre	300\$000
Idem, de Filosofia Racional e Moral na mesma Capital	300\$000
Idem, de Retórica na mesma Capital	300\$000
Idem, de Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria ¹³⁸ na mesma Capital	400\$000
Idem, de Gramática Latina na Vila do Rio Grande	250\$000
Idem, idem na Vila do Rio Pardo	250\$000
Soma Total	3:000\$000

Atualmente o Subsídio Literário rende anualmente (e promete ainda ir em progressão)..... 5:000\$000

Dos quais, deduzida a despesa acima, restam 2:000\$000 [22v.]

¹³⁴ **Rio Grande/RS**

¹³⁵ **Gravataí/RS**

¹³⁶ Nota do Autor dos "Apostamentos": Livro 2º de ofícios para a Corte.

¹³⁷ **Pelotas/RS**

¹³⁸ No original: Tregnometria [sic].

Com data de 6 de setembro de 1817 o **Marquês de Alegrete**¹³⁹ diz ao Ministro **Bezerra** que estão esgotados todos os meios que tinha de acudir às despesas da Província, que montam, talvez, ao duplo de sua receita.

Com data de 29 de outubro de 1818 o **Conde da Figueira**¹⁴⁰ diz ao Ministro **Thomaz Antônio** que o preço de cada novilho subiu à 6.400 réis; que cada novilho paga nos Registos [sic] 800 réis, e importa em 1.000 o seu custeio até **Sorocaba**, além dos prejuízos dos que morrem, fuga de gado, roubo, magreza, etc. que carregam os condutores, ou especuladores deste ramo de comércio.

N.B.

Muitas vezes citam os officios, aqui resumidos, dos Governadores e Capitães Generais a remessa que fazem ao Governo de Recenseamentos, Relações, Força armada da Província etc. Devo declarar que nenhum desses escritos foram encontrados nos arquivos da Secretaria do Exmo. Governo Provincial, apesar de quanta diligência pôs para encontrá-los o seu atual digno arquivista. Parece que, ou foram inutilizados e extintos por qualquer maneira, ou que meus predecessores os tivessem recolhido para os consultarem na organização dos seus trabalhos.

[Transcrição e notas de Miguel Duarte]

□□□□□□□□□□

Arquivo Histórico – Papéis Vários – 1754-824

Lata 16 – nº 4 – vol. I [Códice]

Doc. Nº 1

[fl. 1r.]

Alvará em forma de Lei pelo qual Sua Majestade é servido declarar os Salários, assinaturas e mais proes [sic] e precalsos [sic] que devem haver os Ouvidores, Juizes e mais Officiais nos seus Domínios. De 10 de Outubro de 1754.

[fl. 10r.]

Carcereiros

De carceragem de cada um dos presos, quando se mandar soltar levarão 900 rs.¹⁴¹ e o mesmo levarão dos que forem presos de noite com armas defesas, porém dos que forem presos por serem achados fora de horas depois do Sino, sem armas, levarão só meia carceragem. E sendo alguém preso por erro, ou sem mandato do Juiz, e sem culpa, e por isso for mandado soltar por despacho, ou Alvará, não levarão deste carceragem. Do preso que for mandado para uma Prisão = digo que for mandado de uma Prisão para outra, levarão somente a metade da carceragem, que ele havia de pagar quando fosse solto, e o Carcereiro da Prisão para onde for mudado, levará quando o soltarem, a carceragem inteira. Dos escravos presos, ou seja por culpa, ou por serem penhorados a seus Senhores, e não haver Depositário a eles, ou por fugidos, ou por ordem de seus Senhores sendo soltos, levarão 600 rs somente, e não lhe querendo seu Senhor dar de comer, o carcereiro lhe assistirá com o sustento necessário, e levará dela por cada [sic] escravo por dia 60 rs. Este Alvará, em forma de Lei, se cumpra e guarde inteiramente

¹³⁹ D. Diogo de Souza.

¹⁴⁰ José Maria Rita de Castelo Branco Corrêa e Cunha Vasconcelos e Souza, 1.º Conde da Figueira, a 13-V-1810, em Portugal. N. 5-II-1788, na vila de Salvaterra de Magos, + 16-III-1872, em Lisboa. Com., Brigadeiro, Governados e Capitão General do Rio Grande do Sul (1818-1821). [...]. CF. Anuário Genealógico Brasileiro. São Paulo?: s/ed., vol. V, 1943, p.115.

¹⁴¹ Réis.

como nele se contém, não obstante quaisquer outras Leis, Regimentos ou Resoluções em contrário, que hei por derogadas por este efeito com se deles fizesse expressa individual menção. Pelo que mando ao meu Conselho Ultramarino, Vice-Rei, Governadores e Capitães Generais do Estado do **Brasil** e Ministros, e mais pessoas dos Meus Reinos e Domínios, que o cumpram e guardem, e o façam inteiramente cumprir e guardar, como nele se contém, e ao Desembargador **Francisco Luís da Cunha e Ataíde**, do Meu Conselho e Chanceler-mor do Reino: Mando que o faça publicar na Chancelaria, e o faça imprimir e registar [sic] nos lugares onde se costumam fazer semelhantes Registos [sic], e este Próprio se lançará na **Torre do Tombo**. Escrito em **Belém**, aos 10 de outubro de 1754.

[a] El Rei

□□□□□□□□□□

Arquivo Histórico – Papéis Vários – 1754-824

Lata 16 – nº 4 - vol. I [Códice]

Doc. Nº 92

[fl. 1r.]

Dom João, por Graça de Deus, Príncipe Regente de **Portugal** e dos **Algarves**, da quem, e dalém Mar, em **África** Senhor da **Guiné**, e da Conquista, Navegação, Comércio da **Etiópia**, **Arábia**, **Pérsia** e da **Índia** etcetera = Faço saber aos que esta Minha Carta virem: Que por parte da **Baronesa do Real Agrado** Me foi apresentado um Alvará por Mim Assinado, passado pela Minha Chancelaria, do qual o teor é o seguinte = Eu, o Príncipe Regente, Faço saber aos que este Alvará virem: Que, Tendo consideração ao incansável desvelo e extremo afeto, com que a **Baronesa do Real Agrado** se tem distinguido no assíduo Serviço da Rainha, Minha Senhora e Mãe: Hei por bem Fazer-lhe Mercê em duas vidas da Fazenda da Minha Real Coroa, denominada **Bojurú**, na Capitania do **Rio Grande de São Pedro do Sul**. Pelo que Mando ao Presidente e Conselheiros do Meu Conselho da Fazenda, que apresentando-lhes a dita **Baronesa do Real Agrado** esta Alvará [fl. 1v.] por Mim Assinado, Registrado nos Livros do Registo [sic] Geral das Mercês, passado pela Minha Chancelaria, lhe façam passar Carta em forma da Administração da sobredita Fazenda em duas vidas, como dito fica, na qual se transladará este Alvará, que se cumprirá inteiramente como nele se contém, pagos primeiramente os Direitos ordenados, e valerá ... efeito haja de durar mais de um ano, à margem do Decreto por onde este se louvou se... a verba necessária. Pagou de Novos Direitos trinta Réis, que se carregarão ao Tesoureiro delas a folhas sessenta [...]to do Livro primeiro de Sua Receita, como constou do conhecimento em forma Registrado [sic] a folhas três do Livro Primeiro do Registo [sic] Geral dos Novos Direitos. **Rio de Janeiro** vinte e quatro de Abril de mil Oitocentos e nove = Príncipe =

Por Decreto de Sua Alteza Real de dezoito de Outubro de mil oitocentos e oito, e Despacho do Conselho da Fazenda de vinte e quatro de Novembro do mesmo ano = **Dom Diogo de Souza** = **Luiz Beltrão de Gouveia de Almeida** = **Joaquim José de Souza Lobato** a fez escrever = **Joaquim Pires Farinha** o fez = Pedindo-Me [fl. 2r.] a dita **Baronesa do Real Agrado** que na conformidade do sobredito Alvará lhe Fizesse Mercê, Mandar [sic] passar Carta de Administração da referida Fazenda. Crendo visto o Seu Requerimento e Alvará acima transladado: Hei por bem e por Graça Fazer-lhe Mercê por duas vidas da Administração da Fazenda da Minha Real Coroa denominada **Bojurú** na Capitania do **Rio Grande de São Pedro do Sul**, a qual terá e possuirá pelas referidas duas vidas, enquanto Eu o Houver por bem e não Mandar o Contrário. Pelo que Mando ao Presidente e Conselheiros do Meu Conselho da Fazenda, Governador e Capitão General da Capitania da **São Pedro**, Ministros e mais pessoas a que tocar, metam de posse da dita Fazenda **Bojurú** a sobredita **Baronesa do Real Agrado**, e lhe deixem possuir, gozar e haver todos os tratos da mesma Fazenda, que diretamente lhe pertencem em duas vidas somente: E a todas as mais Justiças e pessoas a quem esta

Minha Carta for apresentada e o Conhecimento dela pertencer, lha cumpram e guardem inteiramente, como nela se Contém; sem lhe ser posto embargo ou dúvida alguma, porque assim Hei [fl.2v.] por bem = Pagou de Novos Direitos a quantia de Quatrocentos mil quinhentos e quarenta réis; a saber: Quatrocentos mil réis da primeira Vida, e quinhentos e quarenta réis da Segunda, que Se Carregarão ao Tesoureiro delas a folhas Cinquenta e oito Verso do Livro primeiro de Sua Receita, Como Constou do Conhecimento em forma Registado [sic] a folhas Cento noventa e quatro [sic] do Livro primeiro do Registo [sic] Geral dos Novos Direitos, e à margem do Registo [sic] do Sobredito Alvará, nesta incorporado. Se porá verba do conteúdo desta Minha Carta, que por firmeza do referido lhe Mandeí dar por Mim Assinado, passada pela Minha Chancelaria e com o Selo pendente dela.

Dada na Cidade do **Rio de Janeiro** aos trinta e um do mês de Maio: Ano do Nascimento de Nosso Senhor **Jesus Cristo** de mil oitocentos e nove = O Príncipe = Com Guarda.

Carta porque Vossa Alteza Real Há por bem e por Graça Fazer Mercê em duas vidas à **Baronesa do Real Agrado**, da Fazenda de Sua Real Coroa denominada **Bojurú**, na Capitania do **Rio Grande de São Pedro do Sul**, como acima se declara = Para Vossa [fl. 3r.] Alteza Real Ver = Por Despacho do Conselho da Fazenda de Vinte e nove de Maio de mil oitocentos e nove = **Luís Francisco Maia** a fez, grátis – **Joaquim José de Souza Lobato** a fez escrever = **Dom Diogo de Souza** = **Luís Beltrão de Gouveia de Almeida** = Número vinte e seis = Estava o Selo das Reais Armas = Pagou quatro mil réis do Selo. **Rio**, em três de Junho de mil oitocentos e nove = **Souza** = Registada [sic] a folhas trinta e uma verso do Livro Primeiro de Registo [sic] de Alvarás e Cartas Régias que serve nesta Secretaria do Conselho da Fazenda, e posta a verba necessária. **Rio de Janeiro** em Oito de Junho de mil oitocentos e nove = **Luís Carlos Corrêa Lemos**, grátis = Livro terceiro, folhas trinta e nove verso = Nesta Secretaria do Registo [sic] Geral das Mercês, fica Registada [sic] exata Carta = **Rio de Janeiro** dez de Junho de mil oitocentos e nove = **Matias Antônio de Souza Lobato**, grátis = **Tomás Antônio de Vilanova Portugal** = grátis = Pagou quarenta mil quinhentos e quarenta réis, e aos Oficiais nada por quitarem. **Rio** quinze de Junho de mil oitocentos e nove = Digo pagou oitenta mil quinhentos e quarenta réis, *era ut Supra*. [fl. 3v] **José Maria Raposo de Andrada e Souza** = Registada [sic] na Chancelaria-Mor da Corte e Estados do **Brasil** a folhas quinze do Livro terceiro de Offícios e Mercês = **Rio** quinze de Junho de mil oitocentos e nove = **José Rodrigues Ferreira**.

Apostila

Porquanto, Havendo pelo Meu Real Decreto de dezoito de Outubro de mil oitocentos e oito, feito Mercê por duas vidas à **Baronesa do Real Agrado**, da Fazenda denominada **Bojurú** na Capitania do **Rio Grande de São Pedro do Sul**, se não declarou naquela ocasião que ficaria isenta de pagar o Quinto dos Couros e Gado em pé à Minha Real Fazenda: Sou Servido Determinar que em todo o tempo compreendido na Sobredito Minha Mercê, se não exija, de modo algum, o referido Quinto. E Mando que esta Apostila Se Cumpra e guarde, como nela se Contém, a qual por firmeza do referido Mandeí passar, por Mim Assinado e Selada de Meu Selo pendente = Pagou de Novos Direitos Quinhentos e quarenta réis, que se carregarão ao Tesoureiro [fl. 4r.] de mês, a folhas oitenta e oito do Livro Primeiro de Sua Receita, como constou do Conhecimento em forma Registado [sic] a folhas noventa e três do Livro Segundo do Registo [sic] Geral dos mesmos Direitos. **Rio de Janeiro** em vinte e um de Agosto de mil oitocentos e nove = O Príncipe = Com Guarda = Apostila pela qual Vossa Alteza Real Há por bem ordenar que se não exija da **Baronesa do Real Agrado** o Quinto dos Couros e Gado em pé, provenientes da Fazenda denominada **Bojurú**, durante o tempo porque Vossa Alteza Real lhe Fez Mercê da mesma Fazenda. Para Vossa Alteza Real Ver = Por Decreto de Sua Alteza Real de vinte e quatro de Julho de mil oitocentos e nove, e Despacho do Conselho da Fazenda de dezoito de Agosto do mesmo ano = **Manuel José de Souza França** a fez = De feito mil e seiscentos réis, grátis = **Joaquim José de Souza Lobato** a fez escrever = **Dom Diogo de Souza** = **Luís Beltrão de Gouveia de Andrada** = Número

duzentos e sessenta = Estava o selo das Reais Armas = Pagou quatro mil réis do Selo = **Rio** vinte e dois de Agosto de mil oitocentos e nove = **Menezes** = Registada [sic] a folhas quarenta e quatro do Livro [fl. 4v.] Primeiro de Alvarás e Cartas Régias, que serve nesta Secretaria do Conselho da Fazenda. **Rio de Janeiro** vinte e cinco de Agosto de mil oitocentos e nove = **Manuel José de Souza França**, grátis = Livro quarto, folhas cento [e] setenta e três = Nesta Secretaria do Registo [sic] Geral das Mercês fica Registada [sic] esta Apostila. **Rio de Janeiro** vinte e seis de Agosto de mil oitocentos e nove = **Matias Antônio de Souza Lobato** = grátis = **Tomás Antônio de Vilanova Portugal** = grátis = Pagou quinhentos e quarenta réis, e aos Oficiais nada por quitarem. **Rio de Janeiro** trinta e um de Agosto de mil oitocentos e nove = **Antônio do Canto Quevedo Castro Mascarenhas** = Número cento [e] setenta e sete = Registada [sic] na Chancelaria-Mor da Corte e Estados do **Brasil** a folhas noventa e três do Livro terceiro de Ofícios e Mercês = **Rio** trinta e um de Agosto de mil oitocentos e nove = Pagou mil e seiscentos réis = **José Roiz [Rodrigues] Ferreira**. [à margem esquerda consta:] Diz a emenda **José Rodrigues Ferrª** = nada mais = **Castro** = Nada mais constava a Carta, Sua Apostila e competentes averbações que se acha com o Selo Grande das Reais Armas, pendente em uma fita de seda loira de cor de cravo, que eu **Joaquim José de Castro**, Tabelião do Público Judicial e Notas [fl. 5r.] nesta Corte do **Rio de Janeiro** e seu termo, aqui bem e fielmente fiz extrair a presente Pública forma com o teor da própria, a que me reporto, em poder do apresentante [sic], a quem entreguei, com esta, que subscrevi e assinei em Público e Raso nesta Corte do **Rio de Janeiro** aos dez de Abril = Ano do Nascimento de Nosso Senhor **Jesus Cristo** de mil oitocentos e quinze. E eu, **Joaquim José de Castro** a subscrevi e assinei em publico e raso.

[...] de Verdade

[a] **Joaquim José de Castro**

Pg. 200 rs de Selo de 5 mª [...]

[a] **Pereira** os fez

O Dr. **Cláudio José Pereira** [fl. 5v.] da **Costa** professo na Ordem de Cristo, do Desembargo de Sua Alteza Real seu Desembargador da Suplicação desta Corte, Corregedor do Civil da Corte e Casa e Juiz de **Índia e Mina** [?] com alçada.

Faço saber que por fé do Escrivão do meu Cargo, abaixo declarado, me constou ser o sinal público e retro do próprio Tabelião nele firmado, o que hei por justificado. **Rio de Janeiro**, 12 de Abril de 1815. E eu, **José Gomes da Silva** o fez.

[a] **Cláudio José Pereira da Costa**

□□□□□□□□□□

Arquivo Histórico – Papéis Vários – 1754-824

Lata 16 – nº 4 - vol. I [Códice]

Doc. Nº 99

[fl. 1r.]

Dom Diogo de Souza, do Conselho de Sua Alteza Real, Vedor da Sua Real Casa, Grão Cruz da Ordem de Cristo, Governador e Capitão General da Capitania de **São Pedro** etc. Faço Saber aos que esta Minha Carta de Título de terras virem, que atendendo a representar-me **Francisco Gil**, morador nesta Capitania, que não tendo obtido mercê alguma de terras para nelas Edificar Casas, não as possuindo de propriedade para sua habitação, nem onde fazer uma pequena cultura e plantar algumas árvores frutíferas, e achando-se devoluto o mesmo Distrito de **Caí**, com quarto e meio de légua de frente, e meia légua de fundo, dividindo-se pelo Sul com a Data dos herdeiros do falecido **João Ribeiro**; pelo Norte com a **Serra Geral**; pelo Leste com **Euzébio José Machado**; e pelo Oeste com o Alferes **José Alves de Carvalho e Silva**, Me pedia lhe fizesse mercê conceder as indicadas terras; Tendo visto seu Requerimento e Informação do

Comandante do Distrito, a quem se não ofereceu dúvida alguma – Hei por bem conceder, sem [rasgado]¹⁴², nem prejuízo de terceiro, as referidas terras de pouco mais de quarto e meio de légua de frente, e meia légua de fundo, no lugar acima dito; fazendo-as medir antes de tomar posse delas, com obrigação de principiar o Seu Estabelecimento dentro de um ano, e concluído em dois, contados desde a data desta Carta, e não o fazendo, ficar cassado, desde logo, o presente Título, permanecendo as mencionadas terras livres e desembaraçadas para darem-se a quem nelas Edifique, pagando-lhe as benfeitorias que houver feito [ava]liadas pelos Louvados à Juramentados da Câmara, sem consideração ao valor das terras, as quais pela missão ficarão reputadas devolutas, como se nunca lhe fossem concedidas, e com mais a condição de que se das mesmas terras, ou de parte delas, em algum tempo se precisar para Obras públicas ou Reais, e [ser]vidão do Povo, se lhe poderá tomar sem figura de juízo, satisfazendo-se-lhe, por igual modo, unicamente as benfeitorias; e [rasgado] com a de que não poderá vender, trespassar, nem de sorte alguma alienar as terras de que se trata, e obras nelas levantadas sem licença deste Governo, ficando aliás nulo todo e qualquer contrato, e reputado por esse fato devolvendo as mesmas, para delas de fazer nova mercê a qualquer pessoa [rasgado] oferecendo-se a indenização das benfeitorias na forma que fica prescrito. Em firmeza de tudo lhe mandei passar a presente Carta de Título, por Mim assinada e Selada com o Sinete das Minhas Armas, a qual será Registada [sic] na Secretaria deste Governo, na da Junta da Real Fazenda e na Câmara respectiva. Dada no Palácio de **Porto Alegre**, 20 de Abril de 1814. **Vicente Ferrer da Silva Freire**, Coronel e Secretário do Governo o fez escrever.

[a] **D. Diogo de Souza**

[à margem, selo em papel com as Armas de D. Diogo]

Nº 1512

Pagou 1\$600 rs. de Selo

[a] **Bandeira** [a] **Gomes**

Carta de Título porque V.Exa. há por bem fazer mercê a **Francisco Gil**, de umas Terras no Distrito de **Caí**, como acima se declara.

Para V.Exa. Ver

[1v.]

Por Despacho de Sua Exa. De 5 de Abril de 1814.

Registrada a folha 160 v[erso] do L[ivro] 1º que serve de Registro de Cartas de Datas na Secretaria deste Governo.

Porto Alegre, 22 de Abril de 1814.

Pagou 12\$800 rs. de Feitio e Registro

[a] **Antônio Maria de Abreu**

Registrada a fl. 74 do Livro 14º que nesta Secretaria da Junta da Real Fazenda serve de Registo [sic] Geral. **Porto Alegre**, 21 de Agosto de 1815.

[a] **Inácio José de Alencastro**

Regulado a fl. 65 do Lº 3º de Registos [sic] de semelhantes. **Porto Alegre**, 3 de 8brº [outubro] de 1815.

[a] **Lourenço Júnior de Castro**

□□□□□□□□□□

¹⁴² Foro algum?

Sendo chamada pelo atual Comandante desta Freguesia, **Maria Meira**, mulher meretriz e moradora na mesma, por ele foi perguntado se tinha ouvido ao Sargento-mor **Alexandre Luís** dizer tinha recebido uma carta de **José Artigas**, em que lhe prometia entrar nos fins deste mês, até princípios do outro, com dez mil homens e que no instante fosse juntado partido, ao que respondeu sobre a carta de **Artigas**, e na verdade ele lhe tinha dito, a tinha, e sobre o grito da noite do dia 23 disse ela ouvira dizer a diversas pessoas, mas que nada tinha ouvido ao próprio Maior, e para que possa chegar à presença do Ilmo. e Exmo. Sr. **Conde da Figueira** os atentados desse motim, o mandou escrever por mim **Inácio Custódio de Souza**, perante ele Comandante e o Capitão **Bernardo Moreira Lório** e o Alferes **Manuel de Souza Maia**, abaixo assinados. **Cachoeira**, 28 de abril de 1820.

Sinal de **Maria [] Meira**¹⁴³

[a] **José Carvalho Bernardes** - Comandante

[a] **Bernardo Moreira Lório** – Capitão

[a] **Manuel de Souza Maia** – Alferes

[a] **Custódio Inácio de Souza**

Sendo chamada igualmente **Antonia Inácia**, mulher meretriz e moradora nesta Freguesia, por ele foi perguntado se tinha ouvido dizer, ao Sargento-mor **Alexandre Luís**, que tinha recebido carta de **Artigas** em que dizia entrava nos fins deste mês até princípios do outro, e se tinha ouvido gritar ao mesmo Sargento-mor na noite do dia 23, quando forçou o Tambor desta Freguesia e mandou tocar a degola, eu aqui só sou pelos negros e pelos Guaranis, ela lhe respondeu que sobre a carta de **Artigas** nada sabia, e só sim lhe dissera por graça quando eu entrar com **Artigas** tu há de ser a primeira que me há de pagar, e sobre o grito disse = ouvira a sua voz, que muito bem conhece, por ser a sua casa bem contígua ao Corpo da Guarda, quando fez caminhar o Tambor, eu sou pelos negros e pelos Guaranis, mas que não fora grito, e sim uma voz alta bastante, e para que possa chegar à Presença do Ilmo. e Exmo. Sr. **Conde da Figueira** os atentados desse motim, o mandou escrever por mim **Inácio Custódio de Souza**, perante ele Comandante e o Capitão **Bernardo Moreira Lório** e o Alferes **Manuel de Souza Maia**, abaixo assinados. **Cachoeira**, 28 de abril de 1820.

Sinal de **Antonia [+] Inácia**

[a] **José Carvalho Bernardes** - Comandante

[a] **Bernardo Moreira Lório** – Capitão

[a] **Manuel de Souza Maia** – Alferes

[a] **Custódio Inácio de Souza**

[fl. 1v.]

Sendo chamado igualmente o Espanhol D. **Vicente**, que se achava de guarda, por ele foi perguntado se tinha ouvido dizer, ao Sargento-mor **Alexandre Luís**, que tinha recebido carta de **Artigas** em que lhe dizia entrava nos fins deste mês até princípios do outro, e se tinha ouvido gritar ao mesmo Sargento-mor, que era pelos negros e pelos Índios, na noite do dia 23, quando forçou o Tambor e mandou tocar a degola, ele respondeu que sobre a carta de **Artigas** nada sabia, e sobre o grito disse, ele ficara tão

¹⁴³ Não consta, nem (x) nem (+).

assustado que fugira, mas que bem ouvira dizer o mesmo Sargento-mor, o Tambor vindo já meio retirado não sabes que eu quero bem aos Índios; e nada mais ouvira e nem sabia, e para que possa chegar à presença do Ilmo. e Exmo. Sr. **Conde da Figueira** os atentados desse motim, o mandou escrever por mim **Inácio Custódio de Souza**, perante ele Comandante e o Capitão **Bernardo Moreira Lirio** e o Alferes **Manuel de Souza Maia**, abaixo assinados. **Cachoeira**, 28 de abril de 1820.

Sinal de D. **Vicente** [+] Espanhol

[a] **José Carvalho Bernardes** - Comandante

[a] **Manuel de Souza Maia** – Alferes

[a] **Custódio Inácio de Souza**

□□□□□□□□□□

Arquivo Histórico – Papéis Vários – 1754-824

Lata 16 – nº 4 - vol. I [Código]

Doc. Nº 162

[fl. 1r.]

Registo [sic] dos Limites que dividem os aplicados a Capela do **Livramento** com este Curato.

Aos vinte e três dias de maio de mil oitocentos e vinte e quatro, nesta Capela Curada de **Nossa Senhora do Livramento**, aonde me achava para efeito de visitar e benzer a mesma Capela, me informei dos principais vizinhos, abaixo assinados, práticos do território, e com eles designei os limites dos aplicados à dita Capela, e são os seguintes: Pela **Coxilha Grande**¹⁴⁴, que divide o **Estado Cisplatino**¹⁴⁵, correndo de Oeste para Leste até a vertente do **Banhado Ipamoreti** [sic]¹⁴⁶ – que desce a rumo Norte a entrar no **Ibicuí do passo d'Armada**¹⁴⁷, e seguindo por este até a barra do **Vacacaí** e continuando por este acima, a rumo de Oeste até a serra a procurar a vertente mais próxima do **Iverapuitam**¹⁴⁸ [sic] chico, e descendo por este até a confluência com **Iverapuitam grande**, voltando por este acima até o rumo do Sul até o galho **Itacambuchi** [sic] – subindo por este a rumo de Sudoeste até a sua vertente em um rumo da dita **Coxilha Grande** e voltando esta a procurar a próxima vertente do galho de **Quaraí** denominada **Sarandí**, decendo por esta até a sua entrada no dito **Quaraí**, que fica imediata à confluência do **Arroio Catalam** [sic] -, e continuando por este acima até a sua vertente na supradita **Coxilha Grande**, que divide o **Estado Cisplatino** e daqui procurando a vertente do **Mata-olho**¹⁴⁹ que vai a entrar no **Rio Arapuí**¹⁵⁰, que divide a **Província Cisplatina**, e por esta forma se designaram os limites que aliás os limites do

¹⁴⁴ Coxilha de Santana, atualmente.

¹⁴⁵ República Oriental do Uruguai.

¹⁴⁶ Banhado Upamaroti.

¹⁴⁷ Rio Ibicuí da Armada: Rio afluente do rio Santa Maria. Nasce na coxilha do Haedo, próximo à cidade de Livramento, corre para o NE até a barra do Itáquatia e depois para o N. até sua barra, junto ao serro das Caveiras, 6 quilômetros acima da Vila do Rosário, e com um curso de 120 quilômetros. Rega o município de Livramento e depois limita-o dos de Dom Pedrito e São Gabriel e este do de Rosário. Cf. FARIA, Octávio Augusto de. *Diccionario Geographico, Historico e Estatistico do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Liv. do Globo, 1914, 2.º ed.

¹⁴⁸ Ibirapuitã-chico.

¹⁴⁹ Arroio afluente do Ibirapuitã; limita os municípios de Alegrete e Quaraí. Cf. FARIA.

¹⁵⁰ Arapeí – Rio que divide o Estado Oriental do Uruguai do distrito brasileiro d'Alegrete, ao sudoeste da Província de São-Pedro-do-Rio-Grande. Nasce do vertente ocidental da serra Herval, e corre de este a oeste até o Uruguai, onde deságua pela margem esquerda, 36 léguas abaixo do Rio Ibicuí. Cf. SAINT-ADOLPHE, J.C.R. Milliet. *Diccionario Geographico Historico e Descriptivo do Imperio do Brazil*. Paris: Aillaud, Guillard e Cª, 1863, vol. 1, p.71-72.

território que fica pertencendo ao sobredito curato. *Era ut supra* – O vigário da Vara José Paim Coelho de Souza, Antônio Pinto d'Azambuja – Belarmino Coelho da Silva – Manuel Cavalheiro d'Oliveira – Manuel Alz. Coelho de Moraes – João da Costa Leite – Francisco Roiz. Da Silva – Marcos Gulate Pinto – Rolino Ferreira de Bairros [sic] – Custó- [fl. 1v.] dio Teixeira Pinto – Joaquim da Costa Leite – O Cura Frei Bernardo das Dores. Registram-se os limites retos especificados, e determinados neste cartório, e nos dois cartórios de **Alegrete e Livramento**. **Alegrete**, 25 de maio de 1824. **Paim**. E nada mais se continha no termo que designam os ditos limites, escrito e assinado no verso na Provisão do Ilmo. e Reverendíssimo Sr. Cônego Provisor, e Vigário Geral desta Província **Antônio Vieira da Soledade**, pela qual elevou aquela Capela à Categoria de Curato. O referido passo na verdade que afirmo *in fid Parochi*. **Alegrete**, 26 de maio de 1824. O Reverendo **José Pereira Coelho de Souza**.

[a] **Antônio Luís Penteado**
Cura do Livramento.



Infantaria (E) e Artilharia do Rio Grande de São Pedro
1767

A Exposição Provincial de 1875: subsídios para a história econômica do Rio Grande do Sul.¹⁵¹

A Reforma de terça-feira, 25 de maio de 1875, publica a seguinte notícia – a primeira após os editais e avisos oficiais que vinham aparecendo na imprensa desde novembro do ano anterior, sobre a exposição: *Foi ontem, às 11 horas do dia, instalada a Exposição Provincial no edifício do Ateneu*¹⁵². Estiveram presentes SS.Excias. O Presidente da Província, Bispo Diocesano, Câmara Municipal, general das armas, chefes de repartições públicas e oficiais do 12º. Compareceu grande número de cidadãos e muitas senhoras distintas da nossa sociedade que fizeram realçar aquela festa, símbolo do trabalho e da prosperidade da Província. A exposição acha-se enriquecida com variadíssimos produtos nacionais, como mais detidamente relataremos aos leitores, cabendo-nos desde já mencionar as importantes produções dos srs. **Leão e Alves**, do Arsenal de guerra, da fábrica nacional de tecidos de lã, da fábrica de **Kappel & Irmãos** e da farmácia do sr. **Luiz Nicolao Masson**.

A Reforma de 26 de maio de 1875 publica a seguinte notícia: Ao nº 558 atingiu a quantidade de produtos que figuram na Exposição Provincial, anteontem instalada. [...] As comissões de quase todas as localidades da Província, somos informados de que muito se esforçaram a fim de cumprirem o seu honroso encargo; e a elas em grande parte deve-se a variedade de produtos que figuram na exposição, e que hão de dar da Província, na exposição geral, uma idéia vantajosa; deixando também perfeitamente provada a riqueza do nosso solo, a uberdade das nossas terras, o nosso adiantamento fabril e agrícola. [...] Do rápido exame que fizemos nos objetos expostos, notamos logo as obras feitas no Arsenal de Guerra da Capital, a cargo do honrado Sr. Major **Júlio Anacleto Falcão da Frota**. [...] Com efeito, uma meridiana de metal amarelo, fabricada pelo operário **João Ferreira da Silva**, é obra digna de ser vista e apreciada, pelo bem acabado dela e primorosa estrutura. [...] Uma balança de precisão, fabricada pelo mestre da oficina de máquinas **José Francisco da Silva Godinho**, também é obra bem acabada e que não vimos ainda melhor. [...] Outro tanto em relação a uma fechadura de duas chaves, trabalho de **Francisco José Dias**. [...] São dignos de nota outros objetos expostos pelo Arsenal de Guerra, o qual muito contribuiu para o brilhantismo da Exposição Provincial. [...] Os expositores **Leão & Alves**, já tão vantajosamente conhecidos como fabricantes de perfumarias, extratos e óleos, enriqueceram a exposição com 32 produtos de sua fábrica, todos preparados com muita perfeição e dignos de serem apreciados. Notaremos aqui entre eles, por sua originalidade os seguintes: óleo de sementes de abóbora, clarificado; dito de andaaçú; espírito de farinha de arroz; dito de farinha de mandioca; ditos de sementes de laranja; uma amostra de aguardente de ananás, outra dita de arroz. [...] A fábrica nacional de tecidos e panos, de **Rheingantz & Vater**, numa vitrina expôs os seus produtos de lã. [...] Apreciando-os com toda a atenção, achamos que as baetas, cobertores, chales e fios, são muito bem preparados e preferíveis aos importados. Esta fábrica merece o apoio público e mesmo a proteção do comércio. [...] Ela presentemente já ocupa mais de 100 operários; tendo ali entrada de preferência os nacionais, conforme há tempos fomos informados. [...] Sobre a produção da fábrica é descrita no Catálogo da exposição deste modo: "A produção da fábrica com os 20 teares que hoje trabalham se

¹⁵¹ Arquivo Athos Damasceno Ferreira [gav.31/nº4311]. O IHGRGS possui em seu acervo [7/2324/8] o Catálogo da exposição da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul em 1875. 101p. Neste impresso aparece a Comissão: Barão de Cahy, C. v. Koseritz, Firmiano A. d'Azambuja, Dr. Luiz da Silva Flores Filho e Felipe B. de F. Noronha (ausente). O Catálogo tem a data de 24 de maio de 1875.

¹⁵² Esquina Riachuelo/gen Câmara ou Mal. Floriano/Duque?

eleva a 200 quilos diários e até o fim deste ano, com os novos maquinistas, subirá até 400 quilos por dia, que ao preço médio de 3\$500 por quilo, representam um valor de cerca de 400.000\$000 [quatrocentos contos de réis] por ano, o que equivale a um consumo de lã de, aproximadamente, 20.000 arrobas ou 300.000 quilogramas. [...] A matéria prima é produto de criação de ovelhas na Província, para cujo desenvolvimento muito concorre o novo estabelecimento. [...] O edifício, construído especialmente para o fim proposto, de pedra artificial, ocupa uma área de 1.500 metros quadrados; a chaminé tem uma altura de 110 palmos". [...] Os Srs. **Lang & Cia.**, com fábrica de sabão em **Pelotas**, expuseram diversas qualidades de sabão, que examinados dão dela uma vantajosíssima idéia. Já em 1866 os produtos dos Srs. **Lang & Cia.** Foram tão bem aceitos na exposição de **Paris**, que foi lhes conferido um prêmio de mérito. [...] Estes fabricantes entraram com um bom contingente para a exposição que analisamos. Continuaremos.

A Reforma de 27 de maio de 1875 publica, em continuação, a seguinte notícia: Continuando a notar os objetos que fazem parte da exposição provincial, devemos antes felicitar aos industrialistas, agricultores e fabricantes que concorreram com seus produtos àquela festa tão proveitosa. [...] Essa co-participação no festim do trabalho concorre indubitavelmente para vigorar as fontes da riqueza pública e também a particular; é um grande incentivo à animação de todas as indústrias; e há de levar ao estrangeiro o conhecimento da uberdade do solo Rio-Grandense, e a sua riqueza nos reinos vegetal e mineral, convidando-o a compartilhar dela conosco. [...] Dito isto, passamos a parte descritiva da exposição, que é o fim a que nos propomos: [...] Os Srs. **Kappel & Irmão** expuseram um sofá de madeira amarela, assento de palhinha; uma cadeira de encosto da mesma qualidade; outra de balanço, e algumas de assento de pau. A oficina destes Srs. Prepara mobílias iguais ou melhores do que as americanas e também finíssimos trastes. Merece atenção a parte ocupada por tão laboriosos expositores. [...] As obras de seda da vitrina exposta pelos Srs. **Antônio dos Santos Reis** e **Luciano dos Santos Reis**, de **Piratini**, merecem um lugar de honra nesta nossa rápida análise. A sericultura pode-se desenvolver com muita vantagem na Província a exemplo destes dois produtores, cujas amostras de seda fiada que exibiram, são belas e dignas de serem examinadas. [...] Figura na exposição um par de arreios lavrados, constando de carona, lombilho, badana e sobrecincha, da fábrica dos Srs. **Nicolaus Schmitt & Cia.**, de **São Leopoldo**. Esta fábrica trabalha com uma máquina movida a vapor, de invenção dos seus proprietários. Obtiveram privilégio para o emprego dela no fabrico de caronas e lombilhos e apresenta obras excelentes e assás acreditada. [...] Em peças curtidas, expuseram os Srs. **Klippel & Irmão**, de **Três Forquilhas**, ótima vaqueta, boa meia-sola e superiores peles de veado. [...] O Sr. **Polidoro José de Souza Mariante** expôs uma amostra de araruta de superior qualidade – preço de 15kg. 9\$ a 16\$000. [...] Prestamos muita atenção ao verniz "Damar", invenção de **Frederico A. Engel**. Fabrica-o por um novo método, que o torna transparente como vinho e próprio a ser empregado em papéis, mapas, madeiras claras, etc., conservando suas cores. O mesmo expositor apresentou o seu verniz "Copal", melhor aplicado a mobílias. [...] O Srs. Dr. **Manuel Pereira da Silva Ubatuba** enriqueceu a exposição provincial com seu já assás credenciado "Extractum carnis", premiado em mais de uma exposição universal; e assim também uma caixa contendo latas de leite condensado, artigo igual ao melhor importado do estrangeiro. [...] O ilustrado industrialista apresentou também em exposição, ótimos vinhos e amostras de cola, de sua fábrica. [...] Chamou-nos a atenção um par de arreios feitos na fábrica de carros de **Bender & Cia.**, desta cidade, cujos arreios não contém matéria prima que não seja produção Rio-Grandense. [...] Os arreios aludidos podem competir com os melhores que tenha aportado em nossa terra. [...] O hábil farmacêutico Sr. **Luiz Nicoláo Masson** expôs um lindo galheteiro, contendo oito preparações químicas. [...] São elas: Citrato de ferro amoniacal; Iodofórmio; Ácido Banzóico; Tanino; Atropina; Percirina e Cafeína. [...] Valiosíssimo julgamos o galheteiro exposto, pois ele concorreu para o embelezamento da exposição. [...] O Município de **Passo Fundo**, conquanto que situado a muitas léguas

desta Capital, não deixou de concorrer para a exposição provincial. As terras de agricultura ali, são das melhores que possui a Província; falta-lhes apenas braços de boas vias de comunicação; se as tivesse, aquelas regiões competiriam com as mais avantajadas na agricultura e em produtos do reino vegetal e mineral. [...] O laborioso Sr. **Antônio Bento de Souza**, contribuiu com amostras de fumo e de erva mate fabricadas por ele; gênero esses que figuram na exposição entre os melhores dela. [...] Assim também, em relação aos vinhos, tremoços e trigo, que o mesmo laborioso agricultor expôs. [...] De **São João do Montenegro** remeteu o Sr. **Felipe Keller**, amostras de linho em rama, produto do Vale do Cai; e amostras de fazendas de linho. [...] Esses produtos e a "Paina", planta parasita que o expositor pretende aproveitar em seus tecidos, figuram na exposição provincial de maneira a causar orgulho ao Sr. **Keller**. Continuaremos.

A Reforma de 29 de maio de 1875 publica, em continuação, a seguinte notícia: Continuando a descrever o rápido exame que tivemos ocasião de fazer na exposição provincial, ocupar-nos-emos hoje de mais alguns produtos expostos. [...] Logo no primeiro salão, ao entrar, o visitante dá, entre outros, com um retrato a óleo em ponto grande. [...] É do pincel do hábil artista Sr. **Antônio Cândido de Menezes**, que também concorreu com outros quadros a craion, merecedores de detido exame. [...] Sobre um quadro a pastel exposto por esse mesmo artista, outra coisa não devemos acrescentar se não que é obra que faz honra a seu autor. [...] A Sra. D. **Amélia de Souza Franco**, discípula do Sr. **Menezes**, expôs um desenho de flores a aquarela, obra primorosa. [...] Alguns quadros, a craion, da Sra. D. **Maria José de Menezes**, hábil discípula do mesmo professor Sr. **Menezes**, figuram na galeria de retratos com muita vantagem para sua autora. [...] O Sr. **Hilário Ribeiro de Andrade e Silva** contribuiu com seis retratos a craion, todos bem acabados e que fazem honra ao seu talentoso autor, simples amador da arte. [...] O Sr. **Bernardo Grasselli** expôs quatro quadros a óleo. [...] Entre eles figura cópia do quadro histórico de **Victor Meirelles**, e a dança das Nayades. Escusado é darmos opinião sobre as obras do acreditado mestre. [...] O Sr. **Teodoro Bischoff** levou à exposição o seu contingente em 4 ou 6 quadros a óleo. [...] Algumas fotografias de diversos sistemas, expostas pelos Srs. **Luiz Terragno & Cia.**, contribuem na exposição para a verificação de que esses Srs. Atingiram a perfeição de sua arte. [...] Na verdade, os quadros de retratos e os cartões que tivemos ocasião de ver, fazem-lhe honra. Não se pode desejar maior perfeição em trabalhos fotográficos. [...] Primor de gosto é um quadro cortado à tesoura por D. **Joaquina Teodora da Cunha Galvão**, quadro exposto pelo Sr. **Pedro Nolasco Pereira da Cunha**. [...] O "Deutsche Zeitung" expôs obras das suas oficinas, que revelam muito adiantamento na arte tipográfica. [...] Figuram na exposição: uma cestinha de flores artificiais feita na **Encruzilhada** por D. **Maria Ricarda de Oliveira**; uma cigarreira de cabelo, feita em **São Jerônimo** por uma Sra.; diversos trabalhos de coalhada; uma cuia para mate, pintada e lavrada por D. **Maria José Nunes de Abreu**; um isqueiro, um desenho de um ramo de flores – tudo da referida Sra.; estas obrinhas são assaz lindas e muito bem acabadas. [...] O Município de **São Leopoldo** foi um dos que melhor se fez representar na festa agrícola e industrial. Dali vieram para a exposição muitos produtos e alguns já nos temos ocupado. [...] Agora vamos noticiar a exposição do Sr. **João Lauter**, residente no dito Município. [...] Deste senhor apreciamos três tubos de barro para obras hidráulicas. São muito bem feitos e cujo preço de 80\$000 réis por milheiro, convida. Assim quanto às telhas semi-chatas; ditas de madeira e ditas alemãs; os tijolos feitos a mão e os de máquina; as tijoleiras semicirculares para colunas. [...] Este expositor possui uma fábrica montada com todas as necessárias máquinas; podendo fornecer anualmente, segundo a nota do Catálogo, 500 a 600 milheiros de cada uma das qualidades expostas. O Sr. **Francisco Antônio Borges** expôs, de sua fábrica dos **Morretes**, algumas qualidades de tijolos, que do exame a que procedemos, pareceu-nos de boa qualidade. [...] Os produtos que vimos com o nome de seus autores, os Srs. **Hennemann & Berta**, como sejam algumas plainas, um carro de quatro rodas sem

pintura, e um cofre de ferro a prova de fogo – podem figurar entre obras dessa natureza de bons autores. [...] A exposição conta mais de uma marca e qualidade de erva mate. Já tivemos ocasião de falar na que expôs o Sr. **Antônio Bento de Souza**, fabricante e agricultor de **Passo Fundo**. [...] Se com bastante prazer a consideramos de superior qualidade e bem fabricada, menos disso não podemos dizer em relação à erva exposta pelos Srs. **João Daisson**, **João Jacinto Ferreira** e Diretoria da “Cia. Centro de Exportação”. As ervas exportadas pelo primeiro, por ele preparadas em sua grande fábrica de **S. Jerônimo**, já de há muito acham-se acreditadas no estrangeiro. [...] As da “Cia.”, talvez que em poucos anos firmem uma marca no **Rio da Prata** e as dos outros fabricantes, apenas dentro da Província são conhecidas e apreciadas com vantagem. [...] Figuras na exposição, cinco pés de milho, produto do vale do rio **Caí**. Têm 21 palmos de altura e dizem os expositores, Srs. **Carlos J. Schilling** e **João J. Haag**, que dão 6 e 7 espigas cada pé! [...] A uberdade das terras de **S. João do Montenegro**, é conhecida na Província; se o não fora, bastava o exame daqueles enormes pés de milho para que o fosse. [...] Os Srs. Dr. **Frederico Riedel** e **Pedro Pinto do Rego Cezar**, dentistas nesta cidade, contribuíram com diversas dentaduras, perfeitamente acabadas e que figuram na exposição para o louvor de seus autores. [...] Continuar-se-á.

A Reforma de 30 de maio de 1875 publica, em continuação, a seguinte notícia: A Exposição Provincial tem sido visitada por grande número de pessoas. O espírito público inclina-se para um assunto a todo ponto de vista sério e que muito interessa à Província. [...] A Reforma ufana-se de poder consignar esse fato, porque demonstra ele que não há em nossa terra indiferentismo em relação à indústria, à agricultura e ao progresso das artes. [...] Compreende-se que uma exposição demonstra o labor, a constância, o engenho, a perfeição e o desenvolvimento do trabalho dum povo; reproduz como que estereotipada a riqueza pública e a particular e só isso devia ser um incentivo para o interesse que, pela nossa Exposição Provincial, tem tomado a população da Capital. [...] Consignado este fato em nossas colunas, não fazemos mais do que prestar homenagem ao espírito do povo, por mostrar-se tão justamente interessado pelos cometimentos que podem dar em resultado a prosperidade da pátria. [...] Passamos agora à descrição e análise a que nos propusemos e o vamos fazer com olhos desprevenidos, mas tendo-os fixos na balança da justiça. [...] Quarenta e sete amostras de madeira, expostas pelo Sr. **Bernardo Huer**, enriqueceram a exposição. Para logo se vê a importância real que esse contingente trouxe-lhe. [...] Vão ser apreciadas todas essas diversas qualidades de madeira, talvez no estrangeiro, que terá conhecimento do esplendor e riqueza das nossas imensas matas. [...] Entre as amostras, nota-se o cedro, o louro, a guajuvira, a cabriúva, a cangerena, o pinho, o piquiá, o angico, o sobragi, a tajuva, a grapiapunha, a cereja, a timbaúva, o araçá, a batanga, o uvá, a cacheta, a goiabeira, a canela, o catigú, o camvará [sic], o camboatá, o carvalho, o camboim e a caroba. Todas estas e outras muitas qualidades de madeira, abundam na Província; porém nem sempre são aproveitadas com a precisa conveniência. [...] O Sr. **Huer**, sobre cada qualidade que expôs, deu sua opinião em relação à utilidade e à aplicação. [...] O Sr. **Carlos Ackermann** expôs uma amostra de linho preparado; outra notamos da Sra. **Guilhermina Bloedorn** e mais uma de fazenda de linho. Estes expositores em nada, a nosso ver, ficaram inferiores aos que regularmente contribuíram para a exposição. [...] O município da **Cachoeira** acha-se representado de modo satisfatório. Examinamos os vinhos, aguardente de cana e de pêssego; o melão e farinações [sic] produzidos no dito município; e com satisfação consignamos aqui: que todos esses produtos são iguais aos remetidos doutros municípios. [...] A colônia **Santo Ângelo** [Agudo/RS], situada no município da **Cachoeira** e que tanto vai concorrendo para sua prosperidade, produz excelente fumo; as amostras que figuram na exposição, agradaram sumamente. [...] Quanto ao reino mineral, o município da **Cachoeira** em nada deve considerar-se inferior ao de **Caçapava**, tão afamado como possuidor das grandes minas. [...] Na exposição figura, vindo da **Cachoeira**, carvão de pedra igual ao melhor da Província, pedras

finíssimas, outras contendo ouro, protoxido de ferro e metais que, mais tarde utilizados, hão de dar em resultado a riqueza daqueles povos. [...] Faz honra ao seu autor, o Sr. **Carlos Trein Filho**, uma mesa para flores que expôs. Nessa bellíssima obra só foram empregadas substâncias colhidas no mato virgem. É uma peça curiosíssima e a nosso ver de grande mérito. [...] Figura na festa industrial, uma lavatório de mármore estatuario, esculpido nesta cidade. São seus expositores os Srs. **Adriano Pittanti & Cia.** Foi dado àquela rica obra o preço de 1:500\$000 réis [um conto e quinhentos mil réis]. Ela é um primor no seu gênero.; entre as diversas peças de mármore expostas por estes e outros hábeis artistas, aquela tem a primazia. Não importáramos, talvez, obra mais bem acabada. Para muitos foi ela a melhor coisa da exposição; mas são modos de pensar, e não seremos nós a entrar em contestação, tendo aliás satisfação em consignar aqui: que estes expositores concorreram brilhantemente para o bom resultado da exposição. [...] Os Srs. **Herzog & Irmão** contribuíram com algumas medidas para secos, do sistema métrico, fabricadas em sua fábrica à vapor e com algumas amostras de cimalthas e molduras. [...] As medidas foram feitas, com muito capricho e arte; as cimalthas e molduras têm gosto especial e preferível ao usual nesse gênero. [...] Expuseram os Srs. **Macedo & Azevedo**, uma amostra de cera bruta, produzida nesta Província por abelhas da Europa, e outra amostra de cera branca fabricada nesta cidade. [...] Essas amostras figuram na exposição, revelando a facilidade da criação das abelhas em nossa terra; devendo no futuro ser um produto lucrativo, e que não deve ficar descurado. [...] Continuaremos.

A Reforma de 6 de junho de 1875 publica, em continuação, a seguinte notícia: Vamos hoje concluir a descrição do exame a que procedemos nos objetos da Exposição Provincial. [...] Não foi ele detido como era para desejar, como a importância do assunto reclamava; mas é que a affluência de serviços que não podiam ser preteridos, privou-nos de exercer cumpridamente tão grato dever. [...] Já tivemos ocasião de dizer aos leitores o grande interesse que ligamos à uma festa industrial como essa que presenciou a Capital; e não será demais ainda uma vez considerá-la como um grande incentivo para o aperfeiçoamento e prosperidade da agricultura, e de todas as indústrias que se apoiam no trabalho e no engenho humano. [...] A exposição deste ano apresentou novos tentamens futuros à Província e à prosperidade particular. [...] E, dos produtos já anteriormente expostos, alguns apparecem agora melhorados; outros attingindo à perfeição; e muitos revelando a possibilidade de diminuir a nossa importação, com a vantagem de aumentar a exportação; o que redundará, segundo os princípios economicos consagrados pela ciência – em pura riqueza nacional. [...] Os artefatos de linho, seda e lã, podem ainda ser na Província importantíssimo ramo de comércio. [...] Na ordem dos líquidos alcoólicos que em passados anos eram todos importados, nota-se agora um progresso animador, quanto à sua fabricação. [...] Foram expostos licores, vinhos, espíritos e cerveja, cujas qualidades honram aos fabricantes. [...] Devemos mencionar aqui a exposição dos Srs. **Erdmann & Cattermole**, fabricantes em São Leopoldo. [...] Os vinhos de laranja deste fábrica são superiores, e podem figurar em qualquer exposição entre os melhores. [...] A Aguardente de cimalthas e de hortelã pimenta, os licores de Hesperidina, de bananas, framboesa, baunilha, amêndoas e cidrão, igualam-se aos que do estrangeiro temos recebido. [...] Estes expositores possuem uma fábrica de líquidos, a vapor, e empregam nas operações fabris, aguardente da terra e frutas do país. A esta fábrica deve-se a diminuição nos preços desses líquidos importados. [...] Os vinhos branco e tinto, fabricados em São Leopoldo por **Jacob Scriba**, têm entre as diversas qualidades expostas o seu lugar de distinção. Este acreditado fabricante vende anualmente grande porção de vinho, regulando seu preço, 100\$000 rs [cem mil réis] por pipa. [...] O expositor **Barreto Lewis** apresentou uma vitrina contendo amostras de suas perfumarias. [...] A "Estrela do Sul", água de cheiro que vai tendo aceitação nesta Capital e que é invenção do expositor, não teve com effeito nenhuma outra que lhe excedesse em

fragrância e pureza. [...] Da colônia de **Nova Petrópolis**, vimos alguns produtos e anotamos entre eles o vinho de uma americana, do Sr. **Conrad Keldiefer**. O vinho deste fabricante recomenda-se por sua qualidade superior. [...] O colono **João Koenig**, da colônia particular – **Rio Pardense** – expôs um pé de fumo de 4,2m ou 19 palmos de altura! Dá nota sobre tão lindo arbusto, vê-se que ele ainda não havia dado flor; devendo por conseguinte crescer talvez mais um metro, dando de 120 a 130 folhas! [...] As terras que produzem fumo com tamanha vantagem, têm o seu elogio feito. [...] Figura na exposição, entre as diversas marcas de cerveja nacional, a exposta pelos Srs. **Polydoro & Irmão**, com fábrica nesta Capital. A marca da cerveja desses senhores, acreditada há muito, tem a nosso ver na exposição um lugar distinto. [...] O Sr. **Victor Rist** apresentou um fecho de espingarda, fabricado em sua acreditada case desta cidade. [...] É obra primorosa e que bem demonstra a que grau de perfeição leva suas obras o referido expositor. [...] Algumas obras de ferro e aço fabricadas e expostas por **Henrique Riechmann**, como sejam duas lanças, machados e um facão, são dignas de apreciação dos entendidos. [...] O hábil fotógrafo Sr. **Luiz Terragno** expôs um frasquinho contendo ácido extraído do sumo da mandioca, descoberta sua e que merece ser conhecida. [...] Sobre o ácido do sumo da mandioca diz o distinto artista: “É um ácido venenoso, de um cheiro característico, e não me consta que tenha sido convenientemente analisado. Em 1861 uma quantidade equivalente mais ou menos a 2 onças, fiz algumas aplicações na fotografia e vi que substituíra com grande vantagem o ácido acético, e mesmo o ácido tormico [sic – fórmico?]. [...] Se o banho revelador de ferro se substituir o ácido acético pelo ácido de mandioca, pode-se diminuir de metade a exposição (posse) [sic – pose?], e geralmente o negativo não necessita de reforço. [...] Este ácido não ataca o ouro nem a prata, ataca porém energicamente o alumínio e o magnésio, e produz sais delinquentes. [...] Tenho preparado um sal de ferro atacando esse metal por uma mistura de uma parte de ácido sulfúrico e duas partes de ácido de mandioca, a cujo sal dou o nome de sulfomandiocato de ferro, o qual emprego em lugar do sulfato de ferro; torna-se o revelador por excelência, porque não só permite diminuir muito a exposição, como acusa os mais pequenos detalhes mesmo nos lugares em que a ação da luz foi muito fraca. [...] Quando o Sr. **d’Ornano** foi a Europa incorporar a Cia. De Gás levou um frasquinho deste ácido para mandar analisar em **Paris**; em consequência da guerra franco-prussiana, e outros inconvenientes, resultou que o Sr. **Ornano** na sua volta me devolvesse o ácido sem ter sido analisado. [...] As minhas ocupações e mesmo a falta de certos recursos não me tem permitido fazer outras experiências; creio porém que este ácido convenientemente analisado pode ter diversas aplicações nas artes e indústria, e mesmo na medicina, e teria a vantagem de se aproveitar um produto natural, que é deitado fora, pois que é ele extraído da água de mandioca. [...] O processo de extração não é difícil, bem que um tanto laborioso”. [...] Os Srs. **José Ricardo Coelho de Abreu e Florio & Galdi** expuseram vinhos de sua fabricação; e os últimos também duas garrafas com extrato de tomates. Esses produtos são excelentes contingentes na Exposição Provincial. [...] Em idênticas circunstâncias está o vinho fabricado pelo Sr. Major **João de Castro do Canto e Mello**. [...] O mesmo quanto ao vinho exposto pelo Sr. **Manoel Jorge da Silva Soares**. [...] Os senhores **Frederico e Jacob Christoffel** expuseram cerveja de suas acreditadas marcas. Escusado julgamos qualquer elogio sobre elas. [...] A comissão municipal de **Encruzilhada** concorreu para a exposição com amostras de mármore daquele município. As ricas jazidas existentes em **Encruzilhada**, não são um mito, e o município, segundo informa a mesma comissão, está dividido em três zonas relativamente a seus produtos minerais. [...] A primeira, que se aproxima do [rio] **Jacuí**, é carbonífera; a central, calcária; e a terceira que abrange o vale de **Camaquã**, ferruginosa. [...] Fala a comissão: “Não é que não se encontrem em cada uma delas os produtos das outras, mas tomamos por base da divisão o produto predominante. [...] É na zona central, como dissemos, que mais abundantes se mostram os calcários que, como é sabido, formam a base das pedras mármoreas. [...] De há muitos anos o mármore é conhecido neste município, porém data de pouco tempo, o trabalho de sua extração e manufatura”. [...]

Ainda são da mesma comissão estes apontamentos: "Pedra litográfica – Existe descoberto um abundante jazigo desta tão apreciada espécie de pedra. Alguns entendidos que têm examinado esta variedade de pedra, são concordes em reconhecer-lhe qualidades muito superiores". [...] Os Srs. **Domingos** e **Lúcio Jayme de Figueiredo**, enriqueceram a exposição com algumas amostras de argila branca, ocre e pedras de variadas qualidades. [...] Um chapéu de uma amostra de feltro preparado e exposto por **Guilherme Eggers**, denotam o grau de aperfeiçoamento a que tem chegado na Província aquela arte. [...] Muitos outros produtos dignos de menção existiam na exposição; ser-nos-ia porém difícil a especial enumeração de todos; e daqueles que não tratamos em nossas ligeiras descrições, nem por isso, dizemos francamente, podemos julgar de menor valia em relação aos de que nos temos ocupado. Pelo contrário; alguns haverá talvez mais importantes e dignos de acurado exame e entusiástica menção. [...] Concluindo a tarefa que nos impusemos em relação àquela apreciável festa do trabalho, aonde medem-se as forças da inteligência e do engenho, cumprimos um dever, felicitando a todos os senhores expositores pelo brilho que levaram à Exposição Provincial. [...] Sem dúvida ela irá refletir mais longe, para glória de Província e honra dos mesmos senhores expositores.

□□□□□□□□□□

Arquivo **Aurélio Porto**
Lata 27 – nº 2 – cópia datilografada
[fl. 1r.]

Santas Mães

Gen. **João Borges Fortes**

Quando saiu à luz da publicidade meu primeiro trabalho sobre o povoamento do **Rio Grande do Sul**, trazendo por título **TRONCOS SECULARES**, tive o prazer de receber, de procedências várias, muitos aplausos e sugestões.

Os aplausos não foram pelo mérito do livro, que era minúsculo, porém pela iniciativa que se abria em campo tão interessante de estudo como o da gênese das famílias riograndenses; as sugestões, para que, se algum dia viesse a ser reeditada aquela obra, fosse ele escoimada de suas muitas lacunas e imperfeições.

Acatei cordialmente tudo quanto me foi dito, de público ou em correspondência privada. Reconheço o muito que há em meu livrinho exigindo correção e desenvolvimento.

Entre as sugestões que me vieram uma impressionou profundamente o meu espírito. Por que, perguntou-me um amigo, por que ao escrever **TRONCOS SECULARES** não lembrou os nomes das beneméritas companheiras dos pioneiros de nossa terra? Por que não reviveu páginas de seu livro à lembrança sagrada das esposas daqueles augustos varões que são os patriarcas de nossas famílias?

Foi **João Pinto da Fonseca Guimarães** o autor de tão famosa idéia. Emocionado pela beleza de seu gesto prometi-lhe que me empenharia na realização de seu alevantado voto.

Quis o destino inexorável que envolveu na sombra impenetrável da morte aquele belo espírito, cultor modesto e dedicado da nossa história e tradição, que não pudesse eu desempenhar a minha palavra a tempo que ele a pudesse ler ou ouvir.

Trago agora para as páginas brilhantes de nossa Revista esta fraca contribuição em que procuro recordar as figuras femininas dos tempos iniciais da existência do

CONTINENTE, e, dando-lhe por título **SANTAS MÃES** resumo nele a veneração que a lembrança de seus nomes desperta em minha alma.

Santas, para os riograndenses, são essas imortais mulheres. Vieram para a nova terra, sofreram, lutaram e ajudaram os esposos a criá-la com a sua dedicação e amor, fecundando-a com essas honradas gerações de que somos hoje os representantes.

Ao escrever estas linhas sejam elas também a homenagem de minha saudade a **João Pinto Filho**, amigo e colaborador, que me impôs este justo preito a nossas antepassadas.

Em estudo publicado no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, de 4 de março de 1934 e que mereceu a honra de ser reproduzido no volume correspondente ao primeiro trimestre do mesmo ano de nossa Revista, expus detalhadamente as razões que me induziam a crer que os parentes de **Francisco de Brito Peixoto**, saídos da **Laguna** nos anos de 1733 e 1734, foram os primeiros povoadores de **Viamão** que para ali foram levando suas famílias, os parcos bens e a decisão de radicarem-se em nossa terra com toda a força de suas almas devotadas.

Foram esses pioneiros **Dionísio Rodrigues Mendes**, **Jerônimo Dorneles** [sic] **de Menezes e Vasconcelos**, **Agostinho Guterres**, **Sebastião Pacheco**, **Diogo da Fonseca** e **João de Magalhães**.

Representam esses nomes patriarcais os troncos das famílias continentinas. Os laços de parentesco que os uniam eram tão estreitos que se conservam fortes até os nossos dias, porquanto embora decorridos dois séculos guardam-se apertados laços de afetividade entre os descendentes longínquos daquelas árvores fecundas. [1v.]

Ao penetrar os umbrais de uma casa patrícia o riograndense indaga logo se não se encontra dentro do lar de um parente, vigorosa como permanece a tradição de provirmos todos de um núcleo assás diminuto de velhos troncos afins.

Daí, a fora outras causas, o tradicional espírito de honestidade característico de nossa gente, sendo a estância gaúcha a mansão acolhedora onde melhor se reflete a atávica e grande virtude da raça.

E, na verdade, fomos uma só família nos tempos iniciais de nossa existência coletiva.

Evocamos os nomes desses desbravadores para apontar os de suas intrépidas companheiras, vindas com eles para afrontar trabalhos e provações, angústias e perigos, num exemplo admirável de bondade e resignação.

Paulistas e irmãs eram as esposas de **Dionísio Rodrigues Mendes** e **Jerônimo Dorneles**. Traziam em seus nomes de família os dos **Raposos** e dos **Lemes**, brasões do bandeirismo, o que explica a coragem e a firmeza com que se dispuseram à aventura de iniciarem o povoamento do Continente de **São Pedro do Sul** [sic].

Beatriz Raposo Rangel chamava-se a esposa de **Dionísio Rodrigues Mendes** e sua descendência, em cujo número se conta o autor deste artigo, está detalhada em pequena parte nos *Troncos Seculares*, livro a que já aludi, e outra parte no volume do primeiro trimestre desta Revista, ano de 1932. Mãe de cinco filhos varões e duas filhas que casaram e proliferaram, muitas são as famílias em que se desdobra a sua geração, espalhando-se pelos quatro cantos do **Rio Grande**¹⁵³ e aguardando para seu completo conhecimento a obra meritória do Instituto de Estudos Genealógicos e a do incansável cultor desse gênero de estudo **Aurélio Porto**.

Grande foi o meu empenho, ajudado por amigos de reconhecido valor, para enquadrar essa ancestral riograndense no monumental trabalho de **Silva Leme** sobre as

¹⁵³ Várias vezes aparecerá o topônimo **Rio Grande**, correspondendo ao **Rio Grande do Sul**. [N.E.]

mais ilustres e tradicionais famílias da terra paulista. Com os poucos elementos que pude coligir consegui, em artigo publicado em outubro de 1933 no Jornal do Comércio do Rio, evidenciar a presença de cinco senhoras dos troncos **Lemes e Raposos Goes** na formação inicial do **Viamão**. **Beatriz Barbosa Rangel** era uma das que se incluem nesse grupo: nesse artigo concluiu eu com a convicção de que eram primas-irmãs, ela e a esposa de **Jerônimo Dorneles**.

Após a publicação do artigo vim a ter ciência de haver meu prezado amigo **Norberto Teles Vilas Bôas** encontrado nos arquivos do **Rio Grande** um documento valioso com a informação de que **Jerônimo Dorneles** e **Dionísio Rodrigues Mendes** eram cunhados e portanto de que suas esposas seriam irmãs. Eis o documento:

Senhor Miguel Brás.

Recebi a de vossa mercê e nela o que vossa mercê me diz na opressão em que se acha por causa dos seus campos pelo que se me oferece dizer a vossa mercê que de todo tempo hei de dizer a verdade do que sei e mito bem lembrado estou que no ano de mil setecentos e trinta e dois estando vossa mercê com os seus animais da **Ferreira** ao pé da guarda eu e **Sebastião Francisco** o trouxemos a vossa mercê para dentro e lhe demos esse campo aonde vossa mercê assiste e veio vossa mercê somente povoá-lo e meu cunhado **Dionísio Rodrigues** entendendo também estará também lembrado disso e com vossa mercê não veio nenhum de seus irmãos nem seu pai e passado dois anos trouxe eu a minha família para a minha fazenda e depois trouxe vossa mercê seu pai e seus irmãos com que estimarei que vossa mercê fique desfrutem [3r.] do os seus campos com sossego e descanso pois na realidade são seus e ninguém lhes pode tomar em boa consciência. É o que posso digo é quanto se me oferece dizer a vossa mercê e estimo desfrute boa saúde. Deus guarde vossa mercê muitos anos. Freguesia do **Senhor Bom Jesus do Triunfo** vinte e oito de abril de mil setecentos setenta e um anos. De vossa mercê muito venerador **Jerônimo Dornelas de Menezes**. Reconheço a firma posta no fim da carta retro de ser do conteúdo nela firmado por outras muitas em tudo semelhantes que do mesmo tenho visto. **Viamão** vinte e cinco de maio de mil setecentos setenta e um anos. Em testemunho da verdade estava o sinal público. **Domingos Martins Pereira**. (Arq. Pub. do Rio Grande – Medição de **Miguel Brás Lopes** – 2º cartório – Réu: **Lauriano Inácio de Jesus** – outubro de 1779. Auto nº 767 – Maço 23 Est. 1º)

Filha de **Baltazar Correa Moreira** e **Fabiana da Costa Rangel, Beatriz** nasceu em **Guaratinguetá** no ano de 1714 e faleceu em **Viamão** em 1794. Descendendo de **Francisco Nunes da Costa** e **Lucrécia Leme Barbosa** era ela bisneta de **Diogo Barbosa do Rego** e de **Branca Raposo**, tronco de onde procedeu o parentesco com **Ana da Guerra**, a esposa de **Domingos de Brito Peixoto**.

Lucrécia Barbosa Leme [sic]¹⁵⁴ casou com **Jerônimo Dorneles de Menezes e Vasconcelos** e quando chegou a **Viamão** já tinha filhas nascidas em **São Paulo**.

Dessa venerável matrona são encontrados dados interessantíssimos no Anuário de Graciano de Azambuja, (anos de 1893 e 1894) que sendo um de seus descendentes tentou organizar a linha genealógica de sua família.

Do casal **Jerônimo** – **Lucrécia** nasceram dez filhas, que casaram e deram ao **Rio Grande** uma robustíssima geração, espalhando-se por todos os recantos da Pátria

¹⁵⁴ **Lucrécia Leme Barbosa**.

encontrando-se nela o nome do paladino da Revolução de 1835, General **Bento Gonçalves da Silva** e todos os heróis desse período glorioso.

Lucrecia fez o inventário de seu esposo, precioso documento existente no Arquivo Público de Porto Alegre, processo que examinei e que infelizmente se acha assás estragado pela ação do tempo: seria de grande conveniência a sua reprodução em uma das publicações do Estado para que se conserve e sirva de subsídio aos que estudam a história e costumes daqueles tempos.

A tarefa de **Graciano de Azambuja** não pode levar por diante, de reconstruir a frondosa árvore genealógica cujo tronco foi o casal de que estamos tratando, está agora realizada pelo infatigável esforço conjugado de **Aurélio Porto** e **Jorge Felizardo**. [4r.]

Além dessa duas irmãs **Lemes** figura nos registros de **Viamão** o nome de um seu irmão, **Antônio Correia Rangel**, natural de **Guaratinguetá**, Freguesia de **Santo Antônio**, casado com **Maria da Rocha**, natural da Freguesia da **Conceição de Mogi Guaçu**.

Duas outras irmãs aparecem nesse período de desbravamento do **Rio Grande** e fazendo parte integrante dos troncos seculares da família patricia: são **Maria de Brito** e **Ana da Guerra**. **Maria** foi a esposa de **Agostinho Guterres** e **Ana** teve por marido **Diogo da Fonseca** que, em 1722 figurava como membro da Câmara da **Laguna**.

São ambas da descendência de **Domingos de Brito Peixoto**.

Ana da Guerra, a esposa de **Diogo da Fonseca**, tem seu nome profundamente vinculado à história de nossa terra. Foi ela que com **Francisco Carvalho da Cunha**, **Manuel Francisco do Vale** e **Torquato Teixeira** promoveram a criação de uma irmandade religiosa sob a invocação de **Nossa Senhora da Conceição** e a construção da tradicional **Capela Grande**, a igreja que, restaurada, recebe nos dias atuais os votos de fé do povo de **Viamão**.

Sebastião Pacheco teve por consorte **Francisca Nunes**. Eram ambos açorianos, naturais da **Ilha Terceira** e sua ligação com a família de **Brito Peixoto** se conclui do fato de ser seu filho **Francisco**, o povoador que menciono em *Troncos Seculares*, casado com uma outra **Leme**, **Ludovina Leme Barbosa**, filha de **Antônio Monteiro Lobo** e de **Maria Leme Barbosa**.

João de Magalhães foi casado em primeiras núpcias com **Ana de Brito**, filha de **Francisco de Brito Peixoto** e dela houve cinco filhos varões e quatro filhas. Com esses filhos passou **Magalhães** para **Viamão** e, viúvo, contraiu segundo matrimônio com **Maria Moreira Maciel**, viúva do Capitão-mor de **Sorocaba**, **Manuel dos Santos Robalo** e filha do Coronel **Antônio Antunes Maciel** e de **Maria Paes Rodrigues**.

Deste segundo consórcio nasceram duas filhas e um filho, como consta do testamento de **João de Magalhães**, lavrado em 1767 e inventário de 1771, felizmente conservado no Arquivo Público de Porto Alegre.¹⁵⁵

Escrevendo sobre a genealogia de **OS FLORES DA CUNHA Aurélio Porto** afirma que entre os primeiros povoadores de **Viamão** deve ser contado **João Brás**, casado na **Laguna**, com **Maria Lopes**, natural desta vila e falecida no sítio do **Dilúvio**, com 84 anos de idade, a 20 de setembro de 1757.

Desse casal saíram quatro filhos **Miguel**, **José**, **Salvador** e **Manuel Brás Lopes**. Efetivamente os nomes de **José** e **Manuel** aparecem como confinantes na carta de sesmaria de **João de Magalhães**. Ao lado desses nomes aparecem, também, os de **José Fiusa** e o de **Francisco Xavier de Azambuja**.

O documento firmado por **Jerônimo Dorneles** e que se leu neste mesmo escrito relativo ao advento dos **Brás** no **Rio Grande** elucida melhor este assunto. Quem chegou

¹⁵⁵ Notas ministradas por Norberto Teles Vilasboas.

em primeiro lugar para se radicar nos campos de **Viamão** foi o filho de **João Brás**, o **Miguel**.

De **José Fiusa** só pude coligir que ele foi estancieiro no **Viamão** tendo sua marca de fogo registrada em 1767.¹⁵⁶

Francisco Xavier de Azambuja é o nome de um tronco augusto e secular do **Rio Grande**. *Os Azambujas constituem uma das mais entrelaçadas, mais espalhadas famílias em nosso Estado e conta em seu seio nomes relevantíssimos de serviços prestados à Pátria em os vários ramos de atividade humana.*¹⁵⁷

Rita de Menezes, filha de **Jerônimo Dorneles de Menezes e Vasconcelos** e sua esposa **Lucrécia Barbosa Leme [sic]**, nasceu em **Guaratinguetá** e faleceu no **Rio Grande do Sul** em 1801. Foi essa venerável matrona a esposa de **Francisco Xavier de Azambuja** e mãe de quatro filhos varões e sete filhas, todos por sua vez, prolongando como prole numerosa, o nome de seus ancestrais.

O mais próximo vizinho nas terras ocupadas por **Dionísio Mendes e Jerônimo Dorneles** foi **Sebastião Francisco Chaves**. Expusemos em **Troncos Seculares** as circunstâncias em que esse desbravador transmitiu a seu compadre e amigo **Manuel de Ávila e Souza** a propriedade que fundara. Solteiro e sem descendentes não foi **Sebastião Chaves** o tronco fundamental de uma árvore na genealogia riograndense. Seu lugar foi ocupado por **Ávila e Souza**.

Manuel de Ávila e Souza teve por esposa **Catarina Isabel de São Francisco**, ambos da sadia raça açoriana, naturais da **Ilha de São Jorge**.

Uma das filhas deste casal foi **Senhorinha Gaspar**, que desposou **Francisco Gonçalves Meireles** de onde proveio o pai de **Bento Gonçalves da Silva**, o lendário herói farroupilha. Uma outra filha de **Ávila e Catarina** casou com **José Rodrigues Martins**, filho de **Dionísio Mendes**.

Dentre os homens de proeminência na **Laguna** que passaram para o **Viamão** na época que aí se instalava a família de **Francisco de Brito Peixoto** e seus aparentados e amigos, se conta **João Rodrigues Prates**, casado com **Isabel Gonçalves Pereira**, filha de **Manuel Gonçalves Ribeiro** um dos primeiros senhores de sesmaria nos campos do **Tramandaí**.

Prates localizou sua estância na margem setentrional do **Gravataí** radicando sua família ao **Rio Grande** onde mantém até hoje uma espalhada descendência e um justificado prestígio. [6r.]

Inexcedível foi o interesse de **José da Silva Pais** para atrair famílias que viessem povoar e enriquecer de prole as terras em que se situavam as fortificações de **São Pedro do Sul**, onde ele, em 19 de fevereiro de 1737, afirmava a soberania portuguesa.

Nas linhas precedentes reavivamos as memórias das dedicadas companheiras daqueles beneméritos lagunistas que fundaram o núcleo de **Viamão**. Busquemos a seguir os nomes daquelas heróicas senhoras que, com seus esposos e filhos, desceram para o novel estabelecimento ganho pelas ramas de **Portugal** e do **Brasil**; não menos merecedoras são elas da consagração que desejo prestar à sua benemerência, porquanto em admirável gesto de dedicação conjugal, afrontaram igualmente os riscos que uma situação oferecia, na extrema e perigosa fronteira de sua Pátria, vindo correr os azares de tão incerto destino.

¹⁵⁶ Notas ministradas por Norberto Teles Vilasboas.

¹⁵⁷ Não consta nota alguma no original sobre esta citação. [N.E.]

Exemplares de coragem e devotamento, como as suas patricias de **Viamão**, a sua presença infundia força e perseverança no ânimo daqueles a quem haviam entregue as prendas de suas almas!

Entre as primeiras famílias que chegaram para o povoamento da colônia do **Rio Grande** se contam as de **Antônio de Souza Fernando** e **João Carneiro da Fontoura**, troncos que se perpetuam em frondosas gerações gaúchas.

Antônio de Souza Fernando, primitivamente colonizador do **Sacramento**¹⁵⁸, teve por esposa **Apolônia de Oliveira**, falecida aos setenta anos de idade, em **Viamão**, a 1º de agosto de 1765 e sepultada na igreja local.

Foi D. **Apolônia** a mãe de **Clara Maria de Oliveira**, a esposa de **Francisco Pinto Bandeira** e mãe do grande Brigadeiro **Rafael Pinto Bandeira**. Além desses gloriosos títulos, tem o casal **Souza Fernando** o de haverem dado geração a outros filhos, troncos de dignas famílias que honram o nome riograndense.

Irmã de **Antônio de Souza Fernando** foi **Quitéria Marques**. Casando esta com **Antônio Simões**, tropeiro radicado no **Rio Grande**, constituiu-se o casal que fundou essa grande e gloriosa estirpe de onde promanam os **Marques de Souza** e no seio da qual se enumeram o Conde de **Porto Alegre** e o Marquês de **Tamandaré**, nomes que não pertencem ao **Rio Grande** porque são padrões do Exército e da Marinha e patrimônio do **Brasil** inteiro.

João Carneiro da Fontoura e **Isabel da Silva**, sua esposa, formam também uma família para quem estavam reservados auspiciosos destinos ao mudarem-se para o estabelecimento de **Jesus-Maria-José**.¹⁵⁹

Pais de uma prole numerosa variam o nome de seus antepassados, a perpetuar-se pelas façanhas de seus filhos e pelo desdobramento em múltiplas famílias que se espalham por nosso Estado e fora dele e produzindo nomes que enchem páginas de nossa história militar e política.

Foi primeira filha deste fecundo casal D. **Francisca Veloso**, a qual, como refere **Aurélius Porto**, no vol. XXIX das Publicações do Arquivo Nacional no Presídio do **Rio Grande**, em 1743, com 14 anos de idade, casou com o tenente **Francisco Barreto Pereira Pinto**, e com **Barreto**, em 1755, passou toda a família **Fontoura** para o **Rio Pardo**, de onde esse tronco vetusto estendeu seus galhos, através das gerações, pelo país inteiro, dando ao **Brasil**, além de homens ilustres pelas virtudes e pelas letras, quase uma centena de oficiais gerais.

[7r.] [Página datilografada, sem numeração]

Registro de uma carta de sesmaria passada a **Francisco Ferreira da Cunha** de 3 léguas de comprimento e uma dita de largo no distrito de **Laguna**.

D. **Luís de Mascarenhas** e que tendo o Capitão **Francisco Ferreira da Cunha** morador na Vila da **Laguna** que ele tinha formado uma fazenda com mais de 1500 cabeças de gado vacum, currais e casas com mais benfeitorias no distrito ou caminho que vai da Vila para o **Rio Grande** no rincão que foi da **Roça Grande** de **Agostinho Guterres** e sua cunhada **Ana da Guerra** cuja fazenda confronta da parte Sul com pântanos da **Lagoa da Pinguella** dando fundos os campos de **Manuel de Barros** e de Leste com os campos de **Domingos Leite** e da parte do Norte correndo a falda [sic] da serra a finar donde tem **Francisco Ribeiro** já defunto com as vertentes todas das serras que teriam as ditas três léguas de comprimento e ¼ pouco mais ou menos de largo.

Datada de 4 de abril de 1740.

Folha 70 V do Livro 10 das sesmarias de **São Paulo**.

¹⁵⁸ Colônia do Santíssimo Sacramento. [N.E.]

¹⁵⁹ Fortificação em **Rio Grande/RS**, fundada por **José da Silva Pais**.

Moradores da Vila da **Laguna** que depuseram em uma justificação de que **João de Magalhães** era povoador de terras devolutas em **Garopava [sic]**, das quais recebeu sesmaria em 1729 – **Caldeira Juiz** – Despacho em 24-7-1729

Testemunhas: Primeira **Francisco de Moura Souto Maior**, morador na vila com 60 anos de idade.

Segunda **Antônio de Mendanha** com 70 anos

Terceira **José Pinto Bandeira** com 40 anos

Quarta **Antônio Machado** com 28 anos

Quinta **Estácio Pires** com 26 anos

Lázaro Gomes Escrivão

Arquivo de São Paulo 80-3-32

Sebastião da Costa Simões demandou em 1739 contra **João Diniz Alves** que o quis expulsar dos campos dos **Palmares** onde aquele se achava. O processo sob num. 80-5-1 se acha no Arquivo de **São Paulo**.

Foi concedida carta de sesmaria a **Sebastião** por **Luís de Mascarenhas** em **Vila Boa** a 20-1-1741.

Diniz teve sesmaria de campo onde Frei **Sebastião** teve invernada – o Rincão dos **Palmares**. **Diniz** veio para o **Rio Grande** em 1734. Era morador da Colônia do **Sacramento** e esteve onze meses no **Viamão** antes de estabelecer-se no Rincão dos **Palmares**.

[7v.] [com letra de **Aurélio Porto**]

Domingos de Brito parente muito chegado dos **Britos** de B[...?], que são nobilíssimos, casado com d. **Sebastiana da Silva**, natural da Vila de **Santos**. Filhos:

- **Maria da Silva Brito** esposa de **Pascoal Leite Paes**, visavô [?] de **Fernão Dias das Esmeraldas**.
- **Domingos Brito Peixoto** fundador de **Laguna** – Nobiliarquia Brasiliense.
Roque Luís de Macedo Leme de C[...?]. B.N. I, 6,3,9,29.

□□□□□□□□□□

Arquivo **Aurélio Porto**

Lata 30 – nº 1 – cópias datilografadas

[fl. 1r.]

Notícia da Publicação de um Bando do Conde de **Sarzedas**¹⁶⁰

Recebemos a de V.Exa. de 23 de junho acompanhada com o Bando que V.Exa. mandou a publicar-se em observância da lei nova de Sua Majestade, a quem Deus guarde, de 29 de novembro do ano passado, cujo teor nos remeteu o Desembargador **Antônio dos Santos Soares**, ouvidor geral desta comarca e um e outro as publicaram nesta vila e se registraram na forma da certidão que junto remetemos à V.Exa., a quem Deus guarde, para nos mandar como a seus humildes servos.

Laguna, em câmara, 3 de novembro de 1733.

Exmo. Sr. Conde de **Sarzedas**

(assinados) **João Brás**

Francisco Luís Caldeira

João de Magalhães

José Al. Rodrigues

Luís Gomes de Carvalho¹⁶¹

¹⁶⁰ **Bernardo José Maria de Lorena**, n.1758, + 1819, solteiro, capitão-general e governador de São Paulo e Minas Gerais (1788-1797). 1º Conde de **Sarzedas** a 24-V-1805, por d. Maria I, rainha de Portugal. [...]. CF. Anuário Genealógico Brasileiro. São Paulo?: s/ed., vol. IX, 1947, p.276.

[2r.]

Protesto contra as alegações de **Francisco Brito Peixoto**

fugidos que da Nova **Colônia do Sacramento** vieram, fizeram suas marchas pelas praias e menos abriu o caminho do sertão que vai do **Tremandy [sic]** para o **Rio Grande de São Pedro** e do dito Rio até à Nova **Colônia do Sacramento e Maldonado**, por serem até a dita Nova **Colônia** campos gerais e abertos por onde pode ir quem quiser, ou mais encostado à praia ou a sertão por onde melhor lhe fizer indo sempre quer uns quer outros assim pela parte da praia como do sertão dar na mesma Nova **Colônia e Maldonado** e menos conduzindo boiada ou cavalgadas até 1732 para esta Capitania pelos ditos caminhos de que pagassem direitos à Sua Majestade para a sua Real Fazenda e a distância que vai do Rio **Tremandy [sic]** da parte do Norte até o **Rio Grande de São Pedro** correndo caminho do Sudoeste é tanto em nossa opinião como geralmente na opinião de todos os que andando pelo dito caminho do dito Rio **Tremandy [sic]** até o **Rio Grande de São Pedro** cinquenta léguas, pouco mais ou menos, e os campos que estão entre os ditos rios, estão hoje povoados com 27 fazendas, assim de éguas como de vacas. É todo o referido passa na verdade em fé do que assinamos. **São Paulo**, 3 de julho de 1734. **Manuel de Barros Pereira**, o Padre **Manuel da Silva Albuquerque**, **Antônio Lopes Cardoso**.

Pasta 4a. Maço 25 – Arquivo de **São Paulo**

[3r.]

Informação da Câmara da **Laguna**

10 de novembro de 1734

Exmo. Sr. Conde,

A informação de que V.Exa. pede vai inclusa na certidão e vai o que se passa na verdade como é notório.

De novo se nos oferece dar parte à V.Exa. que vindo um filho do Capitão-mor **Francisco de Brito Peixoto da Coritiba [sic]**, pelo caminho novo, para esta terra, chamado **Sebastião de Brito**, chegado que foi por novidade deu que os índios **Tapes** tinham vindo aqui em **Cima da Serra** adonde [sic] o caminho do mar ao campo levantaram um cruzeiro em o qual deixaram um escrita pela língua da terra que se não deixava bem entender, porém, de algumas palavras que se entenderam, ofereciam guerras e defenderam a tranqueira do tal caminho a custas de suas vidas, é o que na verdade se passa. V.Exa. mandará o que for servido, que no entanto ficamos pedindo a Deus lhe aumente os anos de vida.

Laguna, 10 de novembro de 1734

[a] **Manuel J. da Costa**

Manuel Correa

Francisco de Moura

[Cruz de] **José Pinto Bandeira**

Arquivo de **São Paulo** – Pasta 4 – Maço 25

[4r.]

Informação da Câmara da **Laguna** sobre os serviços de **Francisco de Brito Peixoto**.

Exmo. Sr. Sobre o informe que a V.Exa. nos pede de ter sido ou não o Capitão-mor desta Vila, **Francisco de Brito Peixoto**, que abriu o caminho desta vila para o **Rio Grande de São Pedro** e do **Rio Grande** para a Nova **Colônia**, certificamos à V.Exa. ser verdade, é

¹⁶¹ Este **Luís Gomes de Carvalho** foi secretário da Câmara com se vê em muitos documentos.

sem dúvida alguma que, além dele dito Capitão-mor e seu pai, o Capitão **Domingos de Brito Peixoto**, terem sido os povoadores desta vila da **Laguna** a custas de suas fazendas, sem auxílio da Fazenda Real e despesa alguma, ser verdade ter sido o Capitão-mor o que descobriu e facilitou o caminho e campos desta vila para o **Rio Grande de São Pedro** e do **Rio Grande** para a **Nova Colônia**, como acima o dissemos, por ordem que teve do Exmo. Sr. **Francisco de Távora**, governador e Capitão General que foi desta comarca, por assim lhe ordenar Sua Majestade, a quem Deus guarde, o que tudo fez o dito Capitão-mor à sua custa, sem querer aceitar ajuda de custo com que lhe mandava assistir o dito Sr., por ordem de Sua Majestade, que Deus guarde, e hoje se acha [sic] facilitados os ditos caminhos que em qualquer tempo se vai e vem por ele[sic], trazem gados e cavalgaduras há mais de sete ou oito anos, de que se têm feito dos gados muita carniça de que tem ido muitas embarcações carregadas para a vila de **Santos** e **Rio de Janeiro** e há coisa de dois anos e meio, pouco mais ou menos, que tem ido bastantes cavalgaduras para a vila de **Coritiba** [sic] adonde [sic] se pagam os direitos à Sua Majestade.

Também nos pede V.Exa. informemos a distância que irá de **Taramandy** [sic] até o **Rio Grande**, sendo pela costa do [Sr.] mar grosso, fazem ter pouco mais ou menos trinta léguas, porém não é esta a distância que pede o Capitão-mor desta vila, só assim nos consta ter pedido à Sua Majestade uns campos da praia para dentro, sendo estes distintos dos mais campos que se segue para o **Rio Grande**, como também lhe falta a comunicação para os campos de dentro para o **Viamão**, por se dividirem com dois rios, um chamado **Capivara Vermelha** e outro **motyory** [sic] e estes dois rios deságuam no **Rio Grande** e entre estes dois rios ficam os campos que pede o Capitão-mor, que de comprido serão de dez léguas, pouco mais ou menos, e de largo em partes terá meia légua e assim se vai seguindo em partes mais e em partes menos esta é a verdadeira informação que podemos dar à V.Exa. para o referido na verdade em fé do que passamos a presente certidão, debaixo de juramento de nossos cargos, passada em Câmara nesta vila da **Laguna** a 10 de novembro de 1734 e eu, **João da Silva Pinto**, escrivão eleito, por falta do da Câmara, nesta vila o escrevi.

[a] **Manuel J. da Costa**

[a] **Manuel Correa**

[a] **Francisco de Moura Pires**

[Cruz de] **José Pinto Bandeira**

Doc. 25-4-17 Arquivo de **São Paulo**

[6r.]

Carta de **José Luís Caldeira** ao Conde de **Sarzedas**

Laguna, 24 de novembro de 1735

Exmo.Sr.

Pelos portadores que vieram da **Colônia** com as cartas para V.Exa., dei parte dos estado em que se achava o Capitão-mor desta terra e da invasão de **Tapes** que se achavam em **Cima da Serra**, e agora de novo dou parte à V.Exa. em como faleceu o Capitão-mor **Francisco de Brito Peixoto** em 25 de outubro se sepultou e por sua ausência, por ordem que tinha V.Exa., veio aqui o Capitão-mor **Sebastião Rodrigues Bragança** listar a gente que se achava neste país o qual ajuntou, listou e me deixou encarregado do junto com os votos deste Povo o governo dela até ordem de V.Exa.

Também dou parte à V.Exa. que este ano não entrou tropa alguma para **Cima**, das muitas que estavam para seguir viagem, por grande impedimento que tem da invasão dos **Tapes** que se acham em **Cima da Serra** e a terra se acha tão diminuta de munições de guerra e armas que se não pode ir arriba tomar um verdadeiro conhecimento da quantia dos inimigos; a 8 de outubro passado se animaram alguns moradores a virem dos campos de **Taramandy** [sic], irem vadear essa serra aonde habitam estes inimigos, e bem na saída

de lá acharam um lote de gentio que constava de 25, entre machos e fêmeas, que a meu parecer eram uns sentinelas que ali estavam ou exploradores do campo, que sem dúvida a quantia deles é muito maior, segundo notícias, tenho não tomado nem pelo mais nem pelo menos, serão duzentos e tantos, examinando alguns desse que vieram e que foram doze e os que aqui vieram à minha presença e os treze foram para o campo de **Tramandy [sic]** os não soube entender por me falarem tão variadamente; os deixei ficar nas mãos dos homens que os trouxeram até ordem de V.Exa. [7r.]

Do **Rio Grande** até agora não temos mais novas nenhuma que aquelas que trouxeram os portadores das cartas por onde entendemos andarem esses homens por lá bem oprimidos e a grande falta que hão de ter de munições de guerra e armas, havendo qualquer novidade darei parte à V.Exa., a quem Deus Guarde.

Laguna, dia 24 de novembro de 1735 anos.

De V.Exa. servo

[a] **José Luís Caldeira**

Maço 25 – Pasta 4a. - Doc. 25-4-19 – Arquivo de **São Paulo**

[8r.]

Carta de **José Luís Caldeira** a **Sebastião L. de Bragança**

Laguna, 4 de dezembro de 1735

Meu Senhor. Hoje, que se contam quatro de dezembro, recebi a de Vossa Mercê e juntamente com ela o prego que vai para o **Rio Grande**, de que logo o remeti e estando para fechar a carta de Vossa Mercê chegou meu cunhado **Francisco Pinto Bandeira** com um terceiro prego para o Sr. Conde de **São Paulo** e outro para o Sr. Governador do **Rio de Janeiro**, os quais remeto pelos mesmos portadores que Vossa Mercê remeteu e assim logo logo por serviço de V.Sa. e Sua Majestade, que Deus Guarde, o remete logo e juntamente vai a carta que vinha para o Capitão-mor que serve de guia dos pregos.

Do mandado que meu cunhado conta, está a **Colônia** com cerco há dois meses, com 400 homens e 6000 **Tapes** e já hão tomado todas as cavalhadas dos moradores das estâncias e das três naus de guerra da **Colônia** [...] ¹⁶² se esperando por cinco naus inglesas.

No particular, da parte para a Serra, já tenho avisado à Vossa Mercê e também avisado ao Sr. Conde. É o que se me oferece e o mais fico esperando as ordens do serviço etc. À **Sebastião Luís Bragança**. **Laguna**, 4 de dezembro de 1735. O mais humilde criado – **José Luís Caldeira**.

Doc. do Maço 25 – Pasta 4a. do Arquivo de **São Paulo**

[9r.]

Carta de **José Luís Caldeira** ao Capitão-mor **Sebastião Luís Bragança**

Laguna, 21-12-1735

Meu Sr. Capitão-mor. Recebi uma de Vossa Mercê, onde me diz dos **Tapes**, do número deles, que todos são 25 e dizem são fugidos e não mandados dos Padres.

Também aviso à Vossa Mercê em como a **Colônia** dizem em cerco e vieram os castelhanos a **Rio Grande** e levaram ou mataram o Sargento-mor **Domingos Fernandes** e todos os mais que lá estavam, o que Vossa Mercê se poderá melhor informar do portador que vai levar cartas ao Sr. Conde e Vossa Mercê lhe deve assistir, que importa muito e muito que o **Rio Grande** está despovoado e nos mais Deus guarde à Vossa Mercê. Porto da Vila da **Laguna**, 21 de dezembro de 1735. **José Luís Caldeira**.

¹⁶² Não lido por quem fez a transcrição do documento original [N.E.]

[10r.]

Carta de **José Luís Caldeira** ao Conde de **Sarzedas**
Laguna, 22 de dezembro de 1735.

Exmo. Sr. Conde de **Sarzedas**

Recebi a de V.Exa. em 18 de dezembro, na qual veio as ordens que V.Exa. me ordena e agora com mais eficácia darei cumprimento a ela, por razão de o Capitão-mor desta Vila ser falecido.

Também dou parte à V.Exa. em que já lhe dei parte dos Índios **Tapes** vindos de **Cima da Serra** e os quais até o presente se acham nas mãos dos próprios que os apanharam, até V.Exa. mandar dispor deles.

Também se oferece, de novo, dar parte à V.Exa. em como o Sargento-mor **Domingos Fernandes de Oliveira**, que por ordem do governador da **Colônia** que estava no **Rio Grande**, deu sobre ele um troço de gente, que segundo o que me dizem, seriam 500 soldados de cavalo com seus cabos, ao qual sargento, segundo notícias que tenho ou é morto ou prisioneiro. Somente o que posso assegurar é que ele não está na paragem onde assistia, na tal paragem das quais não há notícia certa se foram prisioneiros ou mortos e alguns soldados que se escaparam com muito risco de vida e agora ficamos sem resolução alguma, sem sabermos o que se há de obrar neste particular até ordem de V.Exa., porquanto dizem ser o número de gente grande que anda no campo, e os que aqui se acham serem poucos para poderem resistir ao tal número por falta de munições, assim que V.Exa. atendendo ao serviço de Sua Real Majestade determinará o que for servido.

Também dou parte à V.Exa. em que no **Rio** [11r.] **Grande** se acham bastantes tropas de cavalaria para irem para a cidade de **São Paulo**, os quais estão com seus arreceios [sic] de terem algum encontro com o inimigo.

Aqui recebi dois pregos de V.Exa. e assim que recebi o primeiro o remeti logo ao Sargento-mor **Domingos Fernandes de Oliveira**, o qual indo em caminho e tendo notícias de que o dito Sargento-mor ou era morto ou prisioneiro, me tornou à mão; o segundo não passou daqui, os quais tenho em meu poder até Segunda ordem de V.Exa. Também recebi uma carta de V.Exa. para **João Batista Sá** e como o dito tinha partido para essa Vila, a torno a remeter com a inclusa. Deus Guarde à V.Exa.

Laguna, 22 de dezembro de 1735 anos.

De V.Exa. o mais afetuoso súdito

[a] **José Luís Caldeira**

[12r.]

Carta de **Silva Pais** ao Conde de **Sarzedas**
Ilha de Santa Catarina, 5 de julho de 1736

Exmo. Sr. Meu senhor. Cheguei a este Porto com 2 dias de viagem, saindo a 25 do passado do **Rio de Janeiro** com esta esquadra que se compõe de três naus de guerra, cinco de transporte também armadas em guerra; e como me era preciso fazer diligência, por falar a **Cristóvão Pereira**, me adiantei das outras Naus que aqui espero para seguir a minha viagem na forma das ordens de Sua Majestade, como à V.Exa. se participou desde o **Rio** e da nossa Corte.

Aqui sei, agora, que o dito **Cristóvão Pereira** ainda não tem passado e se acha neste Porto a embarcação que traz as munições e preparos para a diligência de que vem encarregado, e como principal era de introduzir cavalaria na **Colônia** ou com tropa que juntasse fazer alguma diversão aos inimigos que se acham bloqueando e é grande a demora para se conseguir o bom fim para que foi mandado, e assim lhe mando um próprio a toda a diligência a qualquer parte donde o acharem, me venha falar para conferirmos o particular de que estamos encarregados.

Torno a recomendar à V.Exa. a remessa de mantimentos que lhe forem possíveis dos portos desta Capitania para o da **Colônia**, pois é o de que mais se necessita, para o que mandarei embarcações para o transportarem, ordenando V.Exa. venham para aquelas vizinhanças e não se altere com acesso o preço comum que costuma ser e serão pagos prontamente.

Persuado-me que havendo mantimentos me serão necessários alguns Índios das Aldeias desse Governo para o trabalho [13r.] de faxina e remover terras e logo que eu chegue àquele Distrito, querendo Deus ajudar-nos, participarei à V.Exa. dos que poderei necessitar para V.Exa. passar as suas ordens e possam vir como Sua Majestade determina. Em toda a parte quero servir à V.Exa. como devo. Deus Guarde à V.Exa. por muitos anos. Ilha de **Santa Catarina**, 5 de julho de 1736.

Exmo. Sr. Conde de **Sarzedas**. Muito amigo e fiel criado de V.Exa.

[a] General **José da Silva Pais**.

Doc. num. 25-2-8 do Arquivo de **São Paulo**.

[14r.]

Meu Sr. Recebi a de V.Sa. de 5 de janeiro do presente ano e lhe dou mil agradecimentos etc.

Há bastante tempo que não tenho tido notícia nenhuma da **Colônia**, porém todo o cuidado que me devia aquela praça tem cessado, com a certeza que V.Sa. me dá do grande socorro que lhe mandou dessa cidade, assim de gente como de munições, não me ficando pequena inveja de que eu desta capitania não possa fazer o mesmo assim pelos poucos rendimentos desta Fazenda Real como pelas dificuldades que há para isso e só tendo concorrido com as ordens que tenho mandado a **Parnaguá [sic]** e outros portos do mar do Sul para facilitarem o transporte das farinhas como a declaração de que a que se achasse já carregada nas embarcações destinadas para os portos do Norte, fosse baldeada a bordo das que vão para a dita praça; também pelas repetidas ordens que tenho mandado a **Laguna** para que aqueles moradores se unissem com o corpo da gente que se acha no **Rio Grande** subordinando-os ao Sargento-mor **Domingos Fernandes de Oliveira**, enquanto aqui não chega das **Minas Gerais Cristóvão Pereira de Abreu**, a quem por mui prático daquele país, intento dar-lhe o mando do dito corpo com uma patente maior do que a que atualmente se acha naquele sítio dando-lhe, também, poder para nomear alguns dos seus subordinados por oficiais, obrigando-os a tirar patentes da Secretaria deste governo,

Logo que aqui chegou a lancha que V.Sa. destina ao **Rio Grande de São Pedro** fiz aviso ao Pe. **Capaci**, remetendo-lhe a sua carta, porém logo soube que o dito Padre se achava além dos mais achaques que padece, com uma grande maligna, da qual se entendia não escaparia, mas já me chegou a notícia que estava livre de perigo, mas tão prostado que por esse respeito me não respon- [15r.] deu, nem o faz à V. Sa. pela mesma razão, e sem dúvida antes de sete meses me seguram [sic] se não porá em estado de poder fazer viagem ao **Rio Grande**. No dito sítio tenho dado a várias pessoas algumas sesmarias e estas se acham ali estabelecidas com bastante número de gados, além do que ali se acha d'El-Rei e vendo a posição que a V.Sa. faz **Francisco dos Santos**, o qual me faz também a mesma, me parece que esse homem não faz mais conveniência à Sua Majestade que o empréstimo desta lancha, não pretendendo menos do que ser donatário de oitenta a noventa léguas de terras, que não há menos da **Laguna** ao **Rio Grande**, porque recebiam grandes prejuízos todos os que se acham ali estabelecidos, impedindo por esse caminho os mais que couberem nas ditas terras, as quais se dão na forma das ordens de Sua Majestade, que é não dando três léguas de comprido e uma de largo, precedendo para isto as informações das câmaras, provedor da Fazenda Real, Procurados da Coroa, para que não resulte desta concessão prejuízo de terceiro, e suposto que tenha ordem do dito Senhor para não conceder as terras daquele distrito a

pessoa alguma enquanto o dito Senhor não determinar o requerimento que lhe fez **Francisco de Brito Peixoto**, Capitão-mor da **Laguna**, de que me mandou informar, julgo que não será deferido pela informação que dei do dito requerimento e o dito Capitão-mor falecesse e pelo desejo que tenho de que o **Rio Grande** se povoe, se me não oferece dúvida a conceder ao referido **Francisco dos Santos** uma sesmaria, na forma que concedo aos mais que a pedem.

[Rascunho de carta do governador de **São Paulo** a **José da Silva Pais** existente no Arquivo de **São Paulo** e copiado por **J. Borges Fortes**]

[16r.]

los com os lombinhos para poderem escapar a pé por entre macegas donde estiveram um dia, e dizem viram chegar ao Arraial um Corpo de coisa de 50 homens, e pegar-se em armas e tocar caixa, como se fosse Cabo-maior, que vinham da parte de **Montevideú**. Ainda que a pé sempre se refizeram de cavalos e trouxeram 50.

[com letra manuscrita:] **Aurélío**. Vai esta cópia da única carta (até agora) encontrada de **Cristóvão Pereira de Abreu** para **Gomes Freire [de Andrada]**, tratando de sua atuação na fundação da povoação na margem sul do canal [do **Rio Grande**]. Esta carta, sem data, deve ser de fins de janeiro de 1737, e suponho-a desconhecida dos historiadores.

[a] **Rego Monteiro**¹⁶³

[17r]

Cópia.

Relação das pessoas que o Coronel **Cristóvão Pereira de Abreu** trouxe da Comarca de **São Paulo** para servirem em **Rio Pardo**.¹⁶⁴

Cabo Paulo Cardozo; Manoel Pereira Passos; Francisco Anttonio; Manoel Soares Brandão; João Correa da Santa; Antonio Dias da Costa; Cabo Caettano Marques Ramalho; Pedro Gonçalves Bicudo; Miguel Gomes Sardinha; Antonio Pinto Teixeira; Domingos Fernandes Guim.^{es}, Ignacio Bueno da Sylva; José Jacao da Costa; Jozé Pereyra Camello; Francisco Joze Romeyro; Domingos da Sylva Leme; Jozé Bernardez; Antonio da Costa; Salvador Bernardez; Antonio Romeyro; Jozé Duarte; Ignacio de Araujo; Domingos de Oliveira; Manoel da Costa Sylva; Miguel Correa; Jozé da Costa Mouro; Bernandino da Costa; Jozé do Prado; Cabo Jozé de Godoes Roa, com seis Escravos; Antonio Paez Floriano; Ignacio da Cunha Lopez; Caetano Portez; Jozé Martins Quaresma; Manoel Alz~. de Freytas; Joze de Goes; Estevão da Costa de Macedo; Demetrio Furtado Ribeyro; Manoel Pedrozo Barboza; Vicente Joze de Souza; Joze Alz~. da Costa; Custodio de Souza; Antonio Fernandez da Fon^{ca}; Francisco Marttins Soarez; Salvador Alz~. Dantas; Antonio Ferr^a Mendez; Francsico da Cunha; Narcizo Paez da Sylva; Francisco da Sylva Caldas; Jozé Pereyra Ferreyra; Manoel Diaz; Antonio Gonz~. de Barros; João Nogueyra; Antonio Simoens; Joaquim Pereyra; Antonio Barboza da Goarda; Felleciano Jeronimo; João Gomez Filgueiras; Ignacio Antunez Mor^a; Francisco Fernandez; Francisco Ramos; Pedro [...?]; Francisco Miz~.¹⁶⁵; Miguel Lopez de Faria; Joze Gracia de Mattos; João de Almeida Coresma; Antonio Gracia de Mattos; João da Sylva Leme; Joze Paes de

¹⁶³ Jonathas da Costa Rêgo Monteiro.

¹⁶⁴ Não houve alteração da grafia dos nomes na transcrição. Está conforme a cópia. Subentenda-se que o til (~) deva ser entendido como sobre a letra que o antecede, em virtude da limitação deste editor de textos. [N.E.]

¹⁶⁵ Martins.

Faria; Manoel Luiz Barbosa; João Luiz Barboza; Cabo Antonio Roiz¹⁶⁶ de Moura; João Roiz Moreyra; João Luis Sardinha; João Machado; Antonio Branco; Antonio Joze de Siqueyra; Francisco Dias de Mello; Francisco Xavier Pereyra; Christovão das Correntes; Thomaz de Siqueyra; Francisco Glz~¹⁶⁷; Antonio Pereyra Gomes; Bernardo Luis Rodriguez; Julião de Faria; Francisco Vieyra; Francisco Lour.^{co168}; Martinho Soares; Gabriel Affonço; [18r.] Salvador Gracia Rodriguez; Francisco Miz~ do Amaral; Izidorio Pereyra da Sylva; Manoel Soares de Souza; Antonio de Almeyda; Jozé Rodrigues Castelhana.

Gente que ficou em Viamão

Manoel Geraldês Pontto; Bartholomeu Bueno da S^a¹⁶⁹; Antonio de Santa Ritta; Antonio Simoens; Miguel Paez; Francisco do Nascimento Telles; Miguel Soares; Sebastião de Almeyda; João Pinto; Bento do Rego e Britto; Salvador Nunes Candiz; Antonio Pereyra; Domingos da Costa; João de Araujo Braga; Joze Monis de Saá; Jozé de Moraes; Agostinho Glz~; Victorino Bernardino de Souza; Jozé Rodrigues Nevez; Ignacio Lopez; Demetrio Fran^{co}¹⁷⁰ das Neves; Pedro Celestino da Cunha; Joze dos Santos; João Barboza Lara; Domingos Francisco; João Cardozo Bicudo; Custodio de Carvalho; Antonio Correa de Souza; Sebastião Pereyra e Souza; Salvador Glz~; Faustino Pimenta de Carvalho; Manoel dos Sanctos; Xavier Montteyro; Vallerio Machado; Manoel Soares Paez; João Pedrozo; Antonio Jozé Domingues; Ignacio Rodrigues; Gabriel Alz~¹⁷¹; Pedro Freyre Gracia; Albano Gomes da Costa; Francisco Munhos de Camargo; Francisco de Camargo, com dois escravos; João Luis; Francisco Soares Antunes; Guilherme Pereyra Paez; João Estevez; Matheus de Camargo e Siqueyra, com dois escravos; Lourenço Alz~ de Oliveira; João Antunes Maciel; Miguel Antunes Per^a¹⁷²; Manoel Correa de Toledo; Manoel Vieyra; Jozé Freyre Gracia.

Seguem-se os que faleceram

João da Costa; Bento admenistrado do cabo Joze de Godoes Roá; Manoel pardo, idem, idem; Benancio, idem, idem; Domingos, idem, idem; Salvador, idem, idem; Phelipe Paullo, idem, idem; João de Almeyda, idem, idem; Joachim Rodrigues de Siqueira; Francisco Alz~ Danttas; Geraldo de Siqueyra; João Luis da Silveyra; Jieronimo Fernandes; Francisco Correa en dl.[sic]; Joze Rodrigues; Pedro Leme Barboza; João Índio da Tapessarica [sic]; Clemente de Almeyda; Ignacio Bueno; Francisco da Sylva; Francisco Pereyra de Mello. [19r]

Seguem-se os que fugiram

Manoel Francisco Per^a; Stanislaú Dias; João Rodrigues da Sylva; João Rodrigues Montv^e¹⁷³; João de Andrade; Francsico Jorge; Amaro, administrado do Cabo Jozé Godoes Roá; Francisco, idem, idem; Theodosio, idem, idem; Domingos da Foncela

¹⁶⁶ Rodrigues

¹⁶⁷ Gonçalves

¹⁶⁸ Lourenço

¹⁶⁹ Silva

¹⁷⁰ Francisco

¹⁷¹ Alvez

¹⁷² Pereira

¹⁷³ ?

do Amaral; Bento de Oliveyra Guim^{es174}; Thomaz Gomes; Domingos Santtos; João Alz; Antonio da Costa Monteyro; Domingos Fernandes; Gonçalo Ferreyra; Sebastião de Passos; Manoel da Veyga; Antonio Ferreyra de Souza; João Pedrozo; Francisco Paez de Almeyda.

(Extr. do Doc. 18, ano 1753, Maço nº1 da "Provedoria")¹⁷⁵



Rio Grande de São Pedro – 1767
Regimento de Dragões (2E) e 2. Comp. Cavalaria Ligeira Auxiliar

¹⁷⁴ Guimarães

¹⁷⁵ Documento pertencente, muito provavelmente, ao Arquivo Histórico do RGS.

2 Companhias de Dragões Reais das Minas
1730



2 Companhias de
Dragões Reais
das Minas - 1730

O RIO GRANDE DO SUL ANTES DO BRIGADEIRO JOSÉ DA SILVA PAIS

Moacyr Domingues¹⁷⁶

Em primeiro lugar, o meu agradecimento ao Senhor Presidente, aos Confrades que estão neste momento no Instituto Histórico. Há dias conversando com alguns confrades eu disse uma coisa que vou repetir agora para todos os senhores. Quando menino, de ginásio, eu me interessei muito pela História Universal. Depois achei que era muito grande a História Universal e passei a me interessar pelo Brasil. Depois achei que a História do Brasil também era muito vasta e comecei a estudar mais a História do Rio Grande do Sul. E como a do Rio Grande do Sul também é muito vasta eu me restringi a um período que sempre me interessou sobremaneira que é o início do Rio Grande do Sul. E eu cheguei a conclusão que eu é que sou pequeno, a História não é grande demais. Os meus talentos é que são poucos e, por isso, eu restringi bastante o meu campo de pesquisa. Eu agradeço a presença de todos e digo que talvez eu não vá trazer nenhuma novidade sobre o tema que eu vou abordar. Talvez, os senhores que conhecem bem o tema, irão perceber algumas ligações e interligações de fatos que muitas vezes não são apontados por aqueles que trataram do tema. Então, eu começaria a fazer um resumo muito breve do que aconteceu com esta parte do Brasil em seguida ao descobrimento do Brasil. Foi em 1500 e a primeira povoação portuguesa no litoral sul foi fundada em 1532, quer dizer, trinta e dois anos depois da descoberta, por Martim Afonso de Souza que foi São Vicente e que hoje se confunde com a cidade de Santos. Foi, então, a primeira povoação portuguesa do trópico de Capricórnio para o sul. As forças que intervieram no processo que eu vou procurar analisar foram, em São Paulo, os Jesuítas portugueses e os Bandeirante paulistas. Ao mesmo tempo que Portugal tomava posse do litoral paulista em São Vicente, os espanhóis entravam pelo Rio da Prata e subiam até onde está Assunção [Paraguai] e fundaram a cidade de Assunção, mais ou menos na mesma época, com o intuito de estabelecer uma comunicação por dentro do continente, do Perú com Rio da Prata. De sorte que nós temos aqui os espanhóis subindo pelo Rio da Prata até Assunção e os portugueses localizados, primeiro em São Vicente, e logo em seguida, em 1554, com a fundação de São Paulo no planalto paulista. São Paulo terá uma influência muito grande em todo o processo histórico que se desenvolveu nesta parte da América e por uma dádiva da natureza, São Paulo foi fundada justamente à margem de um rio, o Rio Tietê, que iria permitir que os portugueses descessem esse rio, depois descessem o Rio Paraná e entrassem em pleno coração do Brasil. Se São Paulo não estivesse na margem desse rio, naturalmente o processo do bandeirismo paulista seria muito mais difícil. Isto é verdade quando nós comparamos o que se passou com o Rio de Janeiro e Espírito Santo, que tendo no interior enormes serras, a Serra do Mar, e florestas impenetráveis, não conseguiram penetrar no interior do continente a não ser no fim do século XVII, com a descoberta das minas. Então o caso de São Paulo foi um caso especial porque estando à margem de um rio, ficou à margem de uma estrada natural que era o Rio Tietê. Depois que os espanhóis subiram a Assunção, estabeleceu-se lá a Companhia de Jesus, dos Jesuítas, e como todos sabem foi fundada em 1540 por Inácio de Loiola, um ex-militar, e como uma maneira de combater a Reforma de Lutero que estava se alastrando pela Europa. Os Jesuítas portugueses subiram também para São Paulo, em 1554, com Anchieta, etc, etc, e aí nós vamos perceber algumas forças que vão atuar neste nosso processo. Em São Paulo, os colonos e os Jesuítas nunca se entenderam bem, porque os colonos queriam escravizar

¹⁷⁶ In Memoriam. Este discurso, proferido em Sessão Solene do IHGRGS em 5 de agosto de 1992, se encontra registrado em fita cassete. Fez-se esta transcrição reconhecendo a importância da pesquisa daquele saudoso consócio.

os índios e os Jesuítas eram contrários, de sorte que houve sempre um conflito muito grande em São Paulo, entre colonos portugueses e Jesuítas. Do lado espanhol, quando eles fundaram, no final do século XVI a Companhia de Jesus se estabeleceu em Assunção também houve o mesmo conflito entre os Jesuítas que eram contrários à escravização do índio e os colonos espanhóis que queriam escravizá-los. Diziam os colonos que os Jesuítas não faziam isso por altruísmo, mas sim porque queriam, segundo os colonos, monopolizar a mão-de-obra. Então este é o fundo da disputa entre os Jesuítas e os colonos. O fundo da questão é este. À medida que os espanhóis se estabeleceram em Assunção, os Jesuítas começaram a penetrar no Brasil atual pelo estado do Paraná e por uma razão muito simples. Antes mesmo do descobrimento do Brasil, o Papa Alexandre VI havia patrocinado o tratado entre Espanha e Portugal, que eram as grandes potências coloniais daquela época, dividindo o mundo como se dividisse uma laranja em duas metades, por um meridiano, de sorte, que ficasse a leste dessa linha pertenceria a Portugal e o que ficasse a oeste dessa linha pertenceria à Espanha. Este é o famoso Tratado de Tordesilhas, cujo nome vem de uma localidade, uma pequena localidade, situada nas nascentes do Rio Douro, em território espanhol. Então ficou o mundo dividido em duas metades. Um mundo desconhecido. De sorte que, quando os descobrimentos se fizeram, começaram a surgir as disputas entre Portugal e Espanha, quanto à localização desse meridiano. Como os processos de medição e de navegação da época eram imperfeitos, era natural que houvesse o desentendimento quanto à localização dessa linha. Aqui no Brasil o Meridiano de Tordesilhas passaria em Belém do Pará e no litoral catarinense, em Laguna. Quer dizer, o Brasil seria cortado, ficaria tudo que ficasse a leste dessa linha pertencendo a Portugal e a oeste à Espanha. Como era uma linha imaginária, é claro, era muito difícil se estabelecer no terreno qual era o seu verdadeiro traçado e de acordo com os interesses políticos entre Portugal e Espanha, essa linha ora se afastava, ora recuava de acordo com cada uma das coroas. Aconteceu que, em 1580, pelo fato de o rei de Portugal ter morrido sem deixar herdeiros, a coroa de Portugal passou a fazer parte também da coroa de Espanha por razões dinásticas. Portugal e Espanha viveram o chamado período filipino, que vai de 1580 a 1640, constituindo uma só coroa, porém com administrações separadas. Portugal conservou as suas autoridades e a Espanha a mesma coisa. Durante este período filipino, 1580 a 1640, os Jesuítas espanhóis começaram a penetrar pelo oeste do Paraná, subiram o Rio Paraná até o Rio Paranapanema, que é fronteira com São Paulo e começaram a subir os Rios Piquiri, Tibagi e Ivaí em direção ao litoral, em território que juridicamente, de acordo com o Tratado de Tordesilhas, pertencia à Espanha. Portanto eles não eram usurpadores, mas estavam simplesmente procurando tomar posse daquilo que pertencia à Espanha. Ao mesmo tempo os Jesuítas portugueses, provenientes principalmente do Rio de Janeiro, começaram a freqüentar a região de Laguna, aqui no sul de Santa Catarina, aonde os colonos portugueses começaram a vir à procura de índios, porque em pouco tempo, depois da fundação de São Vicente, os índios do litoral foram todos escravizados, de maneira que, passados alguns anos, eles tiveram que ir mais longe em busca de índios para trabalhar nos engenhos do norte, etc, etc. Então, estabelece-se aí um movimento. Os Jesuítas espanhóis pelo norte do Paraná em direção ao litoral e aqui no sul os Jesuítas portugueses, a partir de Santa Catarina, entrando no próprio território rio-grandense até, supõe-se, às margens do Rio Guaíba, mas não passando além. Durante este período, o chamado período filipino, os Bandeirantes portugueses, em 1629, atacaram aquelas primeiras reduções jesuíticas fundadas no Paraná e atacaram e levaram os índios prisioneiros para São Paulo, obrigando os Jesuítas a fugirem rio abaixo, pelo Rio Paraná, dizem que 4 a 6 mil índios, e se estabelecerem na mesopotâmia argentina, quer dizer, na região de Entre-Rios. Então, os Bandeirantes portugueses expulsaram os Jesuítas de lá, os obrigaram a fugir. Aqui no sul, em seguida, eles também vieram atacar as reduções que os Jesuítas espanhóis começaram a fundar ao longo do Rio Ibicuí até, mais ou menos, a cidade de Santa Cruz de hoje. Aqui vieram também os Bandeirantes paulistas e expulsaram, após vários choques, os Jesuítas

espanhóis para o lado de lá do [Rio] Uruguai. Isto foi aproximadamente em 1639. Daqui, os Jesuítas fugiram para o lado de lá, para a parte ocidental do Rio Uruguai, mas deixaram aqui um determinado número de cabeças de gado que eles já haviam trazido do Paraguai, gado este que foi se multiplicando ao sabor da natureza e no fim se esparramou no território atualmente da República Oriental do Uruguai. Este gado dos Jesuítas, durante o período que vai de 1640 a 1680, mais ou menos, por sobre os divisor de águas, entre os afluentes do Rio da Prata e os afluentes do Atlântico, este gado se espalhou, se esparramou e quando chegou aproximadamente em 1680, cobria praticamente o território uruguaio, constituindo a chamada Vacaria do Mar. Alguns historiadores chamam a este período, que vai de 1640 a 1680, eles dizem que o Rio Grande do Sul passou a constituir uma Terra de Ninguém. Eu, data vênica, não concordo com esta expressão porque os índios, que eram os verdadeiros donos da terra, continuaram a viver aqui e nós não podemos ser tão ingênuos a ponto de pensarmos que os padres que haviam deixado este gado, não acompanharam o seu desenvolvimento durante estes quarenta anos. Evidentemente que os padres acompanharam isto, então nós não podemos chamar isto de uma Terra de Ninguém.

Agora vejamos, em 1640 Portugal levantou-se contra a Espanha, O Duque de Bragança levantou-se e rompeu com a Espanha, procurando restabelecer a independência de Portugal. Durante vinte e oito anos, quer dizer até 1668, houve uma guerra entre Espanha e Portugal por causa disso, até que em 1668 a Espanha reconheceu a independência de Portugal e voltou tudo o que era antes do período filipino. Pois bem, em 1640, quando iniciou-se esta reação em Portugal, governava o Rio de Janeiro Salvador Correia de Sá e Benevides. Este Salvador Correia de Sá era nascido no Rio em 1594, filho de Martim Correia de Sá e neto de Estácio de Sá. Portanto pertencia à estirpe dos Sás, família esta que dominou, por assim dizer, o Rio de Janeiro durante aproximadamente um século. O Salvador Correia de Sá era filho de um Correia de Sá com uma castelhana. E, apesar disto, ele, como português, assim que houve a revolta em Portugal contra a dominação espanhola, colocou-se ao lado do rei de Portugal, apesar de ser filho de uma espanhola e casado com outra espanhola. Terminado o seu período de governo, se não me engano em 1642, o Salvador Correia de Sá foi para Portugal e passados quatro anos, em 1646, ele requereu ao rei de Portugal uma capitania. Ele pediu ao rei de Portugal que lhe desse 100 léguas de litoral, o que corresponde a mais ou menos 600 quilômetros de litoral. Vejam que não é nada pouco. Contadas 50 léguas ao norte da Ilha de Santa Catarina e 50 léguas ao sul, de sorte que se o rei de Portugal lhe tivesse concedido esta donataria, ele ficaria dono, vamos dizer, de todo o litoral catarinense e parte do litoral paranaense e parte do litoral rio-grandense. O primeiro pedido de Salvador Correia de Sá foi feito em 1646. Não se sabe por que razão, embora tivesse muito prestígio, o seu requerimento não foi deferido, o rei não despachou, e ele em seguida foi nomeado pelo rei para fazer uma expedição a Angola, que estava na época em mão dos holandeses. E quando Salvador Correia de Sá pediu esta capitania a intenção dele era se estabelecer mais próximo de Buenos Aires e restabelecer com Buenos Aires um comércio que existira durante o período filipino, mas que depois da separação de Portugal a Espanha estava estritamente proibido e fechado. Nesta ocasião que ele requereu esta capitania, ele propôs ao rei de Portugal que se fizesse uma expedição a Buenos Aires, que se tomasse Buenos Aires e se estabelecesse lá um forte português, como uma maneira de assegurar o domínio econômico de Portugal sobre todo este Atlântico sul. O Padre Antônio Vieira que na época, alguns anos depois, estaria no auge do seu prestígio, defendeu também esta tese de se estabelecer Portugal em Buenos Aires. Então vejam os senhores que já em 1646 é quando pela primeira vez começa a germinar a política portuguesa procurando alcançar o Rio da Prata. Esta política seria seguida durante todo o século XVII, todo o século XVIII e até Dom João VI ao tomar a chamada Província Cisplatina, nada mais fez do que já no século XIX seguir esta mesma política concebida e pela primeira vez exposta por Salvador Correia de Sá em 1646. O Salvador Correia de Sá foi para Angola, conseguiu a rendição dos holandeses, governou

Angola durante mais de três anos e voltou para Portugal. Nesta época, ainda, Portugal e Espanha estavam em guerra. Aquele pedido que ele havia feito em 1646, ele repetiu em 1658, quer dizer, doze anos depois. Tornou a pedir ao rei aquela mesma capitania. Mais uma vez o rei não despachou e não se sabe bem por quê. E Salvador Correia de Sá foi nomeado, pela segunda vez, governador do Rio de Janeiro. Veio para o Rio de Janeiro, governou o Rio de Janeiro parece durante cinco anos, voltou para Portugal e o seu pedido não foi atendido. Nesta época, como ele já estava muito idoso, ele passou a requerer esta mesma capitania em nome dos filhos. Ele tinha dois filhos. Um que foi nomeado Visconde de Asseca e o outro que chamava-se João Correia de Sá. Então, em nome dos filhos, ele continuou seu pleito que começara em 1646. Este pleito só foi deferido pelo rei de Portugal em 1676. Então vejam bem como são as coisas. Durante 30 anos, trinta, o Salvador Correia de Sá, para ele próprio ou para os seus filhos, depois morreu um dos filhos e entrou um neto, ele pleiteou esta capitania. Mas as coisas, durante este tempo, tinham evoluído um pouco e há dois fatos bastante interessantes que aconteceram ao final destes trinta anos. Primeiro, a Ilha de Santa Catarina, que até então não passara de ser uma escala de navios que ali se refaziam de água potável e de frutas frescas, etc, a Ilha de Santa Catarina em 1673 foi ocupada por um paulista chamado Francisco Dias Velho. No mesmo ano de 1673, pela primeira vez, o futuro fundador de Laguna, Domingos de Brito Peixoto, tentou se estabelecer em Laguna, 1673. No ano seguinte, mandou a embarcação que ele usara para se estabelecer em Laguna, mandou esta embarcação para a Bahia levar ao governador-geral da época, a notícia que tinha se estabelecido na Ilha de Santa Catarina. Esta embarcação afundou no litoral do Espírito Santo, onde há um arquipélago chamado Arquipélago dos Abrólhos. Agora aqui eu estou retificando, agora, uma coisa que eu escrevi no meu primeiro trabalho sobre este assunto. Os historiadores antigos diziam o seguinte: quando Brito Peixoto foi para Laguna, navegou para Laguna, as tempestades teriam arrastado seu navio, ele teria ido naufragar nos Abrólhos, na costa do Espírito Santo. Isto é uma coisa absolutamente absurda. É inconcebível que uma embarcação que partisse de Santos para Laguna fosse naufragar no litoral do Espírito Santo. No entanto, apesar de ser um aberração, uma coisa impossível, isto tem passado despercebido, não tem sido contestado por vários historiadores que estudaram este tema. Eu próprio, no meu primeiro trabalho, encontrei uma explicação, talvez engenhosa, mas que hoje eu estou retificando. Naquela ocasião eu disse que como abrólhos significa rochedos à superfície da água, eu imaginei que ele naufragou contra os abrólhos poderiam ser uns abrólhos num outro lugar, mas não o chamo Arquipélago dos Abrólhos e defendi esta idéia. No entanto, pesquisas posteriores me mostraram um documento do próprio Domingos de Brito Peixoto em que ele diz que a embarcação utilizada na primeira tentativa de fundação de Laguna naufragou na Costa do Espírito Santo, nos Abrólhos, quando levava notícia para a Bahia. Então aí a coisa realmente faz sentido e esta de fato é que é a verdade histórica. Então o Brito Peixoto em 73 tentou, a sua embarcação naufragou e ele levou mais quinze anos, 15 anos é uma coisa impressionante, como o tempo passa. Ele demorou mais quinze anos para refazer a sua fortuna, conseguir uma outra embarcação e finalmente se estabelecer em Laguna em 1688. Quando isto aconteceu, havia-se já fundado a famosa Colônia do Sacramento, que é onde hoje fica a cidade de Colônia no Uruguai. Esta Colônia do Sacramento viria a realizar aquilo que o Salvador Correia de Sá sugerira em 1646. Isto é, uma fortaleza portuguesa, próxima de Buenos Aires, e que assegurasse uma forma de se estabelecer comércio com o Rio da Prata. A Colônia do Sacramento, durante mais de um século, foi o pivô, o pomo da discórdia entre Portugal e a Espanha. A Colônia do Sacramento foi fundada em 1680 por Dom Manuel Lobo e no mesmo ano, no dia 7 de agosto, foi tomada pelos espanhóis.

Portugal dava um lance político das mais graves consequências mas tão mal calculado que oito meses depois, no dia 7 de agosto de 80, a Colônia do Sacramento foi atacada, cercada, destruída, o governador foi preso e morreram ali aproximadamente 150 dos 300 soldados.

Aquilo que Portugal perdeu pelas armas recuperou em seguida pela diplomacia. A diplomacia portuguesa sempre, ao longo de toda a História, foi extraordinariamente clarividente e eficaz. Aquilo que as armas perdiam a diplomacia recuperava. Isto aconteceu com a Colônia do Sacramento em 1680.

A Colônia do Sacramento foi destruída em 1705, a diplomacia portuguesa recuperou a Colônia em 1717 pelo Tratado de Utrecht. A Colônia do Sacramento foi perdida em 1763, Portugal recuperou a Colônia do Sacramento pela diplomacia. Então, aonde as armas geralmente falharam no seu confronto com os espanhóis a diplomacia conseguiu recuperar.

Mas como o tema é Rio Grande, isto que eu acabo de falar é a introdução, como é que o Rio Grande vai entrar, agora, na História do Brasil.

Então, vejam bem, de 1640 a 1680, que é a fundação da Colônia do Sacramento, o Rio Grande do Sul ficou praticamente abandonado. E já houve historiadores que disseram assim: que Portugal abandonou criminosamente o Rio Grande do Sul. Se desinteressou pelo Rio Grande do Sul. No entanto, se nós analisarmos o que era o Rio Grande naquela época nós entenderemos, perfeitamente, que não havia nenhum interesse. Aqui não havia minas. Índio praticamente não existia porque os Jesuítas tinham levado para o lado de lá do [Rio]Uruguai. Não havia mais nada e não tinha um porto sequer o nosso litoral que fosse praticável. O único ponto era o Rio Grande, a Barra do Rio Grande, que até o século passado se chamava cemitério de navios, porque era difícil de ser penetrada a barra e ofereciam os maiores riscos. De maneira que não podemos dizer, simplesmente, que Portugal se desinteressou. Não é verdade. Não havia nenhum incentivo de ordem econômica. Tanto isto é verdade que assim que aquele gado, aquele das Vacarias do Mar começou a despertar o interesse de Portugal, aí o Rio Grande do Sul passou a existir. Então, estabeleceu-se Laguna, os portugueses estavam ali estabelecidos desde 1688. Estabeleceu-se comércio, então, entre Laguna e a Colônia do Sacramento, já no século XVIII, depois da retomada da Colônia em 1717, começou-se a transportar gado da campanha uruguaia para Laguna. E nas pesquisas que eu fiz, uma das coisas mais importantes que eu descobri é que a primeira tropa que atravessou o canal do Rio Grande, procedente do Uruguai atual, atravessou o canal do Rio Grande a primeira tropa em 1717, isto é, no exato momento em que a Colônia do Sacramento estava sendo reocupada pelos portugueses, depois de ter sido destruída pela segunda vez em 1705.

Eu estou passando por cima de vários fatos para não tornar a palestra excessivamente longa. Mas, então, a partir de 1717 passa a haver este trânsito de tropas do Uruguai para o Rio Grande do Sul. Chegamos em 1723, no fim do ano de 1723, Portugal organizou uma expedição no Rio de Janeiro com a intenção de ocupar Montevideú. Então seriam dois pontos, no território uruguaio, que garantiriam a presença portuguesa. Essa expedição de 1723 é um dos maiores fiascos militares da época porque a expedição chegou a Montevideú, desembarcou, não ficou três meses, quando os espanhóis se aproximaram o comandante fugiu com toda a sua guarnição, embarcou e foi todo mundo embora para o Rio. Ele foi submetido a conselho de guerra por causa disto, porque realmente não há uma explicação porque que este homem não resistiu. Bom, nesta época, surge na Colônia do Sacramento uma figura que teria depois uma importância muito grande aqui na História do Rio Grande do Sul, que é um português, de Ponte do Lima, no Minho, chamado Cristóvão Pereira de Abreu. Este homem tinha morado no Rio, depois a Colônia foi perdida, ele continuou no Rio, casou-se no Rio de Janeiro e depois da reocupação da Colônia, em 1717, algum tempo depois, isto é, quatro anos depois, ele veio para a Colônia do Sacramento e começou a negociar com gado, couros, etc, etc. Este período é que alguns historiadores chamam de a Idade do Couro e há uma razão para isso. O gado era tão abundante no Uruguai atual que piratas de várias nacionalidades: holandeses, franceses principalmente, desembarcavam na costa uruguaia, onde hoje é Punta del Este, caçavam o gado unicamente pelo couro. Quer dizer, tiravam o couro, secavam e levavam para a Europa. Chamou-se, então, a este

período Idade do Couro, mas nós não podemos estendê-lo ao Rio Grande do Sul. O Rio Grande do Sul não teve uma Idade do Couro, porque aqui logo que o gado começou a ser introduzido, já foi para as estâncias, não foi para ser morto no campo, como faziam os piratas, apenas pelo couro. Quer dizer, aqui o gado realmente já foi aproveitado integralmente, então não podemos estender, me parece, ao Rio Grande do Sul a chamada Idade do Couro.

Muito bem, estabelecido este trânsito e descobertas que estavam já as Minas Gerais, onde havia falta de cavalgadas, quer dizer, de animais de tração, isto despertou a necessidade de se estabelecer uma comunicação terrestre entre Laguna e São Paulo. De maneira que o gado seria levado até lá, até próximo de Laguna, depois de Laguna através do planalto catarinense para São Paulo. Surge, desta necessidade, o governador de São Paulo, que chamava-se Rodrigo Cesar de Menezes, confiou esta missão de abrir este caminho a um português chamado Francisco de Souza e Faria. Este Francisco de Souza e Faria, até hoje, não tem sido mais do que um nome. Sabe-se o nome deste homem, mas não se sabia, até agora, praticamente nada: de onde é que ele veio, quem é que ele era, enfim, quem é Francisco de Souza e Faria? Todas as glórias deste trabalho têm sido dadas a Cristóvão Pereira de Abreu que, na realidade, veio depois. Este Francisco de Souza e Faria era morador na Colônia do Sacramento, isto é uma coisa que eu descobri, ele foi escolhido pelo governador de São Paulo para abrir este caminho terrestre, pelo fato de ter muita prática da campanha do sul. Isto é, da campanha uruguaia. Então, este homem, em 1728, abriu em Araranguá, começou a abrir em Araranguá, o chamado caminho das tropas, que subia a serra até um pouco ao norte de São Francisco de Paula e dali seguia através do planalto catarinense até Curitiba. Foi iniciada a abertura desta estrada em 1728 e levou, mais ou menos, dois anos para ser terminada. Não é propriamente uma estrada, é um caminho, não é verdade? Mais ou menos até 1730. Quando chega em 1732 o nosso Cristóvão Pereira de Abreu, de quem eu já falei, veio da Colônia do Sacramento com a primeira tropa com destino a São Paulo. Ele deixou esta tropa parada aqui, mais ou menos, na região de Mostardas, por aí, subiu, examinou o caminho e em 1732 ele atravessou pela primeira vez este caminho com a tropa até São Paulo.

As pessoas que têm tratado do tropeirismo, isto é, deste comércio das tropas, falam muito, é comum se falar que era para levar gado, gado, para as Minas Gerais e houve até historiadores que falaram que era a carne, para ter carne, mas isto não é verdade. O Cristóvão Pereira não levou vaca nem boi, ele levou apenas cavalos e mulas, o que faltava em Minas Gerais na realidade eram animais de carga, de carga e de tração. E os senhores, que são gaúchos, naturalmente hão de compreender que não faria sentido levar uma tropa de gado para ser abatido, daqui até São Paulo. Este gado não ficaria lá, quer dizer, não é verdade isto. Então, quando se falar em tropeirismo, nesta época, nós não devemos nos esquecer que não era gado vacum, era gado cavalar ou muar. Então, neste momento é que o Rio Grande do Sul realmente passa a fazer parte economicamente do Brasil, sendo até aí, apenas, um caminho de passagem. O gado passava pelo Rio Grande do Sul. Mas, desde o momento em que o Cristóvão Pereira, em 1732, pela primeira vez passou com uma tropa, houve um êxodo dos lagunenses aqui para o Rio Grande do Sul e se estabeleceram em todo este território aqui em torno de Porto Alegre, quer dizer, desde aqui até Tramandaí começaram a surgir as primeiras estâncias. O próprio Jerônimo de Ornelas, que é tido como o fundador de Porto Alegre, no seu requerimento, pedindo esta sesmaria onde hoje está Porto Alegre, este requerimento está em São Paulo, eu vi, ele declara que veio para cá em 1732.

Há um personagem, também, desta época, chamado João de Magalhães. Este João de Magalhães é muito falado porque ele era genro do Capitão-mor da Laguna, o fundador foi Domingos de Brito Peixoto, que morreu aí por 1702, 1703, e no seu lugar ficou o filho, chamado Francisco de Brito Peixoto. Este Francisco de Brito Peixoto nunca se casou, mas teve vários filhos, naturais, com índias aí de Laguna. Entre as filhas, uma se casou com Francisco Pinto Bandeira, que são os pais do nosso Rafael Pinto Bandeira,

que nasceu em Rio Grande em 1740. O Francisco Pinto Bandeira era genro, chamado genro natural, porque a filha não era legítima, do Francisco de Brito Peixoto. Da mesma forma que este João de Magalhães. João de Magalhães era português, do reino, causou-se também com uma filha do Francisco de Brito Peixoto e entrou na História porque, em 1725, isto é, antes da abertura da estrada, três anos antes, este João de Magalhães foi mandado para estabelecer uma povoação na Barra do Rio Grande. É a chamada, famosa Frota de João de Magalhães. Esta história da palavra Frota, também, me parece que não está muito bem contada. Eu não encontrei nenhum documento em que fale em Frota. Eu não encontrei. Dizem que existe, mas eu não encontrei. E Frota nunca teve a conotação que teve esta expedição dele. Frota sempre foi, todos os dicionários antigos mesmos, uma certa quantidade de navios. No entanto eu não sei por que razão dá-se o nome de Frota de João de Magalhães. Mas isto é secundário, o que importa é que ele, em 1725, foi para onde hoje é São José do Norte e ali ele ficou pelo menos dois anos com vinte e tantos homens. E aqui, neste livrinho do Professor Guilhermino Cesar, tem um trecho muito interessante e que tem passado despercebido. Existe aqui as chamadas notícias práticas, escritas pelo Cristóvão Pereira de Abreu, de quem se falou há pouco, para o Padre Diogo Soares. Este padre era um padre Jesuíta, português, que foi mandado ao Brasil para fazer levantamentos cartográficos. Este padre passou pela Colônia do Sacramento em 1730 e o Cristóvão Pereira estava lá. Então, nesta ocasião, o Cristóvão Pereira deu a primeira notícia prática para o padre. Uma coisa muito bem escrita, descrevendo a Colônia do Sacramento, a parte do Uruguai etc. Quando ele fale em Rio Grande do Sul, aqui tem um trecho que vão me permitir eu ler porque é muito interessante: E tornando ao Rio Grande, não digo é uma das mais vistosas coisas que criou a Natureza, por não parecer encarecido ou cair na censura ignorante. Mas, expondo a sua grandeza, deixarei o louvor à ponderação de Vossa Reverendíssima. Corre de oeste a leste e na entrada, a distância pouco menos de duas léguas, com meia de largo, para a parte do norte faz uma barra ou praia de areia, com uma enseada de podem ancorar grande número de navios, boa tença, seis ou sete braça de fundo, tudo limpo, encostado a uma planície que lhe fica superior. Agora, aqui, é que vem a parte interessante, ele está se referindo aqui, evidentemente, a São José do Norte atual, que é do outro lado da barra, então diz ele assim: encostado a uma planície que lhe fica superior, a que alguns que têm chegado puseram o nome de cidade e não sem mistério pelo que naquele lugar se pode fazer com um rio de excelente água doce que permanente por um lado se mete no Rio Grande. Bom, o interessante é o seguinte: o Cristóvão Pereira escreveu isto aqui em 1738, e ele diz que em frente à cidade de Rio Grande há uma parte alta a que deram o nome de cidade. Agora eu pergunto aos senhores o seguinte: por que se daria o nome de cidade se ali não existisse nada? Como geralmente se supõe. Eu não tenho dúvida, até prova em contrário, que são remanescentes daquela expedição do João de Magalhães, que ali tiveram que construir curral para o gado, abrigo, porque eles ficaram lá muito tempo e naturalmente ali outras pessoas, que a História não registra, porque eram anônimas, mas que ali viveram e formaram uma meia dúzia de casas, ou seja lá o que for e que, em 1738, o Cristóvão Pereira diz que deram o nome de cidade. Para dar o nome de cidade me parece que não há outro motivo, salvo o de ter pessoas que viveram ali antes da fundação do Rio Grande em 1737. Isto eu acho que é uma novidade e eu lanço aqui, aos meus confrades, uma espécie de um desafio para que nós possamos esclarecer esta questão. Corroborando isto, que o Cristóvão Pereira escreveu, há uma carta, um mapa feito pelo Padre Diogo Soares, este um geógrafo, de quem eu falei há pouco, ele fez várias cartas, uma delas eu tenho, eu trouxe de Portugal a fotocópia dela. Pega do Guaíba para cima, vamos dizer. Do Guaíba para o norte. Mas existe uma outra do trecho anterior que pega do Rio Grande até, mais ou menos, o Tramandaí. Na obra do nosso saudoso confrade Abeillard Barreto, quando ele fala no Padre Diogo Soares, o Abeillard Barreto viu esta carta, esta que eu não tenho, esta da parte do Rio Grande. E o Abeillard Barreto cita a nomenclatura que aparece naquela carta. E lá na carta do Padre Diogo Soares aparece um lugar

assim: cidade, defronte ao Rio Grande. Exatamente isto que o Cristóvão Pereira escreveu. Então, realmente, quando o Padre Diogo Soares esteve lá em 1738 dava-se o nome de cidade, até talvez a título jocoso, uma brincadeira, chamar aquilo de "cidade". Então isto vem confirmar que, realmente, antes da fundação do Rio Grande, provavelmente existiu ali, defronte, em São José do Norte, um agrupamento de casas.

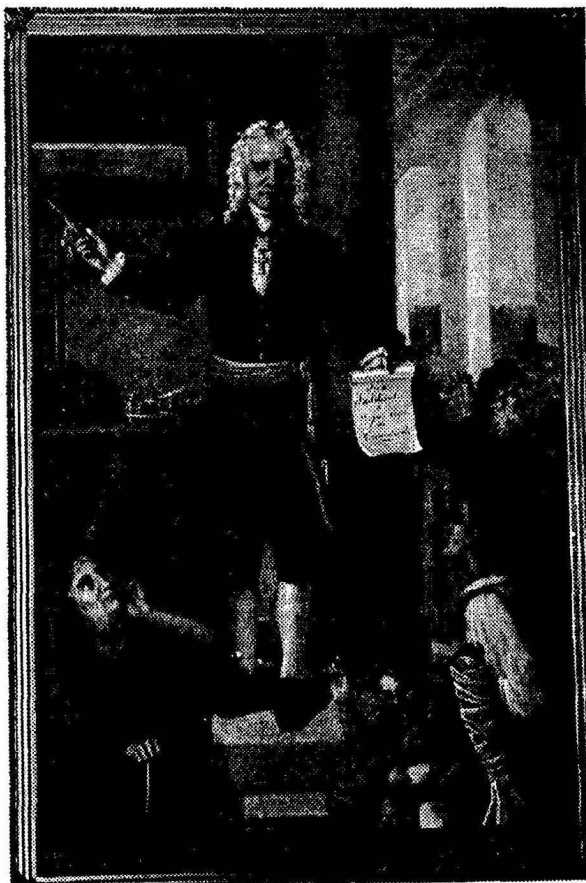
Bom, tenham mais cinco minutos de paciência que a coisa está no fim.

Em 1735 a Colônia do Sacramento foi atacada por forças espanholas, a terceira vez que ela era atacada, e veio uma expedição do Rio de Janeiro para socorrer a Colônia. Nesta expedição veio o Brigadeiro Silva Pais e passou por Santa Catarina, onde se encontrou com Cristóvão Pereira, depois foi para a Colônia do Sacramento com a esquadra, conseguiu furar o bloqueio, etc, isto todo mundo sabe. Depois, no fim de 1736, ele, entre as missões que ele trouxe quando veio ao sul, ele deveria fundar uma povoação ou em Montevidéu ou em Maldonado ou no Rio Grande. O Rio Grande era a terceira alternativa. Ele em Montevidéu não conseguiu desembarcar, em Maldonado, que hoje é Punta del Este, desembarcou mas não tinha condições, faltava água potável, enfim, uma série de inconvenientes. Então, a sua terceira opção era se estabelecer no Rio Grande e realmente foi o que ele fez. Ele subiu, entrou no Rio Grande e desembarcou em 19 de fevereiro de 1737. Lá já o esperava Cristóvão Pereira de Abreu.

Aqui devia terminar porque a minha palestra é o Rio Grande antes do Brigadeiro Silva Pais, mas há uma última coisa que eu ainda quero mencionar. Tem se escrito que o Cristóvão Pereira de Abreu foi quem abriu, no caminho das tropas, o atalho por Santo Antônio da Patrulha. O caminho das tropas original vinha pelo litoral, Tramandaí, atravessava o Tramandaí, atravessava o Mampituba ia até o Araranguá e depois subia a serra, já em Santa Catarina. E tem se escrito que o Cristóvão Pereira foi quem abriu um caminho novo, passando por Santo Antônio da Patrulha, subindo a serra e seguindo para Santa Catarina. Pois bem, o Cristóvão Pereira de Abreu tem uma vasta correspondência já conhecida, inclusive eu trouxe de Portugal, há anos atrás, várias cartas inéditas dele, muito interessantes. Ele era um homem extremamente metuculoso. Escrevia muito bem e tinha uma letra, aliás, bonita. Era um homem de muito boa cultura. E não era homem de esconder os seus méritos, quer dizer, o que ele fazia ele apregoava mesmo, "eu fiz", etc, etc. Pois bem, quanto a esta abertura desta estrada por Santo Antônio, que se tem atribuído a Cristóvão Pereira diz ele aqui. Ele fala no Rio Grande, que as tropas estavam dando muito lucro e que se por ocasião da Guerra do Rio da Prata, aquela de 1735, não fora preciso vedar o dito caminho, para não divertir assim a gente com os cavalos, de que se poderia necessitar, e isto sem experimentar já tanta mortandade neles, como eu e os que foram comigo experimentamos, isto pelo caminho antigo. Assim por estar o dito caminho já perfeito, o antigo, agora vem a parte interessante, como possível povoarem os campos de Viamão e se descobrir neles novo atalho à subida da serra, que era onde se experimentava a maior perda. Quer dizer, ele aqui diz que no caminho antigo as tropas sofriam muitas perdas quando subiam a serra. Mas, depois que se povoaram os campos do Rio Grande, isto é, aqui em torno de Porto Alegre, se descobriu nele novo atalho. Mas ele não diz que foi ele. E ele não era homem de omitir, se tivesse sido ele. Então, a conclusão que se tira é que esse atalho foi descoberto pelos moradores daqui, que desde 1732 já estavam estabelecidos. Ele escreve isso em 1738, quer dizer, seis anos depois, evidentemente estes primeiros estancieiros não ficaram de braços cruzados. Descobriram novo caminho e a partir de então subiram por ali as tropas. E para concluir, há uma famosa relação de 64 nomes que é conhecida por relação dos fronteiros do Rio Grande do Sul. Esta relação é de 1735, são 64 nomes de tropeiros que estavam com as suas tropas prontas para levar para São Paulo, mas que em consequência da guerra da Colônia e com medo de serem atacados pelos índios dos padres em Cima da Serra, estes tropeiros estavam parados com medo de subir a serra e ir para São Paulo. Esta famosa relação foi descoberta pelo General Borges Fortes e ele publicou, é uma relação muito interessante. Mas, aqui, houve um engano de leitura. Eu tenho este documento na minha mão, eu tenho xerox que eu tirei em São Paulo. Não é fronteiros é frausteiros. Ou

seja, corruptela de "forasteiros". Se os senhores examinarem aquela coleção chamada Documentos Interessantes para a História de São Paulo os senhores encontrarão a palavra frausteiros pelo menos uma meia dúzia de vezes, nos primeiros volumes. Era um termo usual naquela época, era frausteiros. Era muito natural confundir o "u" com "n", daí ler fronteiros onde era frausteiros. Ou seja, "forasteiros". E, realmente, daqueles 64 nomes não mais do que 10 se estabeleceram no Rio Grande, os demais sumiram, porque realmente eram "forasteiros" que tinham vindo aqui buscar tropa de gado.

Eu peço desculpas aos amigos se não correspondi à expectativa e quero dirigir um agradecimento muito especial ao nosso presidente¹⁷⁷. Eu conheço bastante as minhas limitações para ter entendido que o convite que ele me fez para fazer esta palestra, foi como um estímulo que ele quis me dar. Não pelos meus méritos, mas por amizade. Então, muito obrigado a todos e até uma próxima vez. [aplausos].



Brigadeiro José da Silva Paes. Quadro em uma das galerias da Igreja da Candelária/RJ. Na base da tela: Reconhecimento e gratidão da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz da Candelária ao Exmo. Brigadeiro José da Silva Paes, instituidor da Repartição da Caridade em o ano de 1738.

¹⁷⁷ Luís Alberto Cibils.

SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA NO CENÁRIO REGIONAL – OLHARES E FRONTEIRAS

Posse de Véra Lucia Maciel Barroso

Conforme anteriormente noticiado na Revista nº 132, tomou posse como membro efetivo do Instituto em 11 de junho de 1997 a Professora Véra Lucia Maciel Barroso perante um auditório que alcançou 232 presenças registradas no livro próprio. Foi ela saudada pelo consócio Ruy Ruben Ruschel e, na ocasião, apresentou trabalho em que abordou o tema SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA NO CENÁRIO REGIONAL – OLHARES E FRONTEIRAS, que a seguir transcrevemos.

O discurso de recepção foi o seguinte:

Na cerimônia de hoje há um timbre de excepcionalidade que a todos alegra e comove. Trata-se de receber no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul o primeiro membro efetivo feminino. Passados quase 77 anos de sua fundação só agora a barreira vem de ser rompida.

Por certo tal demora não decorreu de eventual preconceito machista, porquanto os cultores da História, por melhor compreenderem o passado, situam-se entre os homens mais sensíveis para interpretar os sinais do presente e do futuro. O motivo foi outro. É que nas gerações anteriores pouco expressiva se havia mostrado a contribuição feminina na pesquisa da História em nosso Estado. No "Manual de Fontes Bibliográficas" elaborado há 20 anos pelo Prof. Dante de Laytano, dentre os 60 autores citados apenas 10% foram mulheres, todas não propriamente pesquisadoras senão autoras de manuais destinados ao ensino.

Hoje, porém, a situação é outra. Véra Lucia Maciel Barroso, a quem damos as boas-vindas, bem simboliza esta virada no campo da ciência histórica. Representa a mulher a assumir papel cada vez mais relevante também neste setor.

A nova consócia teve exemplar vida acadêmica. Não se contentou em cursar uma só licenciatura e conquistou sucessivamente as de Estudos Sociais, de Ciências Sociais e de História. Fez pós-graduações, agregando os títulos de especialista em História do Rio Grande do Sul e em História do Brasil e de Mestre em História. Quando ultimava a primeira de suas graduações acadêmicas, eu a conheci, já na época revelando uma promissora curiosidade historiográfica, certamente herança cultural de seu saudoso pai Juca Maciel.

A seguir dedicou-se ao magistério superior, contando hoje com mais de 15 anos de experiência nos níveis de graduação e de pós-graduação.

Desde logo, Véra Barroso passou a produzir e publicar ensaios sobre temas riograndenses como os movimentos farroupilha e federalista; as colonizações açoriana, alemã e italiana; a teoria da dependência; a preservação da memória; a economia industrial em seus começos; o contributo histórico do negro; o município de Santo Antônio

da Patrulha e seus desdobramentos; e vários outros assuntos. Sua bibliografia supera 50 títulos, não computadas a coluna semanal que mantém na "Folha Patrulhense" e a bimestral, no "Jornal Santa Casa Noticias".

É sobretudo impressionante o dinamismo com que Véra consegue compatibilizar estudos teóricos tão variados e sérios com a atividade prática de promover eventos histórico-geográficos e coordenar a produção literária de outras pessoas. Neste aspecto, raro é encontrar-se quem supere seu carisma. Basta recordar a persistência com que vem reunindo dezenas de historiadores, sociólogos, geógrafos, arqueólogos e outras investigadores, nos Encontros dos Municípios Oriundos de Santo Antônio da Patrulha, sete entre 1990 e 1996. Nos anais correspondentes editaram-se mais de 350 trabalhos, entre palestras e comunicações, fonte valiosíssima para aprofundamentos futuros.

Meus confrades.

Este currículo e estas qualidades demonstram o quanto a aquisição de hoje nos abre para o futuro. Seiva nova, erudita e dinâmica, muito há de concorrer para que as tradições da Casa se preservem em seu alto padrão.

A dissertação de Vera Barroso

Ao saudar o Presidente desta Casa, Dr. Sérgio da Costa Franco, as autoridades presentes ou representadas, os familiares e amigos que prestigiam este ato, quero vivamente destacar que me sinto muito honrada em ingressar no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul pelas mãos do especial amigo, Desembargador Ruy Ruben Ruschel, o historiador maior do quadrante patrulhense.

Suas palavras ora ditas acentuam ainda mais a minha admiração pelo agora confrade, e o respeito pelo trabalho que vem desenvolvendo no cenário historiográfico da nossa região. Obrigada Dr. Ruy!



Devo dizer que estou muito feliz. E esta felicidade quero partilhar com todos os que aqui se encontram prestigiando o Instituto, seus membros efetivos, às mulheres, à minha terra, Santo Antônio da Patrulha, e sua família originária.

Digo-lhes com viva voz que muitos significados transcendem este momento, que ora compartilho com meus familiares, com os agora confrades desta Casa, com os meus companheiros de ofício, os colegas de trabalho e de muitos espaços de atuação, bem como os amigos de múltiplas vivências e fazeres.

Nas várias tentativas de ensaiar o que diria hoje neste ato, confesso que me senti, a princípio, impotente.

Por quê?

De um lado, bloqueada pela emoção da saudade dos familiares e amigos, muito queridos, que gostariam, com certeza, de estar aqui juntos conosco nesta cerimônia.

– Falo especialmente de meus pais Lucia e Juca Maciel que me balizaram o caminho que tenho percorrido nestes anos todos.

Embalada num ambiente emoldurado por vestígios do passado, cresci, e me reconheci seguidora das lições que o historiador patruhense Juca Maciel dava em sua casa, ou melhor no nosso casarão, à Rua do Vinagre, hoje Mal. Floriano, na antiga Vila de Santo Antônio da Patrulha.

Ao longo de muitos anos, no vasto salão do Cartório de Registro de Imóveis, parte de nossa morada, personagens moviam-se pela voz reveladora do historiador, que eu, como sua filha tinha o privilégio desde menina, de ouvir, cotidianamente suas histórias, brotadas de uma memória de que todos se admiravam.

Não podia pois, ser outro, o meu projeto de vida, senão seguir os seus passos. Daí sentir hoje, mais de perto, a falta dele e de minha mãe, que o entendia e o estimulava ao seu fazer histórico.

Evoco também aqui, um especial amigo, de quem tenho muitas lembranças saudosas. Falo de Moacyr Domingues, desta casa, e que há pouco nos deixou. Com ele muito aprendi, nas várias atividades que desenvolvemos juntos, e dele, com certeza, muito legamos. Só para dar um exemplo, refiro o beneditino trabalho que fez, com os livros de batizados, casamentos e óbitos das freguesias do Rio Grande do Sul no século XVIII, e que se encontram aqui no Instituto Histórico.

Confesso que há cerca de três anos ele já prenunciava este momento. Na ocasião eu lhe disse: seria uma honra para mim pertencer ao Instituto. Mas esta é uma hipótese inspirada pela amizade que tem para comigo. E completei arrematando: – Vamos deixar de brincadeira?

Ele, emocionado sorriu, e a nossa conversa continuou, é claro, pulsada por assuntos da História do Rio Grande do Sul, ou pelas notícias que lhe dava de seus amigos pesquisadores.

– Não posso esquecer também do historiador Guilhermino César, sócio que foi desta Instituição, a quem devo o título de minha dissertação de Mestrado, e que, a esta guisa, como me chamava, franqueou a sua biblioteca, e nela muitas conversas frutíferas tivemos. Foi ele, outro dos meus mestres.

Quero destacar igualmente a figura singular do Sr. Thomaz Duarte, que lembro bem, quando aqui cheguei como principiante na pesquisa, acolheu-me com muita paciência, indicando-me autores, e alcançando obras que especialmente me ajudaram, e que hoje o seu filho Miguel faz tão bem.

– De outro lado, ao projetar esta fala, senti-me assustada com o fato real e concreto de vir a ser a primeira mulher a ingressar como membro efetivo no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Os que labutam com a escrita da história, mulheres e homens, há muito se perguntavam: – quando será que o Instituto terá mulheres no seu quadro, visto outras Instituições co-irmãs já terem franqueado suas portas ao dito *sexo frágil*?

Quem será a primeira, indagava-se?!

Eis que meus ombros pesaram ao sentir de perto o impacto desta quebra hegemônica pelos homens!

Ser a primeira, além do desafio, é ter que assumir um papel vigiado, sob o olhar atento dos homens, e das mulheres, que como eu, vêm se ocupando do fazer histórico.

Por que ela e não outra?

Confesso que eu mesma fiz esta indagação.

Agora, diante da realidade dada, o que importa é reconhecer este momento como privilegiado, e de grande significação para nós mulheres, que vêm há tempo no Rio Grande do Sul, contribuindo para a historiografia regional.

De fato, crescentemente, as mulheres vêm em várias frentes somando com o seu fazer. E, na nossa seara, respeitados nomes, falo de mulheres, vêm se destacando ao lado de tantos homens, que historicamente têm o seu espaço reconhecido.

Há muito urgia que nós tivéssemos também o reconhecimento do nosso labor.

Vejo pois este ato, como um marco, que redimensiona novas relações de trabalho na construção do conhecimento de nossa História Regional.

Quero pois com esta sessão homenagear às pesquisadoras e historiadoras que no nosso Estado, em especial nos municípios originários de Santo Antônio da Patrulha vêm se colocando com seriedade na produção do conhecimento da ciência histórica.

Importa pois, que desse dia em diante, tenhamos nesta casa outras parceiras, que junto ao quadro de membros desta Instituição, possam empreender uma ação dinâmica, atuante e presente, sob a hábil e competente Presidência do Dr. Sérgio da Costa Franco e de sua Diretoria.

Inegavelmente, todos aqueles que vêm se devotando a desvendar os caminhos da História do Rio Grande do Sul, necessariamente tiveram ou terão que transitar pelo Instituto, quer pelo rico acervo bibliográfico e documental que custodia, quer pela leitura da produção historiográfica dos seus membros. Esta Instituição é pois por vários motivos balizadora do ofício da História do Rio Grande do Sul.

Freqüentadora desta casa há mais de 20 anos agora estou sendo chamada para mais perto nela atuar, participar e repartir. E de pronto, digo presente, com muita satisfação, e orgulhosa dela pertencer, me pondo desde já a trabalhar.

E como é protocolar nestas ocasiões, devo aqui apresentar um trabalho resultante dos recortes de pesquisa e de estudo que venho realizando nestes últimos anos.

Outra não poderia ser a minha escolha temática, de que vou falar, que não, sobre a minha terra, à qual meu pai tanto se devotou durante décadas, salvando sua memória e escrevendo sua história.

Vir pois tratar de Santo Antônio da Patrulha, não é nenhuma surpresa.

Não vou aqui levantar uma tese, e nem trazer dados inéditos.

Desejo reapresentar uma área cujo estudo de sua história já está bem adiantado. Quero igualmente chamar a atenção dos pesquisadores, de que é possível trabalhar coletivamente, onde cada um buscando o seu recorte, vai ajudando a construir explicações para a compreensão das ações humanas nos seus vários espaços de atuação.

Objetivo pontuar sim um município que não deve ser visto nos limites do seu mapa político atual, mas cuja história se explica, e vem sendo assim trabalhada como resultante das relações regionais, não só no âmbito político, enquanto sede administrativa que Santo Antônio da Patrulha foi, da vasta área nordeste do Rio Grande do Sul, como também, pelas relações sociais e econômicas que se estabeleceram entre as comunidades de trabalho do espaço em questão.

O que insisto em dizer é que devemos olhar a história dos nossos municípios, rompendo as suas fronteiras políticas.

A minha fala enfim, carrega vivamente, o sentido da homenagem que com ela faço aos micro-historiadores na figura de meu pai, José Maciel Junior, o Seu Juca como era chamado.

Nascido em 1904, ele cursou apenas o primário. Mas soube, com muita sabedoria, cumprir o seu papel histórico na cidade onde residia, e que, dela tanto gostava. Tanto que construiu uma prática de ensino aos patrulhenses, para virem a gostar e a valorizar o município onde moravam, através da história.

Inconformado, ele ouvia seguidas vozes que diziam:

– Santo Antônio não vai *prá frente* porque é um município velho, antigo. Temos que pôr abaixo estas casas velhas, e acabar com esta velharia! Isto é o nosso atraso, é o que emperra o nosso desenvolvimento.

Para ele, tenho a certeza, ter que conviver com a falta de auto-estima dos patrulhenses, vendo o seu passado como a marca do seu atraso, foi um desafio.

Assim, sem descanso, paralelamente à sua atividade cartorária foi tentando através de suas pesquisas, de seus escritos e de sua fala, revalorizar o município. Ou seja, através da história, buscou redimensionar o antigo e o velho, como valores que os patrulhenses deveriam cultivar.

Para ele o reconhecimento desta identidade histórica e de respeito ao passado era a condição primeira para qualquer projeto de desenvolvimento presente que se quisesse balizar para o futuro do município.

Para tanto, ele ofereceu aos patrulhenses e à comunidade de pesquisadores do Rio Grande do Sul, os subsídios que revelariam a importância de Santo Antônio da Patrulha no cenário regional.

Como a história é uma ciência em construção, a partir do seu trabalho o lastro estava assentado.

Então, este meu pronunciamento constitui a reafirmação e um compromisso de avançar transversal e verticalmente o estudo de uma região, ainda que bastante trabalhada, suscitantе de perguntas de desafiantes respostas para a própria História do Rio Grande do Sul.

Bem, evocando o título de minha fala – SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA NO CENÁRIO REGIONAL – *olhares e fronteiras*, devo dizer que com o lastro assentado pelo historiador, somado ao trabalho pessoal de mais de 20 anos, juntamente à atuação coletiva do RAÍZES, já com 7 edições todas publicadas, venho fazendo uma espécie de inventário dos estudos e análises feitas acerca da historicidade de Santo Antônio da Patrulha.

Depois de todos estes anos o que fiz?

Elenquei os papéis por ele desempenhados. Igualmente realizei um balanço das diversas fronteiras que demarcaram a sua trajetória, como também vislumbrei olhares de, ou sobre os que se movimentaram ao longo destes mais de 200 anos na área nordeste do Rio Grande do Sul.

Destaco inicialmente que a História de Santo Antônio da Patrulha se insere e se circunscreve tangencialmente com a História da formação do nosso Estado, Santa Catarina e do Paraná, na direção de São Paulo, centro do Brasil.

Apenas para melhor situar; – a área do primitivo município de Santo Antônio da Patrulha quando criado em 1809 correspondia à região nordeste do Rio Grande do Sul, ou seja – todo o litoral norte e os Campos de Cima da Serra, conforme demonstra a árvore genealógica que deixo registrada como lembrança deste ato, a cada um dos presentes.

Mas desloquemo-nos mais para trás no tempo, situando-nos no distante século XVIII.

Como sabemos, os anos 1700 são os anos por excelência da afirmação portuguesa sobre o território do Rio Grande do Sul, cujo processo de conquista desta fronteira viva vai desencadear a primeira fase da História de Santo Antônio da Patrulha. Ou seja, a História do nosso município vai caminhar "pari passu" com a História do nosso Estado e, de forma muito estreita.

Senão vejamos, ou recordemos.

Foi exatamente a área nordeste em referência, a primeira abordada, inicialmente pelos jesuítas de bandeira portuguesa, e anos depois, pedida para colonizar por Manoel Jordão por ser área rica em ouro, conforme afirma em seus informes oferecidos ao Rei de Portugal em 1694

Ingressando nos anos 1700, o ir e vir dos que se deslocavam do Brasil português ao território do Prata, do domínio espanhol, transformou a nossa área em *palco de passagem*.

Este papel de *palco de passagem*, o primeiro dos papéis que atribuo a Santo Antônio da Patrulha foi por extensão e decorrência, estimulador da prática inicial do reconhecimento desta região extrema do Brasil, em processo de ocupação pelos portugueses.

Foi justamente esta área nordeste, a primeira visitada, a percorrida, a palmilhada pelos lagunistas, os povoadores mais ao extremo de Tordesilhas, que foram provocados a virem ao sul. Nesta direção e neste palco se apresentou João de Magalhães e sua frota em 1725, em missão de reconhecimento, tema que há décadas atrás, foi por historiadores desta casa e outros muitos, trabalhado e dissecado.

Enquanto palco de passagem e área inicial de reconhecimento do Rio Grande do Sul, dois caminhos foram sobre o nordeste estabelecidos:

- o do litoral, o primeiro, como bem descreve Domingos de Filgueiras, em seu roteiro de 1701, trazido à luz pelo nosso Guilhermino César;

- e o da Serra. Ou seja uma inflexão rumo à Serra Geral, sentido ocidente se impôs pelos anos de 1730/40, determinando a abertura do Caminho do Sertão, mais conhecido como Caminho de Cristóvão Pereira de Abreu. A princípio pareceu ser esta a saída para conter as perdas do comércio, com os reveses da travessia dos Rios Tramandaí, Mampituba e Araranguá na via litorânea. A respeito destes caminhos devemos ler o que o nosso especial amigo Dr. Ruy com muita acuidade escreveu.

É pois neste contexto e nesta conjuntura que se assentam os primeiros povoadores em conquista do Rio Grande do Sul, justamente na área em foco. E é onde se concederá a primeira sesmaria, oficializando a posse lusitana em terras de domínio espanhol.

Se os campos de Tramandaí foram os primeiros a serem arranchados, animados pelos Caminho litorâneo, a estrada do Sertão vai provocar a ocupação dos Campos de Viamão e dos de Cima da Serra, terras em grande parte do futuro município de Santo Antônio da Patrulha.

O estabelecimento ao pé da serra, do Registro da Guarda Velha de Viamão desencadeou não só a criação do povoado do mesmo nome, como sobretudo articulou para Santo Antônio um outro papel, em virtude da obrigatoriedade dos tropeiros terem que passar pelo Registro, e ali pagar os devidos direitos da Coroa.

Assim, de palco de passagem, as cercanias da Guarda Velha assumem o papel de disseminador do povoamento regional. O movimento dos tropeiros de mulas forçosamente pelo Caminho Real empurrou a ocupação portuguesa, interiorizando o avanço da conquista do Rio Grande do Sul.

É notório pela documentação compulsada, de como nesta conjuntura se multiplicou o número de pedidos de sesmarias, e de como se ampliaram os arranchamentos, na direção leste-oeste, ao norte, em nossa área estudo.

Nesta mesma linha de análise destacamos um outro papel desempenhado pelo núcleo da Guarda Velha: o de vinculador, ao atar pelo Caminho das Tropas, a Capitania do Rio Grande do Sul à de São Paulo, onde os mineiros iam comprar os muares vindos do extremo-sul.

À propósito o Sargento-Mor Domingos José Marques Fernandes, em sua preciosa *Descrição Corográfica, Política, Civil e Militar da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul*, datada de 1804, afirma que pela estrada de Santo Antônio da Guarda Velha saía todo o gado que da Capitania era exportado para as outras do Brasil.

Digo pois, convictamente, de que o antigo sonho português de fazer do Rio da Prata a sua fronteira meridional na América, tem no caminho do Sertão a sua ponta de lança expandidora, a sua retaguarda resguardadora do fluxo inter-regional. Por ele se praticou o projeto inicial de conquista, realimentando o sonho, que apesar dos embates de fronteira, se transformou em realidade.

Não é possível pois, dissociar a formação de Santo Antônio, da do Rio Grande do Sul. É um processo simbiótico.

Assim para Santo Antônio dos anos 1700 destaco com muita evidência nesta síntese, seus papéis no cenário regional:

- o de palco de passagem;
- o de área de reconhecimento inicial do Rio Grande português;
- o de acolhedor dos primeiros conquistadores, via arranchamentos ou oficialmente assentados;
- o de pólo disseminador do povoamento sulino;
- e o de vínculo, via Guarda Velha, atando o Rio Grande do Sul ao Brasil.

Estes papéis confirmam, que o extenso território que constituirá, anos depois, o município de Santo Antônio da Patrulha, foi estratégico no processo da ocupação lusitana de nossa Capitania.

Mas quem foram seus atores? Como organizaram o trabalho neste espaço?

É o nosso confrade Mon. Ruben Neis que com sua obra dedicada à Santo Antônio, nos ajuda a responder estas indagações.

Em *Guarda Velha de Viamão* destaca o autor, que os indígenas, africanos, portugueses do Continente e das ilhas, os açorianos, e também os espanhóis em menor número, produziram a sua história inicial.

Dos índios, sabemos, a primeira área do Rio Grande do Sul a dela levarem muitos, feitos escravos, foi a nossa, quer do litoral, quer dos Campos de Cima da Serra.

Ela também foi uma das portas de entrada de escravos africanos via "Porto de Tramandaí", através de um ativo mercador que ali atuou no final dos anos 1700 e início dos 1800.

Uma importante documentação foi por nós descoberta no Centro de Documentação e Pesquisa da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre onde trabalho há 11 anos, não se sabendo porque foi parar lá, acerca do comerciante de escravos chamado José Bernardes Vieira. Ele do Rio de Janeiro recebia escravos e os vendia, fiando o pagamento aos lavradores de cana e de trigo das Freguesias de Conceição do Arroio, hoje Osório, e de Santo Antônio da Patrulha. E revendo nestes dias o acervo deixado por Juca Maciel nele encontrei um documento de venda de nove escravos no ano de 1802 na Freguesia de Santo Antônio, realizada pelo dito mercador.

O dossiê de José Bernardes Vieira constitui um desafio aos que desejarem estudar os quilombos em nossa área, que segundo informa, deles, escravos fugidos faziam constantes ataques aos canais de Santo Antônio e imediações.

Aliás, os primeiros engenhos de cana estabelecidos no Rio Grande do Sul foram justamente em nosso município, por dois irmãos que de Portugal para lá vieram. Trata-se de Antônio e Manuel Nunes Bemfica.

A caninha azul, referência patrulhense, tem portanto uma tradição de mais de 200 anos. A respeito, a documentação da Câmara Municipal de Santo Antônio ao longo do século XIX é riquíssima em dados.

Esta realidade não escapou ao olhar de viajantes ou de servidores da Coroa que pela região passaram ou dela colheram informações.

Não é o caso de Sebastião Betâmio em sua *Notícia Particular* de 1780, ou de Francisco Roscio, no seu *Compêndio Noticioso* de 1781, que não vislumbraram esta produção na região.

Mas ao olhar atento de Marques Fernandes em 1804 não escapou esta realidade ao afirmar que:

As melhores terras não só da Capitania, mas de toda a América são as da Serra Geral, que começa no Rio das Torres, porque não só produzem toda a espécie de legumes, mas também cana de açúcar, com vantagem a todas as outras terras do Brasil na produção deste gênero, e com excesso de 30 a 40 por cento, é o que se vê em alguns engenhos que ali se acham estabelecidos. E acrescenta: – é tal a fertilidade das mesmas terras, que um quarto de légua em quadro é bastante para o estabelecimento de um engenho de açúcar do lote de cem escravos; quando nas outras Capitânicas um engenho de açúcar deste mesmo lote mede meia légua quadrada.

Não foi este o parecer do viajante francês Saint Hilaire, anos mais tarde, quando pelo nosso litoral passou. Diz ele, que ali, a cana não medrava bem. Numa das propriedades em que pernoitou, pareceu-lhe existir grandes plantações destinadas à fabricação de aguardente. Cientificou-se porém de outras adversidades, como a da força dos ventos da serra que forçava seus produtores a plantarem a cana ao pé do planalto. Concluiu todavia, que ela dava soca duas vezes, o que lhe pareceu compensador.

Em 1815, quando de passagem por Santo Antônio, o bispo do Rio de Janeiro constatou a existência de muitas lavouras de trigo e de cana para a fabricação de cachaça.

Já Arsene Isabelle em 1830, verificou que os produtos de exportação da Província eram mais ou menos os mesmos de Montevidéu e Buenos Aires. Porém no Rio Grande do Sul, diz ele, as possibilidades para a produção de cachaça e de outros produtos eram maiores, apenas que faltavam braços e capitais para serem convenientemente explorados.

Já anos antes, em 1808, Manoel Antônio de Magalhães com seu *Almanaque da Vila de Porto Alegre* com reflexões sobre o Estado da Capitania do Rio Grande do Sul escreveu, que o açúcar aqui produzido, não era dos melhores, mas a aguardente não fazia diferença da de Parati.

Assim, às vésperas do seu vilamento, Santo Antônio da Patrulha vivenciava uma situação de destaque nesta produção, ao contrário do trigo, um dos principais produtos de exportação do Rio Grande do Sul, que a partir de então crescentemente entrava em declínio.

Dificuldades porém o nosso município já teve que enfrentar quando instalada sua primeira Câmara em 3 de outubro de 1811, tendo que administrar um território de 34.184 km² interceptados por um paredão de serra.

Este seu papel de expansão, de sede do nordeste atravessou os anos 1800 contraposto por um crescente isolamento da região, determinado sobretudo, pela política provincial e nacional direcionadas ao sudoeste. De um lado, o sul com o nosso principal produto de exportação (o charque), e de outro, o oeste com os projetos de garantia de nossa fronteira tão duramente conquistada aos espanhóis. À margem ficou nossa região.

O que quero destacar é que a História de Santo Antônio da Patrulha é também, no século XIX tangenciada pela História global do Rio Grande do Sul.

Já em 1827 o olhar do viajante Nicolau Dreys revela em sua *Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*, publicada somente em 1839, o abandono da área quando diz:

Santo Antônio da Patrulha, edificado sobre um outeirinho aderente à Cordilheira à 18 léguas, mais ou menos, ao nordeste de Porto Alegre, é a mais considerável daquelas povoações; em outro tempo, principiava ali um caminho aberto, pelo qual se penetrava até os Campos de Cima da Serra, e que eram freqüentados pelos mercadores de animais que desciam da serra e voltavam com as tropas pelo mesmo caminho; porém, logo que as estâncias, compreendidas entre a serra e a Lagoa dos Patos, se acharam exauridas, e que o comércio se encaminhou para as estâncias do oeste, os negociantes mudaram de estrada, procurando encurtá-la por uma linha oblíqua que vai agora terminar na Boca do Monte, ou Santa Maria; todavia, o caminho ainda existe; por ele se pode subir a Serra, mas não passa já de uma picada, ou pelo menos o achamos em 1820.

Como se constata, agora a região nordeste não é mais o palco de passagem. O papel de vínculo ao centro do Brasil passou a ser desempenhado pelos caminhos do oeste. Eis a fronteira como trajetória.

As leituras dos Relatórios de Presidente de Província, e dos Debates da Assembléia, se de um lado me revelaram este quadro, de outro também mostraram que o litoral norte, e os Campos de Cima da Serra, com menor vulto, mereceram projetos, em repetidas décadas debatidos, mas, que não passaram em sua maioria do papel. Como é o caso do projetado Porto de Torres, já apresentado na década de 1840, e da ligação do corredor de águas do nosso litoral para escoar a produção especialmente dos imigrantes alemães, instalados em nosso município, com as Colônias São Pedro e Três Forquilhas. Estes não tiveram a mesma sorte que os instalados em São Leopoldo às margens do navegável Rio dos Sinos.

Santo Antônio da Patrulha chegou a ter na Assembléia Provincial um filho seu, ao que sabemos o único que nascido no município chegou à condição de Deputado. Trata-se do Dr. Antonio Ângelo Cristino Fioravanti, filho do médico italiano Marcos Cristino Fioravanti que em 1803, foi residir em Santo Antônio, constituindo lá família. Nos fundos de sua casa situada na Rua Direita, hoje a rua principal da cidade, havia uma vertente d'água, hoje a Fonte Imperial que acolhe seus visitantes.

Aliás quando D. Pedro I passou por Santo Antônio foi-lhe servido desta água como atestam as pesquisas de Juca Maciel.

Entretanto, da atuação tímida de Fioravanti, na defesa de sua terra natal, diante da força hegemônica dos deputados de outras regiões, nada recebemos.

O que é notório na História de Santo Antônio da Patrulha no recorte do século XIX, é que o seu vasto município, que do litoral avançava na serra até a fronteira de

Passo Fundo, sofreu muitas perdas. Uma destaca-se primeiro, por ter sido Santo Antônio, o único município norte-litorâneo até 1857, ano da emancipação de Osório.

Quando da Guerra Civil Farroupilha, a Casa da Câmara foi invadida, em 1838, de cuja varredura, parte de nossa memória foi então destruída.

Mas, as suas perdas territoriais também foram grandes. Até a virada do século, para o XX, emanciparam-se os distritos de Conceição do Arroio, e com ele Torres, além de Lagoa Vermelha, Vacaria e São Francisco de Paula, ficando Santo Antônio com uma área de cerca de 2.000 km², dos 34.000 que tivera quando de sua criação.

E ao falar do nosso ex-distrito Lagoa Vermelha, presto agora uma homenagem ao bom amigo Fidélis Dalcim Barbosa que ontem partiu do nosso convívio.

Mas, enfim, o que dizer de Santo Antônio da Patrulha deste século no contexto regional?

Sobre ele Juca Maciel também tratou. Mas do período em que seu pai foi Intendente por mais de 22 anos, de 1894 a 1916, pouco produziu. Muito mais abriu seu arquivo aos pesquisadores revelando a documentação que o Cel. José Maciel lhe deixou.

Sobre um deles o confrade Carlos Reverbél escreveu uma belíssima crônica, anos atrás, a partir de uma carta de Júlio de Castilhos ao Intendente Maciel fazendo uma encomenda da preciosa caninha *Lágrimas de Santo Antônio*. A crônica de Reverbél a respeito é uma pérola, como todas que escreve.

Mas a caninha que Castilhos obsequiava aos seus visitantes em sua chácara, abominada por alguns, e deliciada por muitos, ajudou a Instrução Pública no Rio Grande do Sul. É verdade!

Em 1814 foi mandado cobrar na Capitania um tributo especial, o subsídio literário à razão de 320 réis por rês abatida e 10 réis por medida de aguardente. O produto destinava-se a formar um fundo para acorrer às despesas com a instrução pública. Mas diz o nosso Carlos Dante de Moraes em seu trabalho *O povo rio-grandense nas vésperas de 35* que os cofres reais, na sua avidez limitavam-se a recolher o produto do imposto, enquanto a sua elevada finalidade era esquecida.

Mas é interessante que a Vila de Santo Antônio foi a que mais contribuiu com este imposto, no ramo da aguardente, como revelam as várias tabelas da Receita e Despesa da Câmara do município, por mim compulsadas.

Entretanto, contra este *escandaloso imposto* se impuseram os produtores. Em 1829, um ofício exclamativo ao Presidente da Província é revelador, como atestam os vereadores que o subscrevem. Dizem eles:

Parece triste, cruel e até impolítico que o dito rendimento do subsídio literário imposto a um gênero que produz este país, vá aproveitar a essa cidade e vilas desta

Província na indicada aplicação com total abandono desta Vila de Santo Antônio da Patrulha, porque nem ao menos tem um professor nacional de primeiras letras para ensino dos meninos, a cujas molas se devesse preparar para no futuro virem a ser úteis cidadão ao Estado! Quanto mais uma aula de Gramática Latina!!!

Com este e outros pesados impostos os canavieiros de Santo Antônio, produtores de rapadura, melado e aguardente contribuíram para a Receita Municipal, como para os cofres da Província, mas com limitadíssimo retorno.

E neste século, é a produção de cana novamente que recoloca o nosso município no cenário regional. Um projeto de pequenos produtores locais para a criação de uma usina de açúcar é assumido pelo Estado no governo de Leonel de Moura Brizola em 1962. Na ocasião, pouco antes, São Paulo conseguira romper o cerco nordestino da produção açucareira no Brasil. Impositivamente o Rio Grande do Sul se colocou conseguindo do Instituto do Açúcar e do Alcool, a sua cota, para a produção do açúcar gaúcho, com o trabalho dos canavieiros, pequenos produtores de Santo Antônio da Patrulha.

Quando se transita pela auto-estrada, lá está a chaminé a testemunhar a AGASA, desativada, hoje, passado recente de nossa história.

Pessoalmente, atravessando os três séculos da História da Grande Região de Santo Antônio da Patrulha, tem-se muito claro o peso do tema CANA DE AÇÚCAR. Experimentem indagar a um patrulhense de onde ele é. Basta dizer: – *da terra da cachaça e da rapadura*. Nada mais é preciso dizer!

Este é um tema envolvente da história do meu município. Abordá-lo é um sonho que há muito acalento. Para tanto já comecei a arregaçar as mangas. Devo examinar a documentação oficial, ouvir e registrar a fala dos que geraram o trabalho da Usina, escutar também os que nas relações de poder político do município e do Estado atuaram para viabilizar ou sustar um projeto, que tinha explícito uma proposta social para as comunidades do LITORAL NORTE.

Mas quem sabe, com o nosso olhar, poderemos encontrar uma saída para a AGASA, e através dela reinserir Santo Antônio da Patrulha nos cenários regional e nacional, desafiando fronteiras.

Mas antes, convido a todos para fazermos uma pausa, e aqui mesmo provar a azulzinha, ou a doce rapadura, em alegre e oportuna confraternização.

Grata, por terem vindo!

Posse de Margaret Marchiori Bakos

Em dezessete de setembro de 1997, tomou posse como membro efetivo do Instituto a Professora Margaret Marchiori Bakos, que foi saudada pelo consócio Sérgio da Costa Franco, nos seguintes termos:

Prezados consócios e convidados
Senhores e senhoras.

Na condição feliz de proponente da candidatura da Professora Margaret Marchiori Bakos ao quadro de membros efetivos deste Instituto cabe-me a honra de saudá-la, no momento de seu compromisso de posse, expressando a satisfação dos consócios, que por unanimidade aprovaram sua indicação.

Ainda que oportuno fosse, não seria possível enunciar todo o currículo desta historiógrafa que tanto ilustra a docência universitária quanto a bibliografia histórica rio-grandense.

A Professora Margaret obteve o grau de Licenciada em História em 1971, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS. Seria esse o início de um longo caminho de aperfeiçoamento e especialização. Em 1982, ela concluiria o curso de especialização em História da Cultura Brasileira, na PUC do Rio Grande do Sul, bem como o Mestrado na mesma disciplina; em 1986, o curso de doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo. De 1973 até 1989, participou de numerosos seminários, além de frequentar vários cursos de extensão universitária.

Mas, não contente com essa trajetória nacional, Margaret Marchiori Bakos também apelou para centros universitários da Grã-Bretanha, tendo seguido cursos de especialização na Faculdade de História da Universidade de Cambridge, e, mais adiante, no University College de Londres, onde obteve pós-doutorado em História do Egito Antigo.

Foi com esse embasamento e bagagem que nossa nova consócia empreendeu sua carreira de docente universitária, tornando-se Professora Adjunta do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da PUC.

Dos diversos trabalhos por ela publicados em livro, faço questão de destacar aqueles que li com especial agrado e que me moveram a apresentar a indicação de seu nome aos meus colegas de sodalício. Refiro-me, em primeiro lugar, a RS: ESCRAVISMO E ABOLIÇÃO, editado em Porto Alegre, pela Ed. Mercado Aberto, em 1981. Ninguém estudara, até então, com a devida profundidade, o movimento abolicionista no Rio Grande do Sul. Seu trabalho foi efetivamente pioneiro e desbravador. Igualmente pioneiro foi o ensaio sobre PORTO ALEGRE E SEUS ETERNOS INTENDENTES um excelente estudo sobre a administração municipal do Partido Republicano Rio-Grandense. Um e outro, ensaios realizados com rigor de método e boa base fática.

Prezada consócia.

Meus senhores e minhas senhoras.

O Brasil não teve, até meados deste século que ora finda, nenhum centro docente especificamente voltado para as ciências humanas. Desse modo, eram os institutos históricos o foco principal dos estudos de História, de Geografia, de Etnologia, de Folclore, de Lingüística regional. Disso é prova a alentada Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que anda perto de 388 volumes, e a nossa própria Revista, que está por alcançar seu número 132, em 77 anos de vida da organização.

Nas assembléias desta Casa ressoaram as diversas interpretações e leituras da História rio-grandense, em suas prateleiras guardam-se documentos preciosos, que, sem terem integrado jamais o patrimônio público, escaparam ao vandalismo utilitário e à indiferença dos apedeutas, e aqui se colecionam algumas dezenas de milhares de livros, indispensáveis ao conhecimento do passado gaúcho.

Estamos seguros de haver cumprido, ao longo do tempo, uma missão civilizatória. Porém, mesmo hoje, quando a Universidade, com muito mais recursos materiais e humanos, assume os encargos principais da pesquisa, da investigação e da interpretação da História e demais ciências humanas, entendemos que a missão dos institutos históricos não está encerrada e de que cabe efetuar sua integração harmônica com os meios acadêmicos, como vimos procurando fazer.

Assumimos, como instituições tradicionais, a tarefa de defender a memória histórica, preservando o patrimônio e a cultura nacional naquilo que tem de mais abrangente e duradouro. Cremos que um povo que despreze seu passado, que esqueça tradições, que negue sua trajetória secular, termina por perder a própria identidade nacional, subsumindo-se numa equivocada universalidade, sem nome e sem destino. Mas fique bem claro que não confundimos defesa da memória com puro ufanismo ou com etnocentrismos desavisados, ou, pior ainda, com indefensável racismo. Queremos fazer a defesa da memória coletiva, usando de compreensão e senso crítico, investigando a verdade, interpretando os fatos à luz das realidades coevas, sem ideologias preconceituosas e sem a invocação de fórmulas pedantes.

Nessa ingente tarefa de reunir documentação, de estimular pesquisas, de promover sempre mais o estudo objetivo da realidade histórica, não fazemos discriminações nem cedemos a competições corporativas. Esperamos que esta Casa seja sempre, como até agora tem ocorrido, o remanso onde se encontram os cultores da História e das ciências humanas, incluídos tanto os acadêmicos como os autodidatas, os doutores e os curiosos, os especialistas e os generalistas. Aqui a macro-história pode encontrar-se com a micro-história, o meramente fático acha lugar ao lado das leituras filosofantes. E por isso alimentamos o sonho de constituir um fraterno sodalício, guiado pelo convívio civilizado e cortês, e sobretudo pelo grande preceito liberal do *respeito pela convicção diferente*.

Seja bem-vinda a esta Casa, ilustre Professora Margaret Marchiori Bakos.

Falando a seguir, a nova integrante do sodalício apresentou o trabalho do teor seguinte:

Poder público municipal e cotidiano em Porto Alegre dos anos vinte

Agradeço ter sido lembrada para fazer parte - como membro efetivo - do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Quando recebi o convite do Professor Sérgio da Costa Franco, fiquei muito, muito surpresa. Foi uma distinção, que nunca almejei. Imediatamente aceitei. Primeiro, pela admiração que tenho pelo trabalho e pela pessoa do Professor Sérgio da Costa Franco. Segundo, porque o Instituto Histórico Geográfico possui a tradição do fazer histórico, um excelente acervo bibliográfico e documental. Ele ainda de mostra, ao convidar Véra Lucia Maciel Barroso - e a mim como colaboradores, uma tendência para mudança, sinal de vida, cujo apelo estou sempre disposta a atender. É, pois, com muito orgulho, que estou assumindo compromisso com o Instituto Histórico Geográfico.

Agradeço aos amigos que, aqui, estão-me prestigiando e aos membros da minha família: meu marido, minha mãe, minha sogra e a Teresinha, minha irmã do coração. Sem esses, o meu cotidiano, teria sido preenchido pelo exercício das atividades rotineiras e agitadas de mãe e de dona de casa.

Lembro o carinho dos meus filhos, e a paciência de conviverem com uma mãe intelectualmente tão inquieta.

Por último, quero lembrar a meu pai, que corajosamente trocou, em 1950, Jaguari, sua pequena cidade natal, no interior do Estado, por Porto Alegre. Ele,

juntamente com minha mãe, enfrentaram as dificuldades da vivência na cidade grande por um objetivo básico: proporcionar ótimas condições de estudo para os seus filhos.

Essas pessoas, cada uma, de seu jeito, me ajudaram a penetrar com afinco nos mundos de milhares de outras, pois o meu interesse, pelo fazer histórico, abarcou muitos estágios da existência humana nesta terra, desde o Egito, dos primeiros milênios antes de Cristo, até Porto Alegre contemporânea.

Raramente sou convidada a falar fora dos espaços acadêmicos. Como penso que a Universidade deve estar em contato permanente com a comunidade, esta situação se apresenta ainda como uma tarefa obrigatória de minha atuação profissional, sem dúvida uma tarefa instigante e prazerosa.

O assunto que escolhi para falar: Poder público municipal e cotidiano em Porto Alegre dos anos vinte é parte do tema de minha Tese de Doutorado, defendida na Universidade de São Paulo, em 1986. Dez anos, depois, ela foi publicada pela EDIPUC, a Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, onde tenho muito orgulho de trabalhar.

Ao me reportar a Porto Alegre, dos anos vinte, estou resgatando um período de nossa história, marcado por forte influência da filosofia política positivista e caracterizado pelas longas permanências, no poder, dos administradores da cidade.

O poder público municipal de Porto Alegre era representado pelo Governo Municipal do Intendente (Prefeito após 1930) e por seus assessores diretos: o Vice e os Sub-Intendentes, um para cada distrito da cidade. Ao Intendente cabe tomar decisões, legislar por decreto; a seus subalternos diretos cabiam principalmente deveres policiais, para assegurar a paz social. Havia ainda o Conselho Municipal, que substituiu as Câmaras do período imperial. Entre 1897 e 1937, o Conselho reunia-se apenas dois meses por ano para a votação de questões relativas ao orçamento municipal. Suas funções eram obviamente muito restritas face ao poder do Edil, subalterno apenas ao Governador do Estado. Em 1930, esse órgão passou a chamar-se de Conselho Consultivo e, em 1936, de Câmara Municipal.

Nos primeiros anos década, mais precisamente em 1924, José Montauray saiu do posto de Intendente após uma permanência de 27 anos. Foi sucedido por Otávio Rocha, que não terminou seu mandato, por motivos de saúde, seguindo-se Alberto Bins, que permaneceu na chefia da cidade por uma década.

Porto Alegre, a capital do Estado, gozava, à época, de uma importância singular pelo papel de "sala de visitas do Estado", muito representativo no processo de manutenção da hegemonia política do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Assim, era imperativo que o Intendente fosse pessoa do Partido, gozando da simpatia e da confiança do Presidente do Estado e dos correligionários.

No início da década de vinte, a população era de aproximadamente 181.985 habitantes, passando para 265.985 em 1930. Tais números revelam um crescimento extraordinário, nessa década, pelo qual ela conquistou, junto a Salvador, Recife e Belém, um lugar no pequeno grupo de cidades brasileiras com população entre 200 e 500 mil habitantes. Acima dessas, estão apenas São Paulo e Rio de Janeiro.

O crescimento populacional de Porto Alegre não se deveu a seu alto índice de crescimento vegetativo apenas, mas aos movimentos migratórios, também.

A cidade havia-se tornado atraente para movimentos migratórios face à multiplicação de suas fábricas, casas de comércio e serviços relacionados com a educação e toda estrutura administrativa municipal e estadual.

Caminhar pelas ruas de Porto Alegre, confraternizar com os habitantes era, naqueles tempos, parte da rotina dos seus governantes. Eles sentiam a cidade, pessoal e diariamente. Não havia, ainda, a prática do isolamento entre os habitantes, através de encastelamentos e de policiamento ostensivo, como hoje.

Não foi apenas na aparência que a cidade mudou. Vivo em Porto Alegre há quarenta e cinco anos. Sinto que a rotina da cidade provoca um desgaste violento. O trânsito é difícil, o barulho tonteia, o ar é poluído. O lazer está-se tornando impossível, há

falta de segurança nas ruas e, a todo o momento, os direitos dos cidadãos são violentados.

Quando me foi feito o convite, pensei exatamente isto: é uma oportunidade rara e preciosa de levar essa reflexão a um "fórum" muito diferente daquele do meu dia-a-dia. E perguntar: o que foi feito da cidade sorriso? Como ela foi ficando tão sisuda?

Ao ser instada a escolher um título para a minha fala, pensei que era mister chamar, para o momento presente, o testemunho dos administradores da cidade, do passado próximo, acerca desse processo de "entristecimento" urbano.

Fazer história nos conduz ao reavivamento e ao entendimento do quê, de como e de por que algo aconteceu.

Se estamos reunidos para trazer à vida um momento simbólico do processo histórico da capital do Grande do Sul e nos informar da nossa própria História, é preciso povoar esse contexto com os sujeitos que nele colocaram suas seivas vitais: as emoções, e as forças físicas; tudo de seu e que, agora, são apenas indícios de suas passagens neste mundo.

Ao refletir sobre a História de uma cidade, sob a perspectiva da vida de seus governantes, dos vestígios que eles deixaram, seja no desempenho de seus papéis públicos, seja nas suas vivências particulares, estamos olhando o passado, pelo viés do cotidiano.

Não existe homem nem sociedade sem vida cotidiana.

Entendo, como Agnes Heller, que a vida cotidiana é a vida do homem por inteiro; ele dela participa com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se 'em funcionamento' todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias.

O homem nasce já inserido em sua cotidianidade. Seu amadurecimento significa, em qualquer sociedade, que o indivíduo adquire todas as habilidades imprescindíveis para a vida, segundo os padrões de sua camada social, dos seus iguais e principalmente dos seus diferentes. Ser ponderado é entender o outro, é refletir sobre as relações entre o nosso fazer rotineiro e a nossa passagem terrena, assumindo completamente nossas decisões.

Segundo Heller, é adulto quem é capaz de viver por si mesmo a sua cotidianidade. Nesse sentido, todo aquele que aceita papéis representativos na sociedade, em qualquer âmbito, saindo do convívio exclusivo com íntimos, está, ao se expor, exercendo plenamente a sua maturidade. Disposto a confrontar-se com o diferente, ele depara, às vezes, com o outro eu, especialmente nos momentos de tomada decisões decisivas ou constrangedoras, para ele ou outros.

Vamos pensar juntos os três administradores de Porto Alegre, nos anos vinte, sob esta ótica: José Montaury, Otávio Rocha e Alberto Bins, considerando, primeiramente, as formações pessoais, a seguir suas vida pública, para terminar com uma reflexão sobre manifestações de historicidade, por eles explicitadas ou dedutíveis de suas ações.

É fato sabido que José de Aguiar Montaury ponteou sua vida no castilhismo. Todos os indícios, por ele deixados, valorizam essa postura que, inclusive, parece ter sido o dado mais importante para sua indicação, por Júlio de Castilhos, para o governante da capital do Estado, e para efetivação no cargo, por Borges de Medeiros, ao longo de duas décadas.

Montaury nasceu no Rio de Janeiro, em 1858. Formou-se engenheiro pela Escola Politécnica, onde recebeu grande influência da filosofia positivista. Isso facilitou-lhe a boa aceitação no Rio Grande do Sul, como funcionário federal da Comissão de Terras e Estabelecimento de Imigrantes no Estado. O trabalho deu-lhe oportunidade de visitar muitos municípios gaúchos como Passo Fundo, Santa Maria, Cruz Alta, Santo Ângelo, Cachoeira, Pelotas, Bento Gonçalves e Garibaldi e de neles se fazer conhecidos.

Montaury iniciou no governo de Porto Alegre a aplicação dos princípios da 1ª Lei Orgânica do Município, de 1892. A Lei estabelecia o território, a divisão em distritos e comissariados, suas rendas, taxas e atribuições. Estipulava que o Governo Municipal deve ser exercido por um Intendente, com poderes para dirigir todos os serviços, e por um Conselho, em lugar da antiga Assembléia Municipal.

Em 1898, um ano após o início do mandato de Montaury, encerrou-se o período instável e de legitimação progressiva da república positivista. A Borges de Medeiros, pupilo dileto e sucessor de Júlio de Castilhos, coube consolidar definitivamente a República.

Havia, nessa época, oposição ao PRR e motivos para protestos populares, também. Por exemplo, o Correio do Povo noticiava, já no segundo ano de governo de Montaury, em setembro de 1900, que, em Porto Alegre:

Pobres comem menos carne e ficam sem os cortiços por causa do aumento dos impostos municipais.

A insatisfação popular era controlada na capital, pois Borges contava, no governo de Porto Alegre, com esse parceiro que, apesar de fluminense, era pateticamente fiel ao Partido Republicano Rio-grandense. Criar a Guarda Municipal, referendar ritualmente devoção a Borges de Medeiros, entre outras atitudes, reconduziu Montaury, através de sete pleitos sucessivos, ao posto de Intendente do município.

A cada reeleição, em 1896, 1900, 1904, 1908, 1912, 1916, 1920, Montaury confirmava, em discurso, sua obediência ao PRR, a Júlio de Castilhos e, posteriormente, a Borges de Medeiros. Os discursos pouco variaram do que segue:

Suprindo pela lealdade e pelos esforços o que me faltava em competência, procurei corresponder à confiança que me havia sido dispensada; e graças à coadjuvação patriótica do Conselho Municipal, à colaboração dos meus companheiros de trabalho e auxílio da generosa população, o Benemérito Dr. Júlio de Castilhos, findo o mandato, renovou a imerecida distinção que me conferira, julgando necessária a continuidade no cargo, indicando-me para o quadriênio que hoje finda.

O envolvimento rotineiro da imprensa naquelas campanhas é fonte de informações até hoje, pois aponta alguns motivos pelos quais os porto-alegrenses, em duas eleições, clamaram e obtiveram um candidato de oposição: acusava Montaury de ser solteiro, carioca e não ter residência própria no Rio Grande do Sul.

As vitórias de Montaury foram numericamente expressivas nos pleitos, em que não foi candidato único: em 1908, ele recebeu 5.197 votos, contra 393 de Antão de Farias. Em 1916, Montaury venceu Antonio de Moraes Fernandes, com 6.133 votos, enquanto seu opositor fazia 622.

Às vitórias os adversários de Montaury reagiam, com críticas às fraudes no processo eleitoral que o conduzia novamente ao poder.

Sem dúvida, trapanças ocorriam, mas as vitórias nas urnas representavam mais que isso. Elas eram indícios definitivos da existência de uma sólida ligação entre os partidários do castilhismo. Certas frases, da época, testemunham isso. Vejamos, por exemplo, aquela pronunciada por um catedrático da Faculdade de Direito - Pinto da Rocha - no discurso que fez em homenagem a Júlio de Castilhos:

Júlio, se houvesse um processo para a cristalização das lágrimas, teu ataúde, por certo, não seria de madeira.

Os vinte e sete anos de governo de Montauray abarcaram a fase em que, após a primeira guerra, a América passou da hegemonia britânica à norte-americana e o capitalismo, da fase de implantação para a da exploração selvagem.

Viver em Porto Alegre significava transitar com dificuldades pela cidade, pois poucas eram as ruas pavimentadas; os meios de transportes eram precários, lentos e proporcionavam cenas inusitadas. É pitoresca a descrição, de um contemporâneo, dos bondes puxados por força animal:

Dois burrinhos, tirando os carros, moderavam o desejo de celeridade (...) Nos repuxos áspers os passageiros ou continuavam a viagem a pé, ou ajudavam o burro a subir...

A história dos transportes parecia rumar para um final feliz, quando a Força e Luz, de capital americano, com subsidiária em São Paulo, conseguiu absorver as duas companhias de transportes locais: a Carris de Ferro Porto-Alegrense e a Carris Urbanos. Ela importou carros ingleses - "Os Imperiais", sendo alguns de dois andares.

Entretanto, a despeito dessas inovações, permaneceram ainda, até 1914, algumas linhas de bonde de tração animal em Porto Alegre. O transporte elétrico também não deu conta face à demanda crescente da população nos subúrbios, que necessitavam do transporte para o centro, local de trabalho, por excelência, à época. O desrespeito aos horários, a falta de segurança dos veículos provocavam o descontentamento dos usuários. Os vagões lotavam especialmente nos horários de pique.

Havia mais tempo livre para o lazer e também para as discussões acaloradas e tomadas de posições políticas radicais. Havia greves frequentes de trabalhadores, de diferentes escalões da sociedade. E a preocupação geral, e indignação de todos girava basicamente em torno das questões salariais e da inexistência de amparo social aos funcionários, tanto pelas empresas privadas, como pelo Estado.

Borges de Medeiros contava com forte esquema de policiamento, colocando a ordem em primeiro lugar, até mesmo no lugar do amor. Muitas vezes inverteu-se, nessa época, a prática de outro importante axioma positivista: a integração do proletariado à sociedade de classes. Naqueles tempos, a pobreza era uma questão de polícia.

Além dos transportes, outros serviços eram precários. Muitos viviam mal em Porto Alegre. Em algumas áreas da cidade, realmente as questões sanitárias e de higiene, como o recolhimento sistemático do lixo, tornaram-se gritantemente necessários, segundo depoimento de Armando Silveira, morador de Porto Alegre no período em estudo, se higienistas modernos perguntassem como era possível habitar os velhos casarões, cheios de pulgas, mosquitos, baratas, percevejos, responderia:

Acomodávamo-nos, senhores, acomodávamo-nos.

Se a gente fosse mexer com eles era pior...

A diplomacia não faz mal a ninguém...

Montauray, revelou ainda uma outra faceta. Sem laços familiares, vivendo em lares improvisados, sem dúvida ele nunca desenvolveu o tendência consumista, que agitava os seus contemporâneos. Sem atração pelas baixelas de prata e pelas louças importadas da Inglaterra, movido por impulsos que dificilmente saberemos de onde brotavam, ele se eternizou pela iniciativa de amparar crianças abandonadas nas ruas. No seu discurso, um jargão: "Precisamos afastá-los dos caminhos dos vícios".

Na prática, criou uma corporação, denominada "Os limpadores de ruas", por ele dirigida e, segundo alguns relatos de época, em parte, por ele sustentada. Através dela, cerca de cinquenta meninos de rua foram encaminhados para uma ocupação, muitos viraram militares de destaque.

A criação da "bandinha do Dr. Montauray" foi outra de suas iniciativas, registrada, pelos contemporâneos.

Na tessitura de uma administração, cujo artífice mais importante era Borges de Medeiros, nos cuidados para com a juventude e no incentivo à musicalidade na cidade, ele ficou o tempo suficiente no governo de Porto Alegre, a ponto de ganhar o apelido de "Eterno Intendente". Era um cognome pouco carinhoso, que demonstrava o fastio da população pela sua permanência de 27 anos no posto.

Segundo ácida crítica de Walter Spalding, coube a José Montauray - e foi seu único grande ato em prol do desenvolvimento da cidade - a construção do Palácio Municipal, um dos mais belos edifícios da capital.

Enquanto a expansão do capitalismo e as condições de mercado possibilitaram a prosperidade econômica para o Rio Grande do Sul, tornando viável um desenvolvimento de suas forças de produção, o 'castilhismo' dos republicanos atendeu às necessidades da classe dominante gaúcha e da área rio-grandense em geral. Até o início da década de 1920, a situação do mercado e a correlação de forças em nível regional e nacional mantiveram a hegemonia dos republicanos no estado.

A crítica a essa política e conseqüentemente a continuidade de Borges Medeiros no governo do Estado realmente ocorreu quando a situação econômica começou a mudar. Em 1922, dentro do próprio PRR, cogitou-se a substituição do velho cacique pelo Deputado Federal Otávio Rocha, para o pleito de Presidente do Estado, daquele ano.

Imediatamente após tomar conhecimento do fato, Otávio Rocha enviou, do Rio de Janeiro, onde era deputado federal pelo PRR, um telegrama a Lindolfo Collor, diretor de "A Federação", no seguinte teor:

Tem chegado aos meus ouvidos alguns jornais tem-se permitido envolver meu nome sucessão Presidência Rio-grandense. Peço vivo empenho que primeira notícia que sobre o assunto for publicada Federação declare, por mim autorizada, que eu penso ser de dever de honra do Rio Grande do Sul, no atual momento histórico mais do que nunca reeleger Borges de Medeiros que encarna a nossa dignidade e o nosso progresso cívico e econômico - Sou partidário intransigente dessa reeleição. Ainda que nosso chefe não queira. Porque ele não se pertence, e sim ao Rio Grande e ao nosso Partido - Penso assim com inabalável convicção. Afetuosas saudações

À vitória nas urnas, de Montauray, para o governo de Porto Alegre e de Borges, para o do Estado, em 1922, segue-se a luta fratricida de 1923, a qual finaliza com o Pacto de Pedras Altas.

O fato é representativo do declínio da hegemonia do PRR no Estado. A constituição de 1891 - fonte de legitimação do PRR - é revisada, permitindo-se o acesso ao poder de outras facções das classes dominantes.

Como, no decorrer da campanha contra a quinta reeleição de Borges, a crítica finca pé no continuísmo que o PRR propiciava aos seus mandatários e na sua repercussão da economia nos municípios e em todo o Estado, a permanência foi o primeiro dos artigos a ser modificado na Constituição Estadual e nas Leis Orgânicas Municipais. Pela nova legislação, o Intendente não poderá mais ser reeleito para o quadriênio imediato.

Dessa forma, impediu-se a reeleição de Montauray ao Governo de Porto Alegre, em 1924. Consoante João Neves da Fontoura, republicano engajado e amigo pessoal de Montauray, a nova lei trouxe aos porto-alegrenses um coro de esperanças de reformas e de progressos.

Neves da Fontoura explicou que havia uma lastimável contradição entre as simpatias que a pessoa do Intendente despertava e o descontentamento com sua administração. O horror à mudança que transparece ao longo das administrações de Montauray contribuiu, conforme seu correligionário, para criar, em torno do Partido e do Governo, uma atmosfera de impopularidade.

Fora do cargo, sem dinheiro no banco, solteiro sempre, de costumes morigerados, Montauray recebeu subvenção do PRR, até falecer, em setembro de 1939, em um quarto que ocupava, em uma residência, de Porto Alegre. As exclamações

populares, então, como na sua saída do governo da cidade, foram relativas a sua famigerada indolência, tanto na vida privada como na pública.

Para suceder a José Montauray de Aguiar Leitão, na Intendência, o PRR, por escolha de Borges de Medeiros, indicou Otávio Rocha e para seu Vice-Intendente, a Alberto Bins. A escolha de Rocha foi também, além de política, uma atitude cortês de Borges, para com a pessoa de Otávio Rocha e por sua solidariedade, no momento em que seu prestígio estava sendo posto em cheque pelo partido.

Otávio Rocha nasceu na cidade de Pelotas, em 23 de setembro de 1877. Era filho de um Comendador, natural de Sintra, Portugal, e de uma jovem pelotense. Foi o mais moço de nove irmãos. Com onze anos, foi mandado para o Internato de conceituado educandário em S. Leopoldo. Com facilidade para a matemática, decidiu cursar Engenharia, ao mesmo tempo em que se encaminhou para o Exército, assentando praça, a 29 de abril de 1895, em São Gabriel.

Na sua formatura, em 1902, como Bacharel em matemáticas e ciências físicas, o orador do grupo foi o mesmo colega, que discursaria nas bodas de prata da turma, vinte e cinco anos depois. Otávio Rocha, que já estava gravemente enfermo, não compareceu. Ele foi lembrado pelo colega com as seguintes palavras:

"É o mais simpatizado dos alferes-alunos. Tem fisionomia de criança, rosto pequeno, ligeiro buço, olhos vivos, perscrutadores. Afirma, como o Poeta dos Escravos, que nem cora o livro de ombrear com o sabre, nem cora o sabre de chamá-lo irmão. Estreou com facilidade na oratória e na imprensa. Em política é um apaixonado."

A 29 de outubro de 1902, Otávio Rocha casou com uma pelotense, como sua mãe, com quem teve oito filhos. Tal número de crianças em uma casa não era excepcional, à época, o que não significa que fosse pequeno e tranqüilo o encargo de criá-las.

Analisando, tantos anos após, a trajetória de vida de Otávio Rocha, percebe-se que ela também foi agitada. Ele teve passagens rápidas por várias atividades, onde deixou indícios de engajamento e de criatividade. Entre elas, foi funcionário das Estradas de Ferro e jornalista do "Diário Popular", na cidade de Rio Grande.

Desde cadete, já filiado ao Partido Republicano Rio-grandense, mostrava-se entusiasmado pelas querelas partidárias. Em setembro de 1909, assumiu seu primeiro cargo político, como Deputado eleito à Assembléia dos Representantes do Estado. Dirigiu, por esta época, a "Federação" e exerceu o cargo de professor de Geometria e aritmética no Instituto Ginásial de Júlio de Castilhos.

Em 1912, como Deputado apresentou um projeto de lei, original, que visava à restituição dos troféus e ao cancelamento da dívida da República do Paraguai para o Brasil, constante do Tratado de paz firmado em Assunção, em 9 de janeiro de 1872. Sua idéia não foi bem recebida. Só 31 anos mais tarde, Presidente Getúlio Vargas, por ocasião da visita oficial do Presidente General Higinio Morínigo, assinava o Decreto 5458, de 4 de maio de 1943, declarando insubsistente para todos os efeitos aquela dívida, que o Dr. Otávio Rocha queria cancelada, "apagando cicatrizes e calando ressentimentos."

Em dezembro de 1914, após exonerar-se do cargo de Secretário de Estados de Negócios do governo de Borges de Medeiros, após exaustiva jornada de inspeção nas coletores do interior. Uma questão de saúde entrou nessa fase de sua vida, para incomodá-lo terrivelmente: passou a sofrer de dispepsia gastrointestinal. De volta ao serviço militar, recebeu, em 1916, medalha de prata.

Em 1918, foi candidato avulso, 'carancho', à representação gaúcha da Câmara Federal, pelo 3º Distrito, tendo como competidores os chefes federalistas de grande prestígio na fronteira Pedro Moacyr e Rafael Cabeda. Otávio Rocha obteve a maioria dos votos. Na ocasião do reconhecimento, Wenceslau Braz, amigo pessoal de Rafael Cabeda, propôs que o candidato republicano aceitasse o posto de adido militar junto à Embaixada Brasileira em Paris, a fim de que o chefe federalista pudesse assumir. Otávio

Rocha não aceitou o pacto e expressou, com personalidade, seu entendimento sobre a posição que conquistara:

Nunca venderia sua cadeira - menos dele que de seu Partido - por uma cômoda e rendosa situação no estrangeiro

Uma parte da imprensa mostrou desgosto pela atitude de Rocha e manifestou, em discurso, o receio de que ele continuasse a cometer os mesmos erros de Montaury. Estavam enganados, ele agiria completamente diferente de seu antecessor e praticaria os próprios desacertos.

Otávio Rocha chegou, na idade de 47 anos, metade dos quais dedicada à política partidária, ao governo de Porto Alegre. Ele confessou-se pouco qualificado para o cargo administrativo, pois sempre trabalhara como político. Como tal, comprometeu-se a seguir um programa partidário e não pessoal, obedecendo ao lema republicano de "conservar melhorando" e prometendo obediência a Borges de Medeiros, como guia:

Antes de organizar o nosso programa, trocamos idéias com o chefe do Partido Republicano Rio-grandense, que dá a todos os seus partidários orientação político-administrativa.

Eleito, em memorável pleito, para o cargo de Intendente Municipal, subiu em 14 de outubro de 1924, nos braços dos correligionários, as escadas do Palácio da Praça de Montevideu para exercer a sua última função pública. Ela foi muito pesada! Após a crise de hegemonia que o PRR sofrera com o movimento revolucionário de 1923, tornou-se urgente, ao partido, pensar em uma estratégia para reaver o seu prestígio.

Otávio Rocha, o republicano escolhido por Borges de Medeiros e unanimemente aprovado pelos correligionários para representar o Partido à testa do Governo da Capital do Estado, precisou mostrar, de imediato, planos novos. Era mister para ele, conquistar simpatias e empresariar todas as iniciativas com vistas a estimular e/ou atestar o desenvolvimento capitalista de Porto Alegre, com o qual o PRR está comprometido. Para isto, Otávio tirou da gaveta o Plano de Remodelação da cidade de Porto Alegre, feito em 1914, pelo Engenheiro Maciel, por solicitação de Montaury.

Em outras palavras, na 'receita de revitalização' do novo governo, o 'ingrediente' básico serão as obras de remodelação da cidade, a modernização dos serviços, bem como a remuneração de novos funcionários que se incorporam aos aparelhos de Estado do Município.

Entre os primeiros passos de Rocha, encontra-se a execução de parte do plano de Maciel, que visava melhorar o centro urbano da cidade e alguns subúrbios, como São João e Navegantes. Eles eram importantes estrategicamente, pois eram a entrada, a "Sala de Visitas", para os viajantes vindos do norte.

Novas ruas apareceram, outras foram alargadas e ampliadas, a água passou a ser potável, isto é, distribuída através de canos, como já vinha sendo feito, mas já filtrada, purificada. A cidade transformou-se em pouco tempo. Becos desapareceram. Ruas estreitas se abriram. Construiu-se o monumental viaduto, hoje denominado Otávio Rocha, sobre a Avenida Borges de Medeiros, que também foi iniciada. Outras importantes vias circulação foram começadas, à época, para serem terminadas nas administrações seguintes por Alberto Bins e principalmente, por Loureiro da Silva, a partir de 1937.

O capital necessário para a operacionalização do programa veio de um lado, da recorrência a empréstimos externos e, de outro, do arrocho na cobrança dos impostos, com especial incidência no predial. Otávio Rocha entende o imposto como um instrumento da sociedade política para regular a civil, nas diferentes instâncias da oferta e da procura. Por isso, procurou arrolar os terrenos baldios e os prédios de aluguel, para taxá-los severamente.

Através de uma reorganização, Otávio Rocha pôde controlar, pessoalmente, o que ocorria com as novas medidas administrativas. São suas palavras, em 1926:

Não fantasio. Tive oportunidade de ler cartas de proprietários a inquilinos elevando ao quádruplo o aluguel, quando a majoração do imposto e taxa fora muito menor. Aconselhei a muitos inquilinos, que me procuraram, viessem à Intendência e verificassem o aumento, antes de aceitar o aumento do aluguel. Muitos o fizeram e ficaram plenamente convencidos desta verdade.

Entre as novas repartições públicas que Otávio cria, está a Diretoria da Receita, para fiscalizar as cobranças de impostos, que soube organizar e dirigir para modelar a reforma dos serviços de lançamento e arrecadação de impostos.

Essas e outras modificações foram mal recebidas por parcelas da população, que após vivenciarem 27 anos de "mesmice", ao longo das administrações de Montaury, estranhavam, agora, verem os seus bens vasculhados. Em verdade, à exceção de "A Federação", órgão oficial do PRR, são poucos os periódicos porto-alegrenses que não encontravam motivos para criticar o Governo da cidade e do Estado, salientando-se em todos a crítica ao crescente endividamento de Porto Alegre com banqueiros estrangeiros.

O aumento da pobreza juntamente com o crescimento da população eram também manchetes da imprensa local:

...o operariado, o funcionalismo público, os auxiliares de comércio, todas as classes pobres enfim se debatem em terríveis aberturas financeiras, sem poder enfrentar os orçamentos domésticos.

Otávio Rocha no seu discurso de posse, deixara claro que, entre as prioridades de sua administração, encontrava-se o saneamento de dois bairros: S. João e Navegantes, onde aumentavam a cada dia o número de famílias proletárias. Entretanto, essa obra somente foi iniciada no governo de Alberto Bins, e terminada por seus seguidores.

A cada iniciativa remodeladora de Otávio Rocha, seguiam-se matérias de jornais que revelavam o "outro lado" de Porto Alegre, onde não há vida elegante, cafés ou cinemas repletos, e, sim, aspectos da miséria anônima nas ruas e nos "pardieiros urbanos". Elas revelavam que os mendigos aumentam na cidade:

Andam os infelizes o dia inteiro a mendigar a caridade pública, e quando chega a noite, vão procurar por cama os rígidos e incômodos bancos das praças, e tendo por coberta o manto azul do céu.

O tom poético da comunicação, que mostrava a premente necessidade de albergues noturnos em Porto Alegre e do barateamento do custo de vida na cidade, não suavizava a rude realidade, nem minorava o comprometimento do administrador, na sua transformação.

Certamente, circulavam elogios à sua administração, que enalteciam sua "figura enérgica e varonil e sua capacidade de neutralizar a ganância dos açambarcadores". Valorizavam, ainda, o estabelecimento das feiras livres, a proibição de aumento para os preços da carne e o fato de a Intendência ter assumido o encargo de abater o gado necessário ao consumo público.

Entre os problemas administrativos, enfrentados por Rocha, alinhava-se a questão do fornecimento de luz mais modernos, com sistema trifásico, em substituição ao de energia em corrente contínua, considerado deficiente e anti-econômico, fornecido pela Usina Elétrica Rio-Grandense e a Usina Elétrica Municipal. Nessas circunstâncias, a poderosa empresa norte-americana "Electric Bond and Share" propôs a compra das empresas existentes e o fornecimento de iluminação e tração elétrica para a cidade.

Entretanto, a Bond & Share reserva-se o direito de decidir sobre a necessidade e o momento de ampliar a rede, o que mostrara uma extrema preocupação com o retorno

do emprego do capital. E exigia o direito de desapropriação para construir tudo que fosse básico ao serviço, bem como a isenção de impostos e garantias contra eventuais concorrentes.

Otávio Rocha respondeu que tais exigências necessitam ponderação e suspendeu as negociações, alegando:

Tenho o maior prazer em atrair para a capital do Estado capitais estrangeiros, mas o monopólio, ainda que controlado com o juízo arbitral é assunto que não posso resolver imediatamente, devendo ainda, em tempo, ouvir o Governo do Estado, interessado direto na solução do importante problema.

Como não houve diálogo com a Bond & Share as negociações foram interrompidas pela Intendência.

Repartir com Borges de Medeiros as responsabilidades de decisões tão vitais, para a qualidade de vida dos porto-alegrenses, amenizavam, sem dúvida, a carga de Otávio Rocha, mas não impediram o seu desgaste físico. Ele era a figura pública de choque entre a população da capital do Estado, o governador, e interesses vários como, no caso citado, os da Bond & Share.

A saúde de Otávio Rocha foi ficando cada vez mais abalada em virtude das exigências da vida pública, sempre crescentes. As oposições e as críticas, que sofria, muitas em base de julgamentos apressados, contribuíram, certamente, para a sua debilitação. Somavam-se a isso suas incumbências particulares. Lembramos que o Intendente era pai de oito filhos.

Em janeiro de 1928, foram concedidas férias a Otávio Rocha, que ele sequer aproveitou. Recolheu-se à chácara municipal, nos arrabaldes do Partenon, onde viria a falecer em 27 de fevereiro de 1928. A causa "mortis" foi a úlcera péptica, de que sofria, há longo tempo. Suas últimas palavras teriam sido, conforme seu biógrafo, de perdão para os que o atacaram e de um pedido para que os filhos não vingassem as injustiças sofridas.

Como o de seu precedente, o nome de Otávio Rocha ficou ligado também à criação de uma Banda, a Municipal. No seu governo, construiu-se ainda o auditório Araújo Viana, na atual Praça da Matriz, entre a Duque de Caxias e o Teatro São Pedro. Infelizmente o prédio foi demolido, para dar lugar ao edifício do Legislativo Estadual. O auditório deixou muitas lembranças, principalmente recitais, que duas a três vezes por semana a Banda ali realizava, com um repertório variado que ia da música regional às clássicas. Esse relato faz parte da minha própria memória infantil.

A história de Alberto Bins - começou em fevereiro de 1928. Há quatro anos ele exercia o cargo de Vice-Intendente de Porto Alegre, tendo assumido inclusive, por duas vezes, como substituto, a direção de negócios.

Encontrava-se ele em sua Granja Progresso, quando ali chegou Pompílio de Almeida para, em nome do Presidente do Estado, convidá-lo a assumir a Intendência, uma vez que Otávio Rocha adoecera gravemente.

Após jantar com Borges de Medeiros, no Palácio, Bins foi empossado no novo cargo, e o Presidente perguntou-lhe como se sentia ao ter assumido tão inesperadamente o governo da cidade. Bins respondeu que pensava no seu pai, imaginando o que ele teria sentido se, em 1854, quando desembarcou como imigrante, tivesse sabido que seu filho iria ser Prefeito da capital do Rio Grande do Sul.

Porto-alegrense, nascido em 1869, Bins estudou na Inglaterra e na Alemanha, de onde trouxe idéias novas, especialmente no ramo da indústria metalúrgica.

De um lado, essa ligação com as origens germânicas e sua formação na Inglaterra foram muito benéficas para Bins, pois aumentaram sua visão de mundo. De outro, trouxeram-lhe aborrecimentos, como, por exemplo, sua indicação para vice-intendente de Otávio Rocha.

Na verdade, nesse caso, as críticas não eram apenas a sua pessoa. Elas se originaram a partir de um memorial que a Colônia Teutônica teria dirigido a Borges de Medeiros, solicitando representação à parte na Câmara Federal pelo Partido Situacionista e indicando Alberto Bins às eleições municipais.

Tal atitude, conforme os articulistas do Jornal "O Exemplo" que se dizia representante das classes trabalhadoras nacionais, demonstrava uma aspiração descabida da colônia alemã. Caso ela fosse aceita pelo Presidente do Estado, poderia gerar um precedente para futuras petições das comunidades francesas, inglesas, espanholas, entre outras, o levaria a formação de facções indesejáveis.

Referindo-se especificamente à colônia alemã, em Porto Alegre, o jornal dizia:

Nunca é demais lembrar-lhes que hóspede bem acolhido não precisa ser humilhado, não precisa ser insolente, mas deve saber que mora em casa alheia e casa alheia tem dono...O brasileiro é generoso, mas não admite afrontas subtis à sua dignidade.

O predecessor - Otávio Rocha - iniciara a concretização de um vasto projeto para a modernização de Porto Alegre. Falecera, porém, no meio de seu trabalho, sem poder saldar as dívidas. Ao perito financista, no governo da cidade, deparava o novo problema, cuja solução urgia: pagar os empréstimos.

Já na primeira sessão da Câmara Bins, causou estupefação com estas palavras:

"Estamos aqui para servir à população de Porto Alegre. Ela não está aí unicamente para nos pagar. A mentalidade nesta casa terá que mudar. Algum tempo após, constatava que a Prefeitura possuía 3.000 funcionários, quando, segundo ele, precisaria de 1.000. Isso se lhe configurava como uma prova de que a iniciativa privada trabalhava com menos despesa que a pública.

Com racional entendimento de seus múltiplos papéis naquela sociedade, pressionados pelos ora pelos membros de sua classe, ora pelos despossuídos, respondeu, ao ser abordado, em diferentes ocasiões:

Neste momento não sou fabricante, mas administrador e prefeito. O prefeito mora naquela casa lá e não tem hora de expediente na rua.

Bins dizia-se representante das classes produtoras por ter participado, em 1926, da fundação do Sindicato do Arroz e, em 1927, da VARIG, primeira empresa aérea comercial a funcionar no País, além de ter sido Presidente da Associação Comercial de Porto Alegre e responsável por indústrias importantes no Estado, como a União de Ferros, Cofres Berta e outras.

Ele também propunha-se a amparar o operário, pois conhecia a luta dos trabalhadores europeus e respeitava o direito deles, fundando em 1930, um Comitê com a finalidade de estudar a situação dos brasileiros. Ao mesmo tempo que criava sindicatos de apoio aos industriais.

Segundo Love, o talento de Bins na organização dos sindicatos e a cobertura de Getúlio às atividades da pecuária contribuíram para melhorar as relações do PRR com o Partido da oposição, criaram expectativas junto aos trabalhadores e um clima de que os problemas seriam resolvidos, sem perdas e danos para ninguém.

Na eleição para a sucessão municipal de Porto Alegre de 1928, o continuísmo, iniciado com a primeira gestão de Montauray, em 1897, teve prosseguimento com a indicação, pelo PRR, de Alberto Bins para Intendente da capital, em um pleito sem concorrentes oficiais.

Em Porto Alegre, na "boca das urnas", os eleitores agitaram um de forma inusitada, votando em candidatos não oficiais. De fato, a eleição registrou um recorde de abstenções. Em 15 de agosto de 1928, Alberto Bins foi eleito por 7.456 votos. O número

não chegou a ser expressivo, se considerarmos que, em 1924 o PRR conseguira 12.000 eleitores.

Em 5 de maio de 1928, Alberto Bins assina um contrato entre a cidade de Porto Alegre e a Companhia Brasileira de Força e Luz, principal filiada da Bond & Share no Brasil, que recebe o privilégio de exploração da iluminação elétrica, bondes e auto-ônibus.

Essa atitude vai gerar severas críticas à administração de Bins, por parte de seu sucessor, Loureiro da Silva. Segundo ele, a Bond & Share exercia muita força junto às autoridades brasileiras. A empresa deixava claro que qualquer atitude contrária aos seus interesses causaria problemas diplomáticos com seu País de origem. Uma das consequências mais graves do contrato, segundo registrou Loureiro, foi o êxodo das indústrias de Porto Alegre para São Leopoldo, onde as tarifas de energia elétrica são mais baratas.

Em 10 de janeiro de 1929, assina-se um convênio entre a Intendência de Porto Alegre e o Governo do Estado, pelo qual os serviços de Higiene, Policiamento e Instrução pública passavam para a administração estadual. O acordo visava a salvar a cidade de Porto Alegre da situação de insolvência em que se encontrava e a eliminar as inconveniências financeiras e administrativas com a duplicidade de serviços.

Para Alberto Bins, o convênio afigura-se como medida de justiça, pois Porto Alegre foi a única capital brasileira a precisar empréstimos no estrangeiro para custear serviços básicos que, em outras cidades, ficavam por conta ou do Governo do Estado ou da União.

Bins comprovou que Porto Alegre era a cidade com mais serviços a seu encargo em todo o País. Enquanto a capital gaúcha administrava os serviços de água e esgotos, iluminação, tráfego, policiamento, instrução municipal, higiene alimentar, limpeza e asseio público, a assistência, a paulista, por exemplo, apenas cabia os serviços de higiene, tráfego e limpeza.

Consequência dos encargos, o número de servidores públicos multiplicou. Eles, juntamente com os "Deputados da Limpeza Pública", como eram jocosamente chamados os funcionários pagos pelo Município à disposição do Estado, pesavam nos cofres municipais e conduziam, juntamente com as benfeitorias urbanas, à necessidade de mais empréstimos. Conforme palavras do interventor Flores da Cunha, então avalista das dívidas:

Não devemos esquecer, de outro lado, que a nossa capital, além de ser o maior núcleo de população rio-grandense, não pode interromper, de maneira alguma, os seus contínuos melhoramentos e transformações, o seu magnífico progresso.

Vivenciava-se, enquanto isso, uma crise político-econômica no País, cujo desfecho seria a deposição do Presidente da República Washington Luís no episódio da revolução de 30.

Pelo processo, que todos conhecemos bem, em outubro de 1930, Getúlio Vargas foi guindado do Governo do Estado à Presidência do Governo Provisório da República, e no mês seguinte, como parte de um programa de regeneração, assumiu poderes ditatoriais.

Em novembro de 1930, Alberto Bins, solidário desde o início com a revolução, entrou em contato com Intendentes do interior do Estado, pedindo-lhes que aguardassem instruções de como agir nos seus municípios, pois, através de João Neves da Fontoura, solicitava ao Governo Revolucionário a manutenção dos Conselhos Municipais.

No entanto, o decreto n.19.398, de 11 de novembro de 1930 dissolveu todos os corpos legislativos do País. Alberto Bins, em mensagem ao Chefe do Governo Provisório, manifestou aceitação às medidas, por reconhecer nelas a possibilidade de uma liberdade de ação no Governo Provisório. Conferia, como se lê no telegrama, "absoluta, incondicional solidariedade e apoio grande obra salvação republicana". No dia 14, desse mês, extinguem-se também os mandatos dos Intendentes Municipais.

O decreto de dezembro de 1930, baixado por Flores da Cunha - Interventor no Rio Grande do Sul, reconduziu Alberto Bins à chefia de Porto Alegre, fato que ele agradeceu em telegrama enviado a Flores, Lindolfo Collor, Borges de Medeiros, Getúlio Vargas, Joaquim Francisco Assis Brasil e Oswaldo Aranha, entre tantos.

Em um mês de governo revolucionário, sob comando de interventores nomeados pela Presidência do Governo Provisório, os Estados retrocederam à situação de província.

Flores da Cunha mostrou, de um lado, atitudes conciliatórias, nomeando, por exemplo, Intendentes libertadores para alguns municípios. De outro, continuou a política castilhistas de controle. Vejamos, como exemplo, a carta que ele enviou a Alberto Bins, em janeiro de 1931:

Estranho sobremaneira que houvesse feito publicar o edital a respeito dos serviços transviários da capital, sem previamente submeter a minha apreciação a respectiva minuta, bem como a nomeação do Dr. Leovegildo Paiva para fiscal da Prefeitura junto às Companhias Carris e Energia Elétrica, quando eu vos escrevera declarando ter candidato.

Saudações cordiais,

As saudações cordiais no final da carta não atenuavam o seu teor autoritário.

Entretanto, ser um homem rico e muito bem relacionado permitia a Bins atitudes de independência em relação à autoridade política maior do Estado. Certa feita Bins, desapontado com a sua interferência nos assuntos municipais, declarou-se disposto a renunciar ao cargo. São suas palavras:

Se o senhor não me quiser mais como Prefeito de Porto Alegre, então volto à fábrica de cofres

Naturalmente, a vida particular de Bins foi atingida pelas atividades públicas. Os dez anos de prefeito sobretudo deixaram marcada influência em sua vida de empresário. Os cinco filhos, dos quais ele sempre dizia: ***“Eles devem trabalhar como também eu trabalhei”***, confessaram, segundo palavras de Fausel, seu biógrafo, em parte jocosos e em parte sentidos: ***“De tempos em tempos tínhamos a honrosa visita do Senhor Prefeito em nossa fábrica.”***

O tempo que Alberto Bins dedicou ao governo de Porto Alegre, em prejuízo de seus negócios particulares, rendeu-lhe, em lugar de lucros, muitas dores de cabeças. Além de ser destituído do cargo, após 37, ele sofreu uma série de acusações sobre seus procedimentos, quando ainda na administração da cidade, e foi compelido a confessar que a cidade de Porto Alegre, devido ao endividamento, estava ingovernável.

Toda a história é contada sob a perspectiva de seu epílogo. Voltando, pois, à questão central desta falta: como a cidade sorriu foi entristecendo? Concluiremos que é difícil apontar um momento e ter uma resposta objetiva.

Encontramos desde a própria fundação de Porto Alegre, e ao longo dos séculos, passando pelo período da república velha, sobre o qual refleti, indícios de que a cidade ia mal!

Nesta fala, pretendi, ao discorrer sobre os Intendentes dos anos vinte, suas formações pessoais, projetos seletos, mostrar o que eles realmente foram: pessoas, como nós, que, por injunções várias, assumiram encargos pesados de representatividade. Como ocorre com todos, eles, tanto pelas suas vaidades como por seus objetivos idealistas, aceitaram conviver com as redes do poder. Esses sentimentos, que sem dúvida todos temos, afloram com mais força naqueles que expõem publicamente.

A sociedade não dispõe de nenhuma substância além do homem. São eles os portadores da objetividade social, cabendo-lhes exclusivamente a construção e a transmissão da estrutura social. Essa substância não pode, pois, ser o indivíduo sozinho,

já que uma pessoa não pode jamais conter a infinitude extensiva das relações sociais, no seu permanente fluir.

Fazer história é viver e reviver o homem e as suas circunstâncias, nas palavras de Heller:

"Naquele tempo havia um homem lá. Ele existiu, logo existe e continuará existindo enquanto recontarmos sua história. As histórias dele são as nossas histórias e terão sido verídicas, na medida em que, para nós forem verdadeiras."

É muito fácil indicar essa ou aquela pessoa ou fato, do passado, para responsabilizar por algo que nos incomoda. Devemos, sim, ressuscitar os mortos, mas com respeito, sem pragmatismo, e sem imputar a eles intenções que não podemos saber se tiveram. Essas estão sempre na dependência do grau de historicidade das pessoas, no momento de suas decisões.

Refletir sobre a nossa cidade e o seu passado implica analisar o nosso presente, pois, segundo Agnes Heller: ***"Nosso passado é o futuro de outros, assim como nosso presente é o passado de outros. Somos os outros. Historicidade é história."***



Dr. José Montauray de Aguiar
Leitão - Intendente

Posse de Heinrich Hasenack

Em 17 de dezembro de 1997, no salão de atos do Instituto, prestou compromisso de membro efetivo e tomou posse solene o Professor Heinrich Hasenack, que dissertou sobre o tema Expansão urbana de Porto Alegre: aspectos ambientais. O novo membro do sodalício foi saudado pelo Professor Gervásio Rodrigo Neves. Foram ambos muito cumprimentados pelo presentes.

A naturalidade do Almirante Tamandaré

Em sessão de assembléia geral ordinária de 3/6/98 o confrade Rapahel Copstein apresentou comunicação em que transmitiu, por sua importância e significado, o texto do historiador e jornalista rio-grandino Daoiz Costa de la Rocha, publicado no *SOAMAR* (Boletim da Sociedade Amigos da Marinha de Rio Grande (Ano I, nº 6, Rio Grande, maio/junho de 1994, p.10), pelo qual se esclarecesse, em caráter definitivo, a controvertida questão da naturalidade do Almirante Tamandaré, disputada por São José do Norte e Rio Grande. É o seguinte o teor do artigo em questão, que recebeu originalmente o título: *Filho de Chico Marques nasceu em São José do Norte*.

Até cerca de 60 anos atrás, quando não era conhecido, ainda, qualquer documento que pudesse suprir a falha do registro de batismo de Joaquim Marques Lisboa, o Rio Grande por um lado e São José do Norte pelo outro disputavam a honra de ter sido o berço do notável marinheiro.

Na margem Sul o argumento era sólido: Francisco Marques Lisboa, o pai do futuro Marquês de Tamandaré, desde que chegara à Vila do Rio Grande de São Pedro, por volta do ano de 1800, já casado e com dois filhos, fixara a sua residência em lugar certo e sabido, tanto que o povo, levando em conta a sua projeção, indicava a rua dessa moradia pelo nome como era ele conhecido: Beco do "Chico" Marques. Na margem Norte, a reivindicação da respeitável conterraneidade tinha com único argumento a localização dos estabelecimentos da Praticagem no Pontal da Barra, num entendimento de que o nascimento do décimo filho teria, obrigatoriamente, de ocorrer no local de trabalho do pai e não na residência da família.

A reforçar essa informação havia uma alegada memória, transmitida através de gerações, segundo a qual o filho mais ilustre de Francisco Marques Lisboa nascera no Pontal da Barra, onde fora visto por trisavós e bisavós a correr e a brincar na praia arenosa.

A memória, que correu de pais para filhos entre os nortenses, não podia ser levada à conta de invencionice, sob pena de emitir-se um conceito desairoso à gente honesta e respeitável que habita o outro lado do canal. Estranhava-se, contudo, que essas lembranças fossem apenas de Joaquim, pois dentre esses contemporâneos do futuro "Nelson Brasileiro" nenhum dizia ter visto e guardado a lembrança dos outros filhos de Francisco Marques Lisboa, que eram meninas em número de cinco e sete varões, nessa prole de doze frutos do seu casamento com a viamonense Eufrasia Joaquina de Azevedo Lima. No entanto, o cidadão português Francisco Marques Lisboa casara-se em Porto Alegre e quando veio de lá, junto com os sogros, já trazia cinco, que eram Maria Eufrasia, Francisca, Barbara, Francisco e Eufrasia. Aqui, a família foi aumentada com Manuel, Henrique, José, Joana Emilia, Joaquim (o futuro Marquês), Vicente e Maria Joaquina. Os que teimavam em invocar testemunho de antepassados, porém, referiam-se apenas a um filho, um menino que, invariavelmente, afirmavam ser Joaquim.

Tudo isto parecia nebuloso até o momento em que nos permitimos esclarecer.

O menino visto desde tenra idade à volta do pai Francisco Marques Lisboa existiu e, de fato, nasceu no outro lado do canal, no território da Freguesia do Norte e Estreito, que, cerca de 14 anos depois se tornaria município de São José do Norte.

Não era, porém, o Joaquim de que todos gostariam de ser conterrâneos, devido às glórias que alcançou, e nem era, também, outro filho gerado por dona Eufrasia Joaquina. Era, em realidade, fruto de amores novos, que a sociedade condena e, naquela época, deve ter sofrido os mais espezinhantes epítetos pela falta que não cometeu. Essa vítima dos preconceitos de antanho, este bastardo execrado pela incompreensão humana era, de fato, filho de São José do Norte.

A revelação "SOAMAR-RG" se permite fazer agora, com a prova que possam exigir, pois está localizado o registro do seu batismo, realizado ao tempo em que a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Estreito já se estendia e se juntava à de

O batismo foi registrado no livro nº1 daquela freguesia, a fls. 11, entre os borrões que a pena de ganso em mau estado provocava, enfeando a caligrafia caprichada do padre vigário, e traz uma singularidade. Os filhos havidos fora do casamento eram registrados em nome da mãe, como ainda hoje acontece, poucas vezes com a indicação, ao menos, do nome do pai e, quase sempre, assinalando ser este incógnito. No caso do filho de Francisco Marques Lisboa, nascido quando Joaquim, o futuro Marquês, já beirava os dez anos de idade, esta prática se inverte. Por razões para as quais se podem formular várias hipóteses, o menino, que tomou o nome do pai, deixa no esquecimento aquela afirmação popular de que "a maternidade um fato e a paternidade uma hipótese"... O pai é que aparece como incógnito...

Eis o que se lê a fls. 11 do livro acima citado:

"Aos dezoito dias do mez de Agosto do anno de mil oito centos e dezassete, nesta Freguezia de Nossa Senhora da Conceição do Norte e Estreito, Comarca da Villa do Rio Grande de São Pedro, o Vigário Collado da sobredita Freguezia, João Bernardo Paraíso Taveira da Veiga, abaixo assignado, baptizei solemnemente e puz os Santos Óleos a Francisco, innocente, filho natural de Francisco Marques Lisboa, Patrão-Mor desta Barra do Rio Grande de São Pedro de mãe incógnita, por tal o reconheceo; netto por parte Paterna de Luiz Marques de Oliveira, natural dos Contos de Alcobaça, Patriarchado de Lisboa, e Thereza Maria de Jesus, natural dos mesmos Contos de Alcobaça; nasceu o dito Minino aos oito Dias do mez de Agosto do sobredito anno de mil oito centos e dezassete; forão Padrinhos do mesmo, que baptizei por procuração de Antonio Marques de Oliveira e sua mulher Dona Maria Cezillina, moradora na Fazenda da Feitoria, Freguezia de São Francisco de Paula, do que para constar escrevi este termo que assigno.

O Vigário João Bernardo Paraíso Taveira da Veiga".

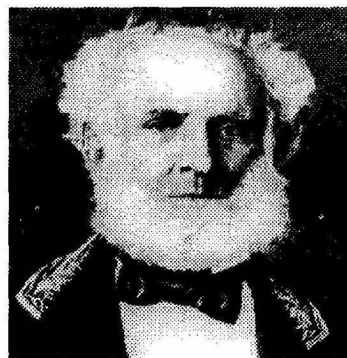
Verifica-se que o nome do avô paterno (Luiz Marques de Oliveira Lisboa) está incompleto, da mesma forma que o do tio que lhe serviu de Padrinho, e que residia na recém criada Freguesia de São Francisco de Paula, origem do município de Pelotas.

Observa-se no registro desse filho natural de "Chico" Marques, que foram tiradas dele três certidões: em 23 de abril de 1827, 4 de agosto de 1835 e 29 de agosto de 1845.

Esta revelação esclarece o equívoco em que laboraram os nortenses, invocando a memória dos seus ancestrais sobre o filho de Francisco Marques Lisboa nascido em São José do Norte e que afirmavam ser Joaquim, o futuro Marquês de Tamandaré. E explica, também, que "Chico" Marques tinha outras razões, além do desconforto das palhoças e do ambiente miserável, que Saint-Hilaire disse mais tarde ter observado no Pontal da Barra, para deixar a sua família no Rio Grande. Só de vez em quando dava uma fugidela ao outro lado do canal. E ia sozinho.

O comerciante e armador, tendo de cuidar do estabelecimento comercial no Rio Grande, da correspondência com o escritório que montara no Rio de Janeiro e das suas embarcações de barra fora, de vez em quando tinha de tomar ele próprio, algumas das suas catraias para ver como iam as coisas lá onde mantinha os serviços de Praticagem. Mas ele não residia lá, não. Só visitava.

ALMIRANTE TAMANDARÉ



Aos dezeto dias do mte de Agosto do an-
 no de mil eito centos e dezasseis. Vi-
 gueria de Nova Pombal de Comissão do Norte
 e Alçada Comarca da villa do Rio grande
 do São Pedro, em o regimento de São
 de dita Regencia de São Bernardo Barroiro Correi-
 ra da Regia abençoada, Antunes solame-
 mente e que o Justo Alçada, a Francis-
 co Innocente, filho natural de Fran-
 cisco Marques Lisboa, Patrão e Mor Ju-
 ta de Barra do Rio grande de São
 Pedro, de May inognita, quer tel-
 ler a reconhecido. Noto por parte Pa-
 trão de Luis Marques de Olivei-
 ra natural do Couto de Alcabaca
 Patriarchado de Lisboa, e Theresã
 Maria de Jesus, natural dos mes-
 mos Coutos de Alcabaca. Noto
 a dito Marinho nos oito dias do
 mes de Agosto do referido anno
 de mil eito centos e dezasseis. fo-
 raõ Pombal, em nome, que o Ju-
 tizai por Procuração de Antonio
 Marques de Alçada, e sua mu-
 lher Dona Maria Corollina, mandou
 a Josepha da Coutaria Regencia
 do São Conselho de Pombal, do
 que assim.

205

PARECER

1. O Prof. Roberto de Azevedo e Souza, tendo há quarenta anos participado das medidas administrativas estaduais de que resultou a criação do **Parque Nacional dos Aparados da Serra**, - propõe agora que se acrescente ao nome da instituição o do naturalista gaúcho que foi seu legítimo idealizador – **BALDUÍNO RAMBO**.
2. Sustenta tratar-se de homenagem justa a esse padre jesuíta, falecido em 1961, “grande líder popular, pedagogo, cientista, sábio e humanista”, que se destacou como botânico, mestre, administrador, escritor, ecologista e defensor da natureza.
3. Em exame a essa proposta, a Comissão designada pelo Instituto Histórico e Geográfico do RGS chegou às seguintes **conclusões**:
 - a) Se algum nome de pessoa devesse caracterizar o aludido Parque Nacional, por certo o mais apropriado seria o que foi sugerido.
 - b) As razões não se limitam aos atributos humanos e científicos dessa personalidade, cuja curta existência (1905-1961) foi modelar a esse propósito, dignificando o Rio Grande do Sul e o país com suas qualidades.
 - c) A homenagem justificar-se-ia, sobretudo, pela circunstância específica de haver sido ele o idealizador e proponente básico, ainda na década de 1950, da criação de uma reserva biológica que se estendesse ao longo dos Aparados da Serra, do Rio Grande do Sul a Santa Catarina.
 - d) Esse sonho inicial do Padre Rambo, expresso através da imprensa e de contatos com as autoridades, fundava-se em estudos pessoais meticolosos que vinha divulgando desde os anos de 1940, acerca daquela área a ser protegida, área da qual ele pode ser considerado um dos descobridores e primeiros visitantes como cientista.
 - e) Ademais, foi Balduino Rambo quem orientou o levantamento aerofotogramétrico de que nasceu o Decerto Estadual nº 8.406, de 16-12-1957, que expressamente previa a transformação da gleba em núcleo de um Parque Nacional (artigo 2º), o que se efetivou pelo Decerto Federal nº 47.446, de 17-12-1959, retificado pelo Decreto Federal nº 70.296, de 17-03-1972.
4. Mediante essa justificativa, o grupo de trabalho é de **parecer** que:
 - a) O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul se solidarize com as entidades que encampam dita proposta.
 - b) Exponha à Presidência da República, através do órgão competente (IBAMA), a conveniência de que se confirma por Decreto a denominação acrescida de **Balduino Rambo** à do **Parque Nacional dos Aparados da Serra**.
 - c) Na hipótese de não ser aconselhável atribuir nome de pessoa a uma instituição paisagística, que pelo menos se o adote como patrono especial das instalações internas do Parque, tais como a sede do IBAMA, a rodovia de acesso e o Paradoiro do Taimbezinho, que estão sendo reconstruídos com investimentos federais, estaduais e municipais, e que em breve deverão ser inauguradas.

Porto Alegre, 26 de novembro de 1997.

A Comissão

[a] Ruy Ruben Ruschel, relator
[a] Mozart Pereira Soares
[a] Raphael Copstein

MOARCI MATEUS SEMPÉ

Nascimento: 15 de janeiro de 1917

Falecimento: 3 de novembro de 1997

Membro Correspondente do Instituto a partir de 3 de julho de 1991.

Nascido em Alegrete (RS), destacou-se como pesquisador de História, especialmente das Missões Jesuíticas, foi jornalista, radialista e poeta. Fez seus estudos no Ginásio Sant'Ana, de Uruguaiana, e no Colégio Anchieta, de Porto Alegre. Militar da arma de Cavalaria, desenvolveu sua vida funcional em Alegrete e em São Borja. Já na reserva, transferiu residência para São Leopoldo, onde veio a falecer. Sócio e colaborador efetivo de várias instituições culturais do Brasil e da Argentina. Em numerosos periódicos publicou longa série de artigos e ensaios sobre assuntos literários e históricos, destacando-se suas contribuições à historiografia missioneira e de São Borja, em especial. Seu livro titulado *São Francisco de Borja – o primeiro dos sete povos* obteve o prêmio Gerdau de 1983, como sendo a maior e melhor contribuição do ano para a divulgação da história municipal do Rio Grande do Sul.

Foi sempre um dedicado amigo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.



**(Mas) quem fez profissão de lealdade incorruptível
deve falar de cada um sem amor e sem ódio**

Tácito